

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

Danielle Tesche

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Os desafios da curricularização no curso de
Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

**Porto Alegre
2021**

Danielle Tesche

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Os desafios da curricularização no curso de
Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação apresentado ao Departamento
de Ciências Administrativas da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito para a obtenção do
grau de Bacharel em Administração
Pública e Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Mercedes
Sarria Icaza

**Porto Alegre
2021**

Danielle Tesche

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Os desafios da curricularização no curso de
Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso de
graduação apresentado ao Departamento
de Ciências Administrativas da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito para a obtenção do
grau de Bacharel em Administração
Pública e Social.

Conceito Final: A
Aprovada em: 20 de maio de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diogo Joel Demarco

Prof. Dr. Pedro de Almeida Costa

Orientadora – Profa. Dra. Ana Mercedes Sarria Icaza

Dedico este trabalho à minha mãe, aos meus irmãos e ao meu filho que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe. Dentre tantos motivos especiais, não poderia deixar de lado o reconhecimento por essa mulher que sempre me apoiou e que me ajudou a chegar aonde estou hoje. O seu empenho e suporte, principalmente na criação do meu filho para que eu pudesse trabalhar e estudar, foram cruciais para que fosse possível eu me dedicar nesta dupla jornada. Jornada esta que não é fácil, mas que com a sua ajuda, se tornou mais leve.

Agradeço ao meu irmão pelos conselhos e suporte na execução deste trabalho. E ao meu filho por compreender parte da minha ausência e por ainda assim me apoiar para que eu pudesse alcançar meus objetivos.

Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à Escola de Administração, ao seu corpo docente, e aos colegas por esta jornada incrível que foi a nossa graduação no curso de Administração Pública e Social. Aos professores agradeço imensamente pelos ensinamentos, dedicação e paciência. Gratidão por lutarem por uma educação pública e de qualidade, mesmo que em tempos tão sombrios. Aos colegas, agradeço a companhia, o carinho e o suporte. A jornada ficou bem mais alegre ao lado de vocês. Agradeço a todos por fazerem parte, junto comigo, deste curso que nos proporcionou uma nova forma de olhar as Organizações Públicas, as Organizações da Sociedade Civil e a sociedade como um todo. Que com isso, consigamos construir uma sociedade justa e digna para todos.

Agradeço imensamente à minha orientadora e coordenadora do curso, professora Ana Mercedes Sarria Icaza, por toda a paciência e ensinamentos. A produção deste trabalho durante a pandemia exigiu que nos adaptássemos a uma realidade diferente, com o distanciamento social. Foi um grande desafio, mas superado através de reuniões online e troca de mensagens, sem contato algum. Tenho orgulho em poder ter contado com ela, que mesmo nesta situação, nunca deixou de me dar suporte e que é perseverante e dedicada tanto no ensino, como na pesquisa e, principalmente, na extensão.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de construção da proposta de curricularização da extensão no curso de Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e busca entender de que forma as características dos estudantes do curso de Administração Pública e Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as percepções que eles e o corpo docente têm sobre a extensão universitária contribuem ou dificultam as possibilidades de construção e implementação de uma proposta de curricularização da extensão que qualifique sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Trata-se de uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa e com um referencial teórico que aborda o histórico e as concepções da extensão universitária, as crises da Universidade Pública, as diretrizes para a extensão universitária e a constitucionalidade da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O referencial trata ainda sobre o processo de institucionalização da curricularização da extensão, suas normas e prazos para a implementação, e como a extensão universitária se dá no campo de públicas. Do ponto de vista metodológico, além do levantamento de informações secundárias, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a professores e estudantes do curso, para conhecer seu perfil e suas percepções da extensão. Como resultado, o trabalho mostrou que, apesar do fato de um curso noturno trazer dificuldades no processo de implementação da extensão no currículo do curso de Administração Pública e Social da UFRGS, existem, outros elementos significativos relacionados com a percepção e a valorização da extensão. De fato, a pesquisa indica que a inserção da extensão no currículo do curso não é apenas condicionada pelos problemas decorrentes da composição majoritária de alunos trabalhadores, mas também pelo pouco contato que eles têm com a extensão, e por uma visão e uma prática docente e institucional que, mesmo com uma apreciação positiva da extensão, não a integra efetivamente como parte indissociável junto ao ensino e à pesquisa.

Palavras-Chave: Extensão; Curricularização; Indissociabilidade.

ABSTRACT

This paper analyzes the process of construction of the proposal for curricularization of the extension in the course of Public and Social Administration at the Federal University of Rio Grande do Sul and seeks to understand how the characteristics of the students of the course of Public and Social Administration at the Federal University of Rio Grande do Sul and the perceptions that they and the faculty have about university extension contribute to or hinder the possibilities of construction and implementation of a proposal for curricularization of extension that qualifies its indissociability with teaching and research. This is an exploratory research with a qualitative approach and with a theoretical framework that addresses the history and conceptions of university extension, the crises of the Public University, the guidelines for university extension and the constitutionality of the indissociability between teaching, research and extension. The referential also deals with the process of institutionalization of the curricularization of the extension, its norms and deadlines for implementation, and how the university extension takes place in the public field. From the methodological point of view, besides the survey of secondary information, semi-structured interviews were carried out and questionnaires were applied to teachers and students of the course, to know their profile and their perceptions of extension. As a result, the work showed that, despite the fact that an evening course brings difficulties in the process of implementing extension in the curriculum of the Public and Social Administration course at UFRGS, there are other significant elements related to the perception and appreciation of extension. In fact, the research indicates that the insertion of extension in the course curriculum is not only conditioned by the problems arising from the majority composition of working students, but also by the little contact they have with extension, and by a vision and a teaching and institutional practice that, even with a positive appreciation of extension, does not effectively integrate it as an inseparable part together with teaching and research.

Keywords: Extension; Curricularization; Indissociability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVO GERAL	14
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DESAFIOS DE SUA CURRICULARIZAÇÃO	16
2.1 OS CAMINHOS E CONCEPÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	16
2.2 DESAFIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO NO BRASIL	21
2.3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	26
2.4 A EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS	28
3 METODOLOGIA	31
4 A EXTENSÃO NA UFRGS E NO CURSO DE APS	35
4.1 EXTENSÃO NA UFRGS	35
4.2 CURRICULARIZAÇÃO NA UFRGS	40
4.3 EXTENSÃO NA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NO CURSO DE APS	48
5 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE APS: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	56
5.1 DOCENTES DE APS: PRÁTICA E PERCEPÇÕES DA EXTENSÃO	57
5.1.1 O Perfil dos Docentes: Experiência Limitada na Extensão	57
5.1.2 Percepções da Extensão e da Curricularização	58
5.1.3 Principais Desafios da Curricularização e Como Superá-los	60
5.2 ALUNOS DO CURSO DE APS: PERFIL E PERCEPÇÕES	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas – Entrevista I	89
APÊNDICE B – Roteiro de perguntas – Entrevista II	91
APÊNDICE C – Roteiro de perguntas – Entrevista III	92
APÊNDICE D – Roteiro de perguntas – Entrevista IV	94
APÊNDICE E – Roteiro de perguntas – Entrevista V	96
APÊNDICE F – Tabulação do questionário aplicado aos docentes	97
APÊNDICE G – Tabulação do questionário aplicado aos discentes	111

1 INTRODUÇÃO

A história da extensão universitária brasileira perpassou por diversas fases até alcançar a sua institucionalização na constituição de 1988. Com base em concepções europeias, estadunidenses e latino-americanas, a extensão brasileira traz um pouco de cada uma delas para construir a sua própria concepção (FRAGA, 2012). Porém, apesar de as universidades se caracterizarem pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a extensão é a atividade menos praticada dentre elas. Em razão disso, surge o debate das novas diretrizes para a extensão do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014-2024 – que prevê, ao menos, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação nas instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o país.

Um dos conceitos de extensão universitária descreve que

As atividades de Extensão constituem o próprio ciclo de conhecimento: o aprendizado é levado à comunidade pelo aluno que, assim, o experiencia na prática, ao mesmo tempo em que a comunidade se beneficia, através da atuação da ação de Extensão. Mas o conhecimento não para aí: ele volta ao ambiente acadêmico, com o extensionista, que então o modifica e aprimora. A Extensão é um processo que realimenta o fluxo do conhecimento na Universidade e estimula a renovação de sua produção. O Ensino, a Pesquisa e a Extensão constituem o tripé que sustenta a Universidade. Desses três, é papel da Extensão promover a interação entre a Universidade e os diversos segmentos da sociedade. A Extensão é a ponte que aproxima a instituição da comunidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020)

Algumas áreas de atuação são consideradas prioritárias pela Política Nacional de Extensão Universitária que, em conjunto com as políticas públicas, podem beneficiar e fortalecer os espaços e fóruns de participação social: a preservação e a sustentabilidade do meio ambiente; a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade da educação básica; a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; a otimização do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; o aprimoramento do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; a promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; a ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; e a formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos (FORPROEX, 2012).

A Política Nacional de Extensão Universitária define cinco diretrizes que orientam na formulação e na implementação de ações de extensão nas universidades: a Interação Dialógica, a Interdisciplinaridade, a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, o Impacto na Formação do Estudante e a Transformação Social. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) explica que o conjunto destas diretrizes pode contribuir para minimizar ou superar as três crises da Universidade Pública: **a hegemonia**, que diz respeito às contradições entre a função típica das instituições de ensino em prover conhecimentos nos âmbitos humanístico e científico, e a função de promover conhecimentos instrumentais exigidos pelo capitalismo; **a legitimidade**, onde a universidade deixa de ser unilateral e torna-se plural e democrática; e **a institucional**, que apresenta a contraposição entre a autonomia da universidade na definição dos seus valores e objetivos sob a crescente pressão de ter como objetivo principal a produtividade inserida para a natureza empresarial ou para a responsabilidade social (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, 2017, grifo nosso).

É possível verificar algumas medidas do Ministério da Educação em conjunto com Forproex para a ampliação da extensão. Entre elas, há uma medida bem debatida no meio acadêmico: a regulamentação das atividades de extensão fazerem parte, de no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 07/2018. Na mesma Resolução também estão definidas pelo Art. 6º a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

- I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. (BRASIL, 2018)

Diante do exposto sobre a fragilidade da indissociabilidade, as crises instaladas e o verdadeiro sentido da universidade e, para tornar o aluno protagonista em sua formação, em 14 de dezembro de 2018 foi homologada a resolução que estabelece as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Ela estabelece conceitos, diretrizes e princípios para a Extensão em todo o sistema de Educação Superior do país. Ela define, também, parâmetros de avaliação, registro e planejamento das ações extensionistas, além da busca em proporcionar uma interação dialógica mais efetiva com a sociedade. A Resolução CNE/CES nº 07/2018 define a extensão como:

[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A resolução ainda estabelece que as universidades cumpram a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014-2024 – e que incluam em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) a concepção de Extensão, o planejamento das atividades institucionais da área, a forma de registro das modalidades extensionistas, as estratégias de inclusão da Extensão nos currículos e de participação dos estudantes nas atividades de Extensão, a política de implantação do processo de autoavaliação e indicadores e a previsão e as estratégias de financiamento das ações extensionistas. Não menos importante, a normativa determina que as instituições de ensino superior firmem processos de autoavaliação da extensão, sendo avaliadas externamente, *in loco*, pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2018).

No contexto universitário, a extensão vem como resposta para atual crise da universidade. Isso porque, atualmente, a universidade está muito focada no ensino e na pesquisa e, através da curricularização da extensão, surge a oportunidade de a universidade ganhar um sentido diferente. Nesse sentido, Gadotti (2017, p. 8-9) explica o porquê de curricularizar a extensão universitária:

Porque a extensão não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções da universidade. Ela deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos. [...] O princípio da integralidade é fundamental na Extensão Universitária. É preciso conectar as três funções da universidade para que a educação seja integral. O currículo não é a soma de um conjunto de disciplinas. Ele traduz um projeto político pedagógico integrado. Por isso, um dos principais desafios da curricularização da Extensão está na superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral e integradora. (GADOTTI, 2017, p. 8-9)

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), as atividades extensionistas são organizadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT). Ela é responsável pelo estabelecimento das relações sociais e culturais com diversos segmentos da sociedade. Ela busca “subsídios que lhe permitam dar respostas permanentes às suas demandas e anseios, reiterando o compromisso social da instituição” (UFRGS, 2020c).

Levando em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, percebe-se, de certa forma, que a extensão não está atrelada diretamente aos currículos dos cursos de graduação. E sim, que ela é promovida através de ações extensionistas elaboradas a partir de docentes ou técnicos que possuem o interesse de criá-las, partindo de uma premissa individual e não coletiva. Ou seja, se os alunos não são apresentados aos projetos ou não se parte de um interesse próprio nesta área, estes não terão contato com a Extensão durante o seu percurso no curso. Evidente que isso não cabe a todos os cursos, já que em muitos deles existe a necessidade plena de ter experiência prática em seu currículo, como ocorre na área da saúde, por exemplo.

A curricularização da extensão deverá ser implementada em todas as universidades do país. Na UFRGS, o processo para a creditação da extensão aos currículos ainda está em andamento. Para isso, a Universidade criou um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar propostas. Após diversas reuniões com todos os departamentos da UFRGS, foi criada uma proposta de Resolução para a implementação da extensão ao currículo de todos os cursos da instituição. Esta proposta está em análise, podendo ser aprovada a qualquer momento. Após esta aprovação, caberá à Comissão de Graduação (COMGRAD) de cada curso da UFRGS, com base na resolução, implementar a extensão em seus currículos.

Em uma perspectiva focada no curso de graduação em Administração Pública e Social da UFRGS, o seu currículo conta com a disciplina “Atividade Integradora II –

Extensão” que tem por objetivo apresentar as concepções teóricas sobre extensão universitária, a ligação da extensão com as atividades de pesquisa e extensão na formação do discente, a extensão universitária e políticas públicas, a concepção, prática, o acompanhamento, a sistematização e a avaliação das atividades de extensão. Aqui, surge a oportunidade para os alunos que não haviam procurado por projetos extensionistas ou que sequer os conheciam de entender a extensão. Além de um grande arcabouço teórico, a disciplina promove a imersão em um projeto de extensão e a criação de um projeto da própria turma. Ao cursar a disciplina, pode-se verificar a importância da atividade de extensão como um compromisso no compartilhamento e na troca de conhecimento com a sociedade.

Ao verificar o currículo do curso de Administração Pública e Social da UFRGS, percebe-se que não há atividades de extensão inseridas. A participação em projetos extensionistas deve partir da vontade própria dos alunos em procurar uma atividade que seja do seu interesse e que se adeque ao seu currículo para utilizá-lo como créditos em suas atividades complementares. Este fato não é exclusivo deste curso e, por isso, a implementação da curricularização das atividades extensionistas estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 07/2018 vem para a inserção definitiva da extensão aos currículos dos cursos.

Porém, a implementação da curricularização pode acabar sendo um grande desafio para muitos cursos de graduação. Alterar a grade curricular, contar com o engajamento docente e discente, buscar parcerias na sociedade e questões orçamentárias são alguns exemplos de como o processo pode se tornar trabalhoso. Processo este que se complica ainda mais no cenário dos cursos noturnos, nos quais boa parte dos alunos trabalha durante o dia. Este é o caso do curso de Administração Pública e Social da UFRGS, um curso noturno e que enquadra alunos que, em sua maioria, são trabalhadores e que dependem de pouca disponibilidade fora do horário das aulas. Porém, este não é o único fator posto como desafio na implementação da curricularização da extensão no curso. O conceito de extensão pode passar por diversos equívocos, dificultando ainda mais o processo. Diante disso, este trabalho tem como problema de pesquisa **entender em que medida as características dos estudantes do curso de Administração Pública e Social da UFRGS e as percepções que eles e o corpo docente têm sobre a extensão universitária contribuem para a construção de uma proposta de curricularização que qualifique sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.**

Parte-se da hipótese de que, apesar do fato de um curso noturno trazer dificuldades no processo de implementação da extensão no currículo do curso de Administração Pública e Social da UFRGS – pois a maioria dos alunos trabalha em turno integral e dispõem de pouco tempo para se dedicarem à extensão – existem, também, outros elementos significativos relacionados com a percepção e valorização da extensão. Elementos estes que podem acabar limitando a oportunidade colocada pela curricularização da extensão para avançar na anunciada indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

O estudo tem por objetivo verificar em que medida os elementos supracitados contribuem para a construção de uma proposta de curricularização que qualifique sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, e identificar propostas de ação.

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo dessa pesquisa é verificar em que medida as características dos estudantes do curso de Administração Pública e Social da UFRGS e as percepções que eles e o corpo docente têm sobre a extensão universitária contribuem para a construção de uma proposta de curricularização que qualifique sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Averiguar a percepção da extensão universitária por parte dos alunos do curso de Administração Pública e Social da UFRGS, assim como sua disponibilidade para a participação em atividades de extensão em turnos diferenciados dos horários do curso ou outras modalidades propostas para a curricularização da extensão;
- 2) Investigar a percepção dos alunos que cursaram a disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão” do curso de Administração Pública e Social da UFRGS e comparar com a daqueles que não o fizeram;
- 3) Verificar com professores do curso de Administração Pública e Social da UFRGS suas percepções acerca da extensão universitária e as propostas para sua curricularização;

- 4) Conhecer as propostas para a curricularização da extensão no curso de APS.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica por perspectivas de duas naturezas. A primeira, do ponto de vista teórico, por contribuir com o debate sobre o papel da extensão na comunidade acadêmica, e o papel da curricularização, em tornar de maneira efetiva a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A segunda do ponto de vista empírico, por enriquecer o debate sobre a extensão universitária, auxiliando a comunidade acadêmica acerca da implementação da curricularização de atividades extensionistas em um curso noturno, bem como contribuir com o enriquecimento curricular do curso de Administração Pública e Social da UFRGS.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DESAFIOS DE SUA CURRICULARIZAÇÃO

No tripé universitário ensino-pesquisa-extensão, a extensão é a mais incompreendida e a menos praticada. Talvez por sua natureza interdisciplinar ou pelo fato de ser realizada fora das salas de aulas, ou ainda, pelo fato de atender demandas por informação e conhecimento na sociedade. As dificuldades conceituais e a sua implementação ocorrem pelo fato de a extensão estar inserida em questões complexas, como em implicações político-sociais ou na necessidade de uma postura intelectual que esteja aberta para a inter e transdisciplinaridade, valorizando o diálogo e a empatia (PAULA, 2013). A extensão universitária passa por diversas concepções que, até hoje, provocam debates no meio acadêmico e que buscam compreender o papel que a universidade tem na sociedade.

2.1 OS CAMINHOS E CONCEPÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A origem do termo “extensão” se deu na Inglaterra do século XIX. Fagundes (1985) explica que a universidade inglesa, em suas origens, tinha o seu foco na formação da elite e da nobreza para a ocupação destes em cargos de comando no governo. Com o contexto da Revolução Industrial, a universidade inglesa se viu na obrigação de modificar a sua atuação, tanto para o preparo de técnicos como para atender às classes populares, que os pressionava. Nesse contexto, a extensão surge como atividade da universidade.

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham – a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Pércles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire. (MIRRA, 2009, p. 77)

A partir disso, a extensão seguiu para a Bélgica, Alemanha e se espalhou por todo o continente europeu. Em seguida, chegou aos Estados Unidos onde foi criada a *American Society for the Extension of University Teaching*. Ela impulsionou as atividades de extensão em 1892 na Universidade de Chicago seguindo para a Universidade de Wisconsin, em 1903. As atividades extensionistas neste período favoreceram a modernização da tecnologia agrícola, emergindo a interação com a comunidade que demandava o desenvolvimento (PAULA, 2013).

A criação das chamadas Universidades Populares (UP) foi outro ponto importante deste período do surgimento da extensão. Elas despontaram através da insatisfação daqueles que estavam dentro e fora das universidades, partindo do esforço autônomo de intelectuais, com o intuito de mostrar às populações que não tinham acesso à universidade. Neste período, as atividades de extensão se resumiam apenas a cursos livres para a população em geral (FRAGA, 2012).

A extensão universitária, em seus primórdios, assumiu duas vertentes, como descreve Paula (2013, p. 9-10):

[...] a primeira, tendo se originado na Inglaterra, difundiu-se pelo continente europeu e expressou o engajamento da universidade num movimento mais geral, que envolveu diversas instituições (o Estado, a Igreja, Partidos), que buscaram, cada qual à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais nefastas do capitalismo [...]

A segunda vertente da extensão é protagonizada pelos Estados Unidos e tem como objetivo básico a mobilização da universidade no enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia, da maior aproximação da universidade com o setor empresarial.

Estas vertentes da extensão universitária estão ligadas ao desenvolvimento capitalista, sendo que a primeira retrata a busca da legitimação e estabilidade do Estado do Bem-estar Social tendo prevalência em vários países europeus e, a segunda, que possui vocação liberal e utilitarista para o mercado, modelo este exclusivamente norte-americano.

Na América Latina, a extensão universitária percorreu alguns caminhos diferentes. As universidades latino-americanas tiveram influência da revolução mexicana de 1910, e da cubana de 1959. A Constituição Mexicana de 1917 é o primeiro texto constitucional em âmbito mundial que incorporou direitos sociais (LIMA FILHO, 2013).

As Universidades Populares como a UP Mexicana (1912), a UP Lastarria (1918) no Chile, a UP González Prada (1922) no Peru e a UP José Martí (1923) em

Cuba, apresentam algumas das características latino-americanas. Fraga (2013, p. 19) afirma que “em relação à experiência cubana, a principal diferença em relação à experiência peruana é que os trabalhadores eram tidos como vanguarda e, portanto, os estudantes tinham uma função subordinada em relação a eles.” Outro fato, se não o mais importante na formação sociocultural da América Latina, foi o movimento pela Reforma Universitária de Córdoba, em 1918.

O movimento pela Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, iniciado pelos estudantes, se espalhou por todo o continente. O movimento fez parte da luta contra “[...] a permanência da dependência, contra a incompletude da construção nacional, expressa no absoluto distanciamento das universidades dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos e culturais das nações latino-americanas” (PAULA, 2013, p. 11).

Em junho de 1918, os estudantes aprovaram o Manifesto Liminar ou *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica*. Nele, foram abordados pontos como a crise experienciada pela Universidade de Córdoba; o poder de renovação da juventude e as reivindicações reformistas. O movimento teve uma grande expansão, obtendo apoio de políticos de esquerda, sindicatos e pessoas intelectuais de posições diferentes. A reivindicação estudantil se dava acerca do exercício da autoridade universitária que, além de impedir a participação na administração, impedia também o desenvolvimento acadêmico. Os estudantes de Córdoba invocavam os demais estudantes da América do Sul para observar a similaridade das demandas, bem como as imposições para a reforma das universidades a partir de alguns pontos comuns, como a mudança dos mecanismos administrativos, do ensino e da prática docente.

A premissa reafirmada no Manifesto tinha, como uma de suas influências, a de José Ingenieros (1877-1925), que propunha a juventude como protagonista das transformações culturais e de que a Universidade deveria acompanhar tal questão, afastando-se do modelo europeu e obtendo aspectos próprios. Córdoba deixou diversos legados, dentre eles a conquista pela permanência dos estudantes e a democratização da universidade na gestão, assim como a extensão universitária para além dos seus limites. “As experiências concretas e a reforma na legislação argentina asseguraram a participação estudantil em Córdoba e, posteriormente, em diferentes níveis nas universidades latino-americanas” (NETO, 2011, p. 69).

A partir dos anos 1960, a luta de classes se intensificou na América Latina. Houve uma explosão de mobilizações em torno de reformas com reivindicações que, de um lado pediam a construção da nação e do outro demandavam a socialização dos meios de produção. Como reação, surgiu uma série de golpes de estado que tentavam impedir a marcha da luta social em muitos países da América Latina com a implantação de regimes ditatoriais (PAULA, 2013).

No Brasil, as primeiras experiências de Extensão Universitária datam de 1911, através de cursos e conferências realizados na Universidade de São Paulo e de prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Entre as décadas de 50 e de 60 os estudantes das universidades de todo o país mobilizaram e formaram a União Nacional dos Estudantes (UNE), organizando movimentos políticos e culturais, buscando uma atuação interprofissional, por meio de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre a sua prática (FORPROEX, 2012).

Em meados dos anos 50 ocorreram intensivas mobilizações políticas e sociais, como a grande greve operária em São Paulo, a luta pela Reforma Agrária através das ligas camponesas, a criação da Petrobrás e a Campanha de Defesa da Escola Pública. Outra luta dessa época, considerada de extrema importância, foi o grande movimento pela alfabetização. Alinhado ao Método Paulo Freire, se constituiu como um grande instrumento de mobilização e conscientização social e política, unindo várias instituições de governos, Igreja Católica, UNE e universidades. Paula (2013, p. 17) descreve que:

Foi na Universidade de Recife, através do Serviço de Extensão Universitária, dirigido por Paulo Freire, que se manifestou com clareza a efetiva integração da universidade, da extensão universitária, às grandes questões nacionais, ampliando o que já vinha sendo feito pelos estudantes com a luta pela Reforma Universitária. De fato, é com Paulo Freire que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares, de que é exemplar manifestação o livro “Extensão ou Comunicação?”, de 1969, escrito no Chile, onde Paulo Freire discute as bases de uma comunicação efetiva entre o saber agrotécnico e os camponeses chilenos, em que certo conceito de extensão é criticado por suas implicações unilaterais e invasivas para dar lugar a uma prática, a uma cultura, necessariamente, dialogal, educativa e comunicacional.

No período da ditadura militar houveram iniciativas importantes como o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), o Projeto Rondon e a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68). Outra importante iniciativa foi a

criação da Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER que buscou medidas para institucionalizar e fortalecer a Extensão Universitária no Brasil. Uma destas medidas foi a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária sob forte influência de Paulo Freire, voltando o atendimento para organizações e populações (FRAGA, 2012).

No início da década de 1980 surgem diversos movimentos sociais pela luta da redemocratização, dando lugar a uma nova concepção de Universidade Pública que articula a Extensão com o Ensino, Pesquisa e os novos movimentos sociais. Em 1987 ocorre a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) que assume um papel de destaque na pressão política e articulação junto ao Ministério da Educação.

O reconhecimento legal das atividades de extensão vem através do Artigo 207 da Constituição Federal de 1988: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e **obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**" (BRASIL, 1988, grifo nosso).

O princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deriva de demandas por mudanças necessárias acerca da função da Universidade – e do Ensino e da Pesquisa nela desenvolvidos, alçando ao mesmo *status* destes dois (não há hierarquia na Constituição), [...] São mudanças que devem ser contextualizadas e que não são legitimadas nas instituições e em suas normas, nem nas práticas de seus agentes, apenas porque estabelecidas na lei. Mas estas mudanças se impõem às regras vigentes no campo, ao *habitus* institucional (embora não consensual, sempre há uma predominância deste ou daquele valor ou compreensão em dado momento, e este tende a ser normatizado) e ao *habitus* dos agentes que o compõem, logo, às suas práticas. (GONÇALVES, 2015, p. 1231-1232)

Na década de 90 houve a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) que especifica o financiamento da extensão, define as diretrizes, os objetivos, as ações e a metodologia a ser utilizada. Na sequência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/96), de 1996, define a Extensão Universitária como uma das finalidades da universidade e instituiu a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público. Em 1998, o Forproex criou o Plano Nacional de Extensão, firmando ainda mais esta atividade na academia brasileira (FORPROEX, 2012).

Não menos importante, deve-se dar destaque ao Programa de Educação Tutorial (PET). Ele foi criado em 1979 sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em 1999, sua gestão foi transferida para a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC). O PET possui vínculo com as Instituições de Ensino Superior (IES) de todo o país e é composto por grupos que desempenham atividades norteadas pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFRGS, 2020d).

A criação de políticas e programas para avançar no financiamento e institucionalização da extensão experimentam avanços importantes na primeira década dos anos 2000, período no qual é criado o PROEXT – programa de financiamento da extensão universitária, que está sem financiamento desde 2016.

Sendo assim, é importante frisar, em primeiro lugar, que as diferenças que decorrem das concepções da extensão universitária a partir do seu surgimento nas vertentes europeias e estadunidenses não são apenas um elemento histórico e sim visões que ainda estão presentes: entre uma visão instrumental e uma visão integral, de compromisso social da universidade no seu próprio processo de construção do conhecimento. Em segundo lugar, o percurso da extensão no Brasil mostra sua relação com as lutas sociais e a herança de Córdoba, na busca por uma Universidade próxima dos grandes desafios da sociedade. Isto supõe firmar uma concepção de universidade e construir processos institucionais que o façam efetivo. Não basta proclamar o tripé ensino-pesquisa-extensão, é necessário fazer ele realidade.

2.2 DESAFIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO NO BRASIL

Não existem dúvidas de que o Forproex foi decisivo na criação da política de extensão atual no que tange em conceituar a extensão universitária, elaborar mecanismos de avaliação e monitoramento de ações, institucionalizar a extensão a atuação universitária e ser o principal mediador na deliberação de políticas públicas para a promoção da extensão (PAULA, 2013).

Amplios debates foram realizados nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, ocorridos nos anos de 2009 e 2010, onde o Forproex divulgou o conceito e os escopos de Extensão Universitária para a sociedade e para a comunidade acadêmica:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão Universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social. (FORPROEX, 2012, p. 42)

A extensão universitária faz com que a própria universidade aprofunde o seu papel no comprometimento da transformação social ao fazê-la aproximar a formação e a difusão de conhecimento à comunidade, corrigindo impedimentos que possam trazer desigualdades e assimetrias ao apoderamento social da ciência do conhecimento (PAULA, 2013).

Para tanto, se faz necessário salientar que a extensão não está imune de conflitos e incompreensões sobre metodologias, teorias, objetivos e públicos-alvo das suas práticas. Um deles é a existência de duas vertentes que se confrontam: a assistencialista, que trata da extensão como somente transmissora de conhecimento, de serviço assistencial, sendo basicamente unilateral, pois não leva em conta as necessidades de uma sociedade; e a não assistencialista, que trata da extensão como atividade de intensa comunicação e de troca de saberes. Nesta vertente, considera-se a extensão uma prática que vai além da assistência universitária. Além de auxiliar a sociedade com o conhecimento adquirido na universidade, o aluno também aprende com a sociedade e, em contrapartida, traz esse conhecimento novamente para a sala de aula (GADOTTI, 2017).

Na perspectiva não assistencialista é possível verificar similaridade no conceito de extensão proposta por Tavares (1997, p.35):

A Extensão é o próprio ensino e pesquisa desenvolvidos dentro de uma concepção político-metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população, numa perspectiva do movimento ação – reflexão – ação, em que a concepção de ensino se constitui na elaboração, ela mesma, do conhecimento pelos alunos, resultante do confronto da realidade concreta e a pesquisa da sistematização dessa prática.

Outro fator importante a ser enfatizado é a necessidade de uma reforma universitária em função das três crises instaladas na Universidade Pública. Crises

estas que contribuem para que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não seja efetivada. A primeira crise é a de hegemonia. Ela é resultado de contradições entre as funções da universidade – de um lado como produtora de conhecimento e de outro como produtora de mão-de-obra exigida pelo mercado capitalista. A Universidade Pública, ao ser incapaz de desempenhar tais funções discrepantes, fez com que os agentes econômicos e o Estado buscassem fora dela outras opções para alcançar estes objetivos. Deste modo, a Universidade Pública deixa de ser uma instituição exclusiva de ensino superior e entra em uma crise hegemônica. Um exemplo é citado por Maciel (2017, p. 104):

A omissão da obrigatoriedade do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuiu para que no Artigo 45 da LDB se estabeleçam outras formas de funcionamento do ensino superior – “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. Ao não definir a organização destas instituições, a LDB flexibiliza a criação de diferentes IES, comprometendo o padrão de qualidade – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – construído historicamente pelas forças contra-hegemônicas.

A segunda crise diz respeito à legitimidade que decorre da contradição entre as restrições de acesso impostas por métodos de avaliação de saberes especializados e as exigências pela igualdade de oportunidades e democratização da universidade.

Por fim, a terceira crise, que é a institucional, trata da consequência da divergência entre a demanda de autonomia na definição de objetivos e valores da universidade e a pressão em fazer destes objetivos e valores, baseada em métodos de produtividade e de eficácia, uma responsabilidade social ou em essência empresarial (SANTOS, 2005).

Com o intuito de trazer à prática concepção da extensão, na sua essência, foram criadas cinco diretrizes para a orientação na formulação e na implementação de ações de extensão nas universidades. São elas (FORPROEX, 2012):

1) Interação Dialógica: busca orientar o desenvolvimento das relações entre Universidade (alunos e professores) e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, produzindo juntamente com a sociedade um novo conhecimento.

2) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: procura combinar a especialização, considerando as complexidades inerentes às comunidades, setores e grupos sociais aos próprios objetivos e objetos destas ações.

3) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: busca reafirmar as ações de extensão, vinculando-as ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).

4) Impacto na Formação do Estudante: pretende permitir o enriquecimento da experiência do aluno para além da teoria e metodologia, abrindo espaços para a materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.

5) Impacto e Transformação Social: procura estabelecer uma relação entre a Universidade e os outros setores da sociedade, atuando de forma transformadora nos interesses e nas necessidades da maioria da população, proporcionando o desenvolvimento social e regional e o aprimoramento das políticas públicas.

A Resolução CNE/CES nº 07/2018 estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Ela traz, em seu Artigo 5º, a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (BRASIL, 2018)

O Capítulo II da Resolução CNE/CES nº 07/2018 ainda trata da Avaliação, descrevendo que em cada IES, a extensão deverá passar por uma contínua autoavaliação crítica, com o intuito de aperfeiçoar as suas características de articulação.

Art. 11 A autoavaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados na autoavaliação continuada da extensão. (BRASIL, 2018)

A avaliação externa fica a cargo do INEP como a verificação da previsão institucional e a implementação da curricularização; a averiguação da articulação das atividades - se estão cumprindo a indissociabilidade e a apuração dos docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão.

Faz-se necessário destacar, dentre as diretrizes mencionadas anteriormente, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois ela garante legalidade e legitimidade na busca de espaço e de consolidação no campo acadêmico. Ela também reitera o processo de institucionalização da Extensão nas Universidades ao buscar a definição de novas tendências, e por discutir e inserir em todos os âmbitos da universidade e sociedade – professores, funcionários, alunos, comunidade, entre outros – uma perspectiva em que a atividade extensionista seja observada de maneira indissociável, estabelecendo assim a sua função formativa.

Nesse contexto, considerando o âmbito administrativo, observa-se a institucionalização da extensão nas Universidades, pois na maioria delas verifica-se a existência de Pró-Reitorias, normativas, financiamento e bolsas estudantis direcionadas às atividades extensionistas. No entanto, aqui pode estar um dos grandes desafios da área extensionista. Segundo Gonçalves (2015, p. 1238):

A institucionalização administrativa constituiu e constitui um espaço de disputas e tensões internas, mas trata do problema menor, por assim dizer, pois, nesse processo, os *habitus* e as regras dos campos, constituídos social e historicamente, vão configurando as estratégias e os caminhos possíveis de consolidação. O viés menos difícil de ser estabelecido parece ser aquele que se concretizou administrativamente: a Extensão como uma das funções, um dos elementos do tripé que constitui a missão da Universidade. O problema é que não necessariamente há diálogo estabelecido com os outros dois, ao menos não na forma como o princípio da indissociabilidade pressupõe.

Geralmente, nota-se que as atividades extensionistas são incluídas nos currículos somente como atividades complementares, inserção de disciplinas sobre Extensão, projetos especiais ou atividades formativas de caráter não obrigatório, tornando assim, o princípio da indissociabilidade insuficiente.

2.3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão vem para firmar a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade, e também para o contato do campo acadêmico com a sociedade, destacando o papel social da universidade e o interesse social do ensino e da pesquisa (GADOTTI, 2017).

O princípio da indissociabilidade, para Pereira e Vitorini (2019), serve como base para a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES). Este princípio faz parte da construção do Plano Nacional de Educação (2014-2024). O PNE aponta a curricularização na estratégia 7 da Meta 12 e ela é estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 07/2018: “Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018).

São consideradas como atividades extensionistas, no Artigo 7º da Resolução CNE/CES nº 07/2018, as “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.” Além disso, as atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades: (I) programas; (II) projetos; (III) cursos e oficinas; (IV) eventos; (V) prestação de serviços e, como ressalva, programas institucionais e os de natureza governamental. No entanto, somente programas e projetos foram incluídos no PNE de 2014-2024:

[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em **programas e projetos de extensão universitária**, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; [...] (BRASIL, 2018, grifo nosso)

Quanto aos prazos, a Resolução CNE/CES nº 07/2018 expõe em seu Artigo 19º que “as instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes”. Levando em conta que esta resolução foi homologada em 2018, as IES teriam até o ano de 2021 para a implementação da curricularização e das demais diretrizes. No entanto, com o decreto de calamidade pública devido à pandemia de COVID-19 instaurada no mundo, os prazos sofreram alterações. A Resolução CNE/CES nº

01/2020 amplia o prazo para a implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Assim, a data limite para a implantação – que era 19 de dezembro de 2021 – ficou para 19 de dezembro de 2022, devendo ser implementadas as diretrizes para a Extensão na educação superior brasileira aos ingressantes a partir de 2023.

Contudo é necessário salientar que as atividades extensionistas precisam avançar qualitativamente e não somente pela obrigação que a curricularização traz para a formação:

Curricularizar a Extensão Universitária implica aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas. O currículo não deve ser entendido como um “apêndice” do processo educativo. Ele é resultado de um “caminho percorrido” (significado da palavra “currículo”) da própria educação, que implica escuta, reflexão, elaboração teórica e práxis. Uma política de extensão não extensionista é um grande desafio para a universidade. Trocar ideias com experiência já realizadas, refletir criticamente sobre elas, torna-se necessário para que não se comece tudo de novo. (GADOTTI, 2017, p. 11)

Ademais, é importante levar em consideração a forma em que ocorrerá a conversão das atividades extensionistas em créditos sem impor acréscimos na carga horária do curso. Para tanto, é imprescindível considerar alguns fatores como concepção, organização e componentes curriculares, além dos saberes docentes e do estágio. Além disso, o processo de curricularização traz outros anseios referentes “[...] aos critérios de inserção curricular da extensão; às formas de participação discente em programas e projetos de extensão [...]; aos impactos administrativos orçamentários e político-pedagógicos, dentre outras” (COSTA, 2019, p. 115).

Na mesma vertente, Pereira e Vitorini (2019) acreditam que a curricularização da extensão será um grande desafio para as universidades:

[...] o desafio proposto para todos os cursos de graduação é o de rever seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), fazendo uma nova leitura para inserir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio de componentes curriculares obrigatórios na formação do estudante. Lembrando que essa revisão nos PPCs não deve ser vista como aumento da carga horária do currículo, mas como uma maneira de **articular ensino e pesquisa às demandas da comunidade, à formação orientada à interprofissionalidade e à flexibilidade curricular, observando a função social da universidade** e a qualidade do ensino ofertado. (PEREIRA; VITORINI, 2019, p. 23, grifo nosso)

Ainda de acordo com as autoras, é necessário envolver a comunidade acadêmica no processo da normatização, pois ela exige diversas transformações na construção do currículo, acarretando em consequências operacionais e administrativas para a efetivação da curricularização da extensão (PEREIRA; VITORINI, 2019).

Outros desafios também devem ser considerados, como expõem Ribeiro, Mendes e Silva (2018, p. 337): “Todo processo de mudança requer rupturas na forma de ver, perceber e agir. A inserção da extensão nos currículos de graduação das universidades públicas brasileiras não será diferente.” A necessidade de mudanças é variada, como a redefinição da percepção de sala de aula, a expansão da concepção de conhecimentos entendidos como autênticos e permitidos na academia, e ainda, no modo de avaliação aplicado aos alunos, fazendo com que os docentes se afastem de modelos livrescos e se envolvam em outras perspectivas epistemológicas. Isso significa que o professor é estimulado a sair de sua zona comum – dentro da sala de aula exibindo slides e conteúdo – e incentivado a explorar outras formas de ensino e aprendizagem. “A rua, a praça, a escola, a empresa, a comunidade, passam a fazer parte de um cenário complexo e potencializador de diálogos plurais, porque referenciados no cotidiano, na vida e nos sentidos singulares de cada sujeito” (RIBEIRO; MENDES; SILVA, 2018, p. 337).

Partindo dos pressupostos, é importante a necessidade de analisar o currículo minuciosamente levando em conta a sua complexidade acerca da formação do indivíduo – sendo ele passível de particularizações dependendo do contexto. Desta forma, “[...] é importante pautar a gestão acadêmica como mobilizadora da produção de subjetividades, considerando o papel formativo da universidade, em vista da inserção das pessoas nos distintos cenários sociais” (DALMOLIN; VIEIRA; BERTOLIN, 2019, p. 78). Destarte, a curricularização da extensão universitária deve ser pensada considerando a complexidade humana, que varia desde o seu conhecimento até a sua integralidade, tornando fundamental a conduta problematizadora do currículo.

2.4 A EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

A formação do Campo de Públicas no Brasil é recente, tendo sua busca por reconhecimento no início do século XX com o auxílio do Programa de Apoio a Planos

de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). No entanto, somente em 2014 os cursos do Campo de Públicas tiveram a sua institucionalização (ALMEIDA *et al.*, 2018).

A Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 do Conselho Nacional de Educação, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública. O Artigo 4º desta Resolução expõe as competências e as habilidades que o curso de Administração Pública deve possibilitar:

- I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças. (BRASIL, 2014)

Um estudo voltado para a averiguação de grade curriculares de alguns cursos do Campo de Públicas no país verificou que:

[...] compreende-se, no contexto do Campo, que é a partir da conjunção de diversos conhecimentos que se torna possível formar um gestor com capacidade de diálogo e aderência em diversas áreas do saber, bem como detentor de uma visão crítica acerca da realidade na qual estão inseridos. Parte-se do princípio de que a formação multidisciplinar do gestor de políticas públicas possibilita que problemas ainda tão caros, complexos e desafiadores sejam pautados a partir de uma leitura técnico-política diferenciada da forma tradicional, se constituindo como uma oportunidade real e concreta de abordagem mais efetiva, eficiente e eficaz daqueles problemas. (ALMEIDA *et al.*, 2018, p. 138)

O Artigo 8º da Resolução CNE/CES nº 01/2014 descreve que as atividades complementares devem possibilitar ao aluno reconhecer e testar conhecimentos, competências e habilidades, incluindo “a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de

extensão” (BRASIL, 2014). Partindo dos pressupostos, verifica-se que as competências exigidas do futuro administrador público vão além das tarefas e pesquisas realizadas em sala de aula.

No Campo de Públicas, entre alguns exemplos, há o curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O curso conta com o Programa de Imersão no Campo de Públicas da UFMG que reúne ações de ensino, pesquisa e extensão universitária. Entre as diversas ações do Programa há a assessoria aos gestores públicos e o desenvolvimento de produtos solicitados por órgãos públicos. Este Programa conta com diversas instituições públicas parceiras para a execução destas ações (UFMG, 2020).

Outro grande exemplo é o projeto “Laboratório em Gestão Pública – LABGP” do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ele teve por objetivo a criação de “um espaço público articulado aos processos de monitoramento e avaliação (M&A) em relação às políticas, serviços, benefícios públicos implementados na gestão pública do estado da Paraíba, com enfoque na área da juventude” (PESSOA, *et al.*, 2019, p. 104).

Diante dos expostos, não há como desconsiderar a importância da extensão no Campo de Públicas, pois se espera do perfil egresso dos cursos desta área um profissional que se articule com o meio sociocultural, organizacional e que se mobiliza em diversos contextos aprendidos durante o percurso acadêmico. É necessário ressaltar que o campo de públicas faz parte da área das ciências sociais aplicadas e que “a extensão apresenta um papel chave, por ser um espaço de prática, de contato com diferentes pessoas e realidades, de protagonismo e demanda de resposta dos estudantes” (OLIVEIRA, *et al.*, 2019, p. 59).

Em um contexto de pandemia, como a da COVID-19, e das crises humanitárias, há consequências que aumentam as desigualdades sociais. Este cenário faz com que a presença do Estado com a sociedade civil seja imprescindível, articulando e impulsionando ações públicas que objetivam a garantia de direitos. Além das pesquisas acadêmico-científicas, as práticas de extensão desenvolvem vivências que possibilitam formações teórico-práticas para o desenvolvimento de tecnologias sociais e de gestão em cursos do Campo de Públicas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é exploratória, pois ela tem por objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Este tipo de pesquisa busca uma visão geral sobre determinado fato e geralmente abrange levantamento bibliográfico e documental, estudos de caso e entrevistas não padronizadas. Neste trabalho, foi preciso explorar as concepções de extensão, o perfil discente do curso, as percepções de alunos e estudantes do curso sobre a extensão universitária, a importância acerca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como as informações pertinentes aos processos de curricularização na Universidade.

Para a execução deste trabalho foi realizada uma abordagem qualitativa. Isso porque, esta abordagem se preocupa com fatos que não podem ser quantificados, concentrando-se no entendimento e na elucidação da dinâmica das relações sociais. Buscam explicar a causa dos fatos, demonstrando o que cabe a ser realizado, mas sem medir valores (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Desta forma, esta pesquisa analisou os dados de forma qualitativa, procurando, na aplicação de entrevistas e questionários, com perguntas abertas e fechadas aos alunos e professores, estudar experiências e particularidades que possam, de alguma maneira, medir as relações das concepções teóricas com realidade vivida neste cenário.

Para conseguir realizar os objetivos propostos, foi desenvolvida uma estratégia que incluiu a análise bibliográfica, a análise documental, a realização de entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários.

A pesquisa bibliográfica sobre o tema compreendeu, inicialmente, uma análise da literatura especializada, para verificar o histórico, os conceitos e o contexto da extensão universitária no país, bem como sobre a prática da extensão universitária no Campo de Públicas. Foi realizada também uma pesquisa documental, de caráter mais amplo, através da busca eletrônica, consulta e análise de leis, projetos e resoluções sobre a curricularização da extensão no Brasil, bem como para averiguar exemplos de curricularização já realizados em outras universidades públicas.

Seguidamente, foi realizada uma pesquisa documental para coletar dados sobre o desenvolvimento de atividades extensionistas e do processo de

curricularização na UFRGS. Ela ocorreu a partir da busca em minutas, relatórios, atas, registros e informações documentadas encontradas em meios eletrônicos.

A pesquisa documental foi também utilizada para verificar o desenvolvimento de atividades extensionistas, e o processo de curricularização no curso de Administração Pública e Social da UFRGS. Neste sentido, foram analisados registros de reuniões e informações obtidas no site da universidade. Na falta de algumas informações secundárias sobre o perfil dos alunos, foi necessário procurar pela via dos questionários aplicados aos alunos por esta pesquisa e através da pesquisa realizada pela COMGRAD do curso de APS sobre uma nova Alteração Curricular, outro processo que está em andamento além da curricularização da extensão.

Já a pesquisa de campo incluiu a realização de entrevistas e a aplicação de questionários, buscando aprofundar os elementos centrais do problema de pesquisa, conforme detalhado a seguir:

a) entrevistas semiestruturadas com um professor representante da Câmara de Graduação (CAMGRAD) da UFRGS e com quatro professores do curso de Administração Pública e Social que, através de seu lugar de coordenação (na COMGRAD e na Área de Pública e Social) ou de sua experiência extensionista enquanto professores da disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão”, poderiam fornecer informações privilegiadas tanto sobre o funcionamento da extensão como aportar elementos acerca de suas próprias percepções a respeito da extensão universitária e os desafios do processo de curricularização da extensão na UFRGS e no curso de APS.

As entrevistas permitem um maior aprofundamento sobre o tema e propiciam riqueza nos detalhes, além de trazer a possibilidade de coletar informações não documentadas, sendo um dos mais importantes instrumentos de coleta de dados para a execução da pesquisa. O tipo de entrevista escolhida para a execução deste trabalho é o semiestruturado, no qual é organizado um roteiro de perguntas sobre o tema que está sendo estudado e propicia que “o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72).

b) questionário aplicado aos professores do curso de Administração Pública e Social da UFRGS com perguntas fechadas e abertas para verificar suas percepções acerca da extensão universitária e suas propostas para a curricularização da extensão

no curso. Participaram um total de 12 professores e professoras, sendo 6 da própria área de pública e social e 6 de outras áreas do departamento.

c) questionário aplicado aos alunos do curso na tentativa de averiguar as questões colocadas no problema de pesquisa a percepção da extensão universitária por parte dos alunos do curso de Administração Pública e Social da UFRGS e sua disponibilidade para a participação em atividades de extensão em turnos diferenciados dos horários do curso ou outras modalidades propostas para a curricularização da extensão. No questionário continham perguntas fechadas e abertas e questionamentos específicos aos alunos que cursaram a disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão” do curso de Administração Pública e Social da UFRGS, o que permitiu comparar suas percepções com a daqueles que não o fizeram. Responderam um total de 36 alunos.

A seguinte tabela sintetiza os instrumentos utilizados e sua relação com os objetivos propostos:

Tabela 1 – Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Objetivos	Instrumentos de Pesquisa	Amostra e Tratamento dos Dados
1. Averiguar a percepção da extensão universitária por parte dos alunos do curso de Administração Pública e Social da UFRGS, assim como sua disponibilidade para a participação em atividades de extensão em turnos diferenciados dos horários do curso ou outras modalidades propostas para a curricularização da extensão;	Questionário com perguntas abertas e fechadas. Limitações para ter dados sobre o perfil, mas buscou-se suas características em outras fontes e também nas perguntas sobre seu perfil	36 alunos respondentes Análise de frequência para as perguntas fechadas Análise de conteúdo para as perguntas abertas Análise dos resultados para responder os objetivos propostos
2. Investigar a percepção dos alunos que cursaram a disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão” do curso de Administração Pública e Social da UFRGS e comparar com a daqueles que não o fizeram;	Questionário. O mesmo instrumento usado para atingir o objetivo anterior com perguntas abertas específicas para aqueles que já cursaram a disciplina.	Dos alunos respondentes, 20 tinham cursado a disciplina. Análise de frequência para as perguntas fechadas Análise de conteúdo para as perguntas abertas Cruzamento das respostas obtidas entre os alunos que cursaram e os que não cursaram a disciplina “Atividade Integradora II – Extensão”.

Continua...

Continuação da Tabela 1 – Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Objetivos	Instrumentos de Pesquisa	Amostra e Tratamento dos Dados
<p>3. Verificar com os professores do curso de Administração Pública e Social da UFRGS suas percepções acerca da extensão universitária e as propostas para sua curricularização</p>	<p>Questionário com perguntas abertas e fechadas buscando verificar: a sua percepção acerca da extensão universitária, a sua experiência na área extensionista, os projetos em andamento e as sugestões para a implementação de extensão em disciplinas.</p> <p>Entrevista semiestruturada com professores, buscando aprofundar os elementos como percepção da extensão e propostas para a curricularização.</p> <p>Pesquisa documental através da coleta de dados dos projetos de extensão em 2021 dos professores.</p>	<p>Questionário: 12 professores respondentes Análise de frequência para as perguntas fechadas Análise de conteúdo para as perguntas abertas Análise dos resultados para responder os objetivos propostos</p> <p>Entrevista semiestruturada: 4 professores do curso entrevistados Análise de conteúdo</p> <p>Pesquisa Documental: Análise de conteúdo.</p>
<p>4. Conhecer as propostas para a curricularização da extensão no curso de APS.</p>	<p>Pesquisa documental através da coleta de dados das Resoluções discutidas na UFRGS.</p> <p>Entrevistas semiestruturadas buscando dados sobre o andamento do processo de curricularização no âmbito da UFRGS e do curso de APS. com professores considerados “informantes chaves”, buscando informações para entender melhor o processo na UFRGS e no curso</p>	<p>Pesquisa Documental: Análise de conteúdo</p> <p>Entrevistas semiestruturadas: 1 professor representante da Câmara de Graduação (CAMGRAD) da UFRGS e 1 professor representante da Comissão de Graduação (COMGRAD) do curso de APS. Coleta de dados e Análise de Conteúdo</p>

4 A EXTENSÃO NA UFRGS E NO CURSO DE APS

No capítulo 2 foram abordadas as diversas concepções de extensão universitária, destaca-se que é importante estar atento sobre como vão se configurando as estratégias e os caminhos possíveis para sua institucionalização e foram apresentadas as normativas e os desafios da curricularização. Trata-se, agora, de apresentar como este processo vem acontecendo na UFRGS e no curso de Administração Pública e Social. Entender como a extensão é desenvolvida na universidade e no curso, bem como averiguar como está ocorrendo o processo de curricularização é crucial para atingir os objetivos do trabalho.

À vista disso, neste capítulo é apresentado, primeiro, como se dá a extensão na UFRGS e como o processo de curricularização está ocorrendo na Universidade. A seguir, é apresentada a extensão na Escola de Administração para, posteriormente, adentrar na situação da extensão no curso de Administração Pública e Social, bem como no processo de curricularização da extensão no curso, analisando as percepções do corpo docente sobre o assunto.

4.1 EXTENSÃO NA UFRGS

A UFRGS, ao elaborar a sua política de extensão, levou em consideração o artigo 1º, inciso I do seu estatuto onde ela propõe “I – estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão indissociáveis no âmbito da Universidade” e o art. 3º onde afirma que a Universidade guiar-se-á pela indissociabilidade. Partindo disso, o Conselho Universitário criou a Política de Extensão para UFRGS que contempla os seguintes objetivos:

1. Interagir com a sociedade incluindo o atendimento às demandas sociais e às ações de produção e difusão cultural e tecnológica;
2. Manter seu compromisso com os direitos humanos, respeitando as diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros;
3. Assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a Sociedade para o desenvolvimento, produção e preservação cultural, artística e tecnológica relevantes para a afirmação do caráter regional e nacional;
4. Promover atividades de extensão interinstitucionais, voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
5. Assegurar a extensão universitária como um processo acadêmico importante na formação do aluno em nível de graduação e pós-graduação, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
6. Promover relações multi, inter e/ou transdisciplinares de setores da Universidade e da Sociedade;

7. Ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
8. Ampliar o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país;
9. Garantir Programa de Fomento às atividades de extensão devidamente registradas e aprovadas nas instâncias acadêmicas;
10. Buscar o financiamento da extensão com recursos provenientes de setores públicos e/ou privados. (UFRGS, 2012)

A gestão das atividades de extensão na UFRGS é de responsabilidade da PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão. É de sua incumbência a formulação de diagnósticos, propostas de políticas de atuação, coordenação de bolsas, intercâmbios, programas de fomento, a divulgação, o estímulo e a articulação das unidades acadêmicas para as atividades multi e interdisciplinares da extensão. Importante salientar que no ano de 2020 a Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS chegou a ser fundida com a Pró-Reitoria de Pesquisa, mas o processo acabou sendo desfeito (informação verbal)¹.

De maneira geral, a UFRGS desenvolve uma extensão bastante abrangente e de qualidade. Conforme os dados que constam no Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI) da UFRGS, referente ao ano de 2019 (UFRGS, 2020e) e apresentados no quadro 1, nesse ano houve um total de 2.552 atividades acadêmicas de extensão, com 13.476 envolvidos nas equipes executoras e 36.256 participantes.

Quadro 1 - Números da Extensão 2019: atividades e envolvidos

Atividades Acadêmicas de Extensão em 2019		2.552
Número de Executores de Ação de Extensão	Nº de Alunos de Ensino Médio/CAP nas Equipes de Trabalho	16
	Nº de Alunos de Graduação nas Equipes de Trabalho	5.556
	Nº de Alunos de Pós-Graduação nas Equipes de Trabalho	2.168
	Nº de Docentes nas Equipes de Trabalho	2.272
	Nº de Técnicos-Administrativos nas Equipes de Trabalho	853
	Nº de pessoas externas à UFRGS nas Equipes de Trabalho	2.611
	Total de envolvidos nas Equipes de Trabalho de Ação de Extensão	13.476
Número de Participantes em Ações de Extensão	Servidores e alunos/UFRGS Participantes	17.172
	Demais Participantes (externos à Universidade)	19.084
	Total de Participantes em Ações de Extensão	36.256

Fonte: UFRGS (2020e, p. 238).

A UFRGS, sob a responsabilidade da PROEXT, também promove eventos anuais de extensão de grande relevância na comunidade acadêmica conforme apresentado na tabela a seguir:

¹ Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

Tabela 2 – Eventos Anuais Promovidos pela PROEXT

Evento	Descrição do Evento
Salão de Extensão	Visa apresentar as atividades de Extensão realizadas na Universidade.
UFRGS Portas Abertas	Busca promover atividades especiais em diversas unidades da Universidade para alunos do ensino médio e demais visitantes.
Unimúsica	Projeto musical organizado pelo Departamento de Difusão Cultural (DDC) que traz à UFRGS diversos artistas e concertos todos os meses.
Convivências	Projeto organizado pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), que proporciona o intercâmbio de estudantes em comunidades diversas, promovendo a troca de saberes acadêmico e popular através da vivência.
Diálogos da Extensão	Evento organizado pela PROEXT que promove diálogos acerca dos desafios e dos caminhos da Extensão na Universidade.
Semana da África na UFRGS	Evento proposto por estudantes africanos e realizado pelo DEDS em parceria com a PROGRAD, RELINTER e ILEA, ele promove a produção e a difusão de conhecimento sobre a África.

Fonte: UFRGS (2021, adaptado pela autora).

Por outro lado, a PROEXT é responsável por uma série de ações vinculadas aos objetivos acadêmicos e de impacto social da UFRGS, um dos quais trata de incentivar a participação em editais externos, destacando-se a participação da Universidade no Projeto Rondon. Foi assim criado o Núcleo de Extensão RONDON – UFRGS, que congrega professores, alunos da graduação e servidores técnico-administrativos para a organização e deliberação acerca da participação da Universidade no Projeto Rondon, que é o maior projeto de extensão do país e é promovido pelo Ministério da Defesa. Ele foi criado no ano de 1967 e chegou a ser extinto em 1989, sendo retomado em 2005 a partir de uma iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE):

Nesta nova fase, o projeto passou a ter um caráter mais educativo, com foco na formação de lideranças e multiplicadores, e de atuação mais abrangente, dividindo-se em duas frentes principais: Conjunto A envolvendo cultura, direitos humanos e justiça, educação e saúde; e Conjunto B envolvendo comunicação, tecnologia e produção, meio ambiente e trabalho. Recentemente, surgiu o Conjunto C (comunicação social) para a participação de uma equipe universitária responsável pela cobertura de comunicação e divulgação da Operação. O Ministério da Defesa tem procurado realizar quatro Operações anuais, sendo duas no mês de julho e outras duas no mês de janeiro, cobrindo de 10 a 15 municípios em cada Operação, com duas equipes universitárias, atuando cada uma em um dos Conjuntos A e B. (UFRGS, 2021a)

A UFRGS se envolveu em algumas operações, mas a sua participação efetiva se deu a partir do ano de 2014, onde começou a participar de todas as operações e,

dois anos depois, tendo o Núcleo de Extensão RONDON – UFRGS formado por um grupo de docentes que tinha por objetivo estimular a participação da comunidade acadêmica neste projeto.

As ações de Extensão se tornam grandes ferramentas para a criação de ambientes de aprendizagem dentro da própria sociedade, sendo elas realizadas em diversas áreas, como a de educação, de saúde, de cultura e de inclusão. Neste contexto alia-se o aprendizado das salas de aula com os laboratórios de pesquisa, trazendo a possibilidade de propostas e de execução de projetos interdisciplinares em diferentes setores sociais. O registro das ações extensionistas na UFRGS cabe aos professores ou técnicos-administrativos com nível superior.

O Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI) da UFRGS, referente ao ano de 2010 (UFRGS, 2020e) aponta as fragilidades e potencialidades para a área de extensão da UFRGS que foram apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Resumo da Autoavaliação da Extensão na UFRGS

ITENS	RESULTADOS ALCANÇADOS		RECOMENDAÇÕES
	POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES	
Extensão na UFRGS	Reconhecimento da natureza acadêmica da extensão desenvolvida pela UFRGS, com ampliação do número de atividades do que no ano anterior, contando com maior número de envolvidos nas equipes de trabalho. A UFRGS tem normatização interna e política de extensão própria, que se alinham aos documentos legais e diretrizes que regem a extensão universitária em âmbito nacional. Além disso, tem se ocupado com a atualização desses documentos (normas gerais da extensão e Programa de Bolsas) e com a elaboração de novos documentos (inserção da extensão na graduação e concessão de bolsas).	O número de participantes em atividades de extensão ainda não alcançou o total de 2018, marcado pelo significativo número de participantes externos de atividades de extensão a distância de abrangência nacional. A alteração e a elaboração de novos documentos que regem a extensão implicam em adequação da Universidade às novas exigências – no registro, na prática extensionista e no fazer da instituição.	A gradual inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação e a tendência de crescimento das atividades a distância apontam a uma ampliação do número de participantes de atividades de extensão. Há necessidade de adequação gradual das novas propostas à realidade da Universidade, além de um trabalho de divulgação e esclarecimentos aos envolvidos.

Fonte: UFRGS (2020e, p. 248).

Conforme os professores do curso de Administração Pública e Social entrevistados para esta pesquisa, a UFRGS tem uma extensão significativa, com um amplo número de projetos e tem mantido uma ativa participação no Fórum Nacional

de Pró-Reitores de Extensão – FORPROEX. Avançou também no reconhecimento da atividade extensionista na carreira docente, introduzindo norma de progressões e promoções para os professores dentro da carreira, que passou a contemplar pontuação também para extensão (informação verbal)².

A percepção positiva sobre a extensão na UFRGS é compartilhada pela maioria de professores que responderam ao questionário (de 12, 1 a considera excelente, 7 muito boa, 3 regular e 1 não soube dizer). Entre os motivos que fizeram os docentes considerarem a atuação da UFRGS na extensão como “Excelente” ou “Muito Boa” estiveram: a grande oferta de programas, projetos e bolsas de extensão; o reconhecimento da sociedade; a existência de uma Pró-Reitoria dedicada somente à extensão; a participação docente; a diversidade de projetos; o comprometimento com a sociedade; e a transformação social.

Mas, conforme consta no quadro 2, além das suas potencialidades, a extensão na universidade apresenta também uma série de dificuldades. Entre elas, alguns docentes indicaram a falta de divulgação interna sobre o que é feito na extensão, atividades não extensionistas sendo consideradas de extensão e a pouca publicação de projetos. Mencionaram também que o sistema de registro das ações extensionistas é um sistema complicado (informação verbal)³.

Um problema importante também apontado tem a ver com o caráter dos projetos desenvolvidos, que em muitos casos se correspondem com uma visão mais instrumental e mercadológica da extensão. Nesse sentido, um dos entrevistados argumentou que muitos projetos de extensão aprovados pelas Comissões de Extensão (COMEX) “são projetos de consultoria, onde a Universidade vende um serviço. E não é papel da Universidade vender serviço. E na dificuldade, para entender o que é um serviço, muitas dessas atividades acabam caindo dentro da extensão” (informação verbal)⁴.

Outro problema citado por dois professores é o fato de as atividades de pesquisa serem mais valorizadas do que as atividades de extensão. Eles argumentam

² Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

³ Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

⁴ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

que isso não ocorre só na UFRGS, mas que faz parte de uma “meritocracia acadêmica”. Isso porque, geralmente, as investigações da pesquisa levam a publicações, fazendo a pessoa ser reconhecida dentro e fora da cidade como um especialista de determinado tema, trazendo reconhecimento para o docente e para a universidade em que atua. Já a extensão não tem essa mesma visibilidade.

4.2 CURRICULARIZAÇÃO NA UFRGS

Em relação à curricularização da extensão, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRGS constituiu no final do ano de 2018, um Grupo de Trabalho (GT) integrado por membros da PROEXT, Câmara de Extensão (CAMEXT), Câmara de Graduação (CAMGRAD), Fórum das Comissões de Graduação (COMGRADs), Coordenadoria de Licenciaturas/PROGRAD e Departamento de Cursos e Políticas da Graduação/PROGRAD para “discutirem e proporem regramento que, após aprovado pelo CEPE, disciplinará a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRGS [...]” (UFRGS, 2020e, p. 171). Ao decorrer do ano de 2019, o GT realizou diversas reuniões e seminários nas unidades acadêmicas no intuito de apresentar as propostas existentes para o processo de curricularização na universidade e colher sugestões ao mesmo, como informa o Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI) da UFRGS:

Em consonância à ação 1.2.2. do PG “Inserir créditos de extensão em cursos de Graduação e Pós-Graduação” foram realizadas as seguintes ações: criação do GT Curricularização da Extensão nas Licenciaturas da UFRGS; realização de Seminários relacionados à Curricularização da Extensão nas Licenciaturas; reuniões de discussão da Minuta de Resolução da Curricularização da Extensão na UFRGS e proposição de sugestões à Comissão de Curricularização da Extensão na Graduação da UFRGS; [...]. (UFRGS, 2020e, p.179)

Entretanto, o processo de aprovação da resolução atrasou em 2020, motivado pela pandemia da COVID-19 e mudanças administrativas realizadas pela nova reitoria. Sendo assim, no momento de realização desta pesquisa, ainda não tinha sido ainda aprovada uma resolução para a integralização curricular da extensão na Universidade. Nesse sentido, para melhor entender os principais elementos já discutidos e as perspectivas atuais de encaminhamento, recorreu-se à proposta inicial de minuta de resolução e à entrevista ao professor João César Netto presidente do

grupo de trabalho designado pela reitoria para preparar a referida proposta, o qual é também representante da Câmara de Graduação (CAMGRAD). Em relação ao processo de curricularização na UFRGS e sua situação atual, ele apontou:

A UFRGS vem discutindo há tempo o assunto, dentro da comunidade extensionista, mesmo antes da Resolução do CNE. Durante alguns anos o tema dos “Diálogos da Extensão”, evento que reunia os extensionistas, discutiu sobre as formas e condições desta inserção, que já estava prevista no Plano Nacional de Educação (PNE).

Um pouco antes da publicação da Resolução do CNE, a UFRGS instituiu uma comissão para propor ao CEPE a forma de realizar esta inserção. Esta comissão fez mais de 35 reuniões com grupos, órgãos, Unidades e fóruns, o que permitiu verificar as necessidades e diversidade entre os diversos cursos e as possíveis formas do reconhecimento da prática extensionista nestes cursos.

A proposta foi enviada à época para a Prograd que montou um processo para sua tramitação. O processo contém a manifestação da Prograd, Prorext, já passou pelas Câmaras de Extensão e de Graduação e atualmente está na Comissão de Diretrizes, último estágio antes da sua submissão ao plenário do CEPE. (informação verbal)⁵

Entre os principais elementos da proposta de resolução, apresentados nas diferentes unidades e departamentos da UFRGS, estão:

- A forma das atividades de extensão e sua contribuição na formação do estudante deverá estar prevista no PPC do curso;
- O percurso formativo dos estudantes deverá contemplar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos na realização de atividades de extensão;
- O percurso formativo em extensão poderá ser diferente para cada estudante;
- As atividades serão classificadas quanto a: **Modalidade** (de acordo com a atividade que dá origem à carga horária) e **Categoria** (de acordo com a qualificação das atividades).

Além disso, foram expostas as ações iniciais para a implementação:

- a) Alteração dos PPCs dos cursos;
- b) Quantificação do percentual da dimensão de extensão nas atividades de ensino já existentes (quando pertinente);

⁵ Entrevista concedida por N, J. **Entrevista V.** [abr. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.doc (2.p.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice E desta monografia.

c) Definir quais atividades de extensão ofertadas pela UFRGS serão indicadas pela COMGRAD;

d) Alterações/Ajustes nos sistemas da UFRGS;

e) Promover (semestralmente) evento (seminário) para todos os estudantes para refletir sobre a Extensão Universitária, sua abrangência, objetivos e engajamento. Isto, para aumentar a compreensão da comunidade sobre a extensão e fomentar a participação nas diversas atividades.

Conforme o professor Netto, o núcleo da proposta é o reconhecimento da prática extensionista em diversas atividades acadêmicas e que isso poderá ser feito em atividades de ensino – dependendo da metodologia e da prática de cada uma – e na participação do aluno em atividades de extensão atuando como membro da equipe executora (informação verbal)⁶.

A Câmara de Extensão (CAMEX) discutiu a proposta de resolução e fez uma série de observações e ajustes, gerando assim uma segunda proposta de resolução, cuja principal diferença estaria no modo de contabilização da extensão nos currículos.

A comissão originalmente propôs o reconhecimento da prática extensionista em horas de uma atividade, ao passo que o substitutivo proposto pela CAMEXT faz a contabilização através de um tipo de crédito diferente. O restante das diferenças decorre da forma de contabilização. Uma contribuição importante da CAMEXT foi a proposta de inserir as COMEX no trâmite das alterações curriculares que envolvem este reconhecimento da prática extensionista em atividades de ensino. A Câmara de Graduação, a partir das reuniões com o fórum de coordenadores de curso, se manifestou favorável a forma de registro das horas da prática extensionista no lugar dos créditos e favorável a inclusão das Comissões de Extensão no trâmite das alterações curriculares que envolverão a temática. (informação verbal)⁷

Ainda na primeira minuta de proposta de Resolução, constava em um dos pontos que o currículo do curso de graduação fixaria o número de créditos exigidos e que ele não poderia ser inferior a 20% (vinte por cento) do total de créditos exigidos em Atividades Curriculares de Extensão. No entanto, após diversas discussões, a última proposta encaminhada ao CEPE retirou este ponto. Conforme o professor Netto, o argumento é que, apesar do estímulo ao desenvolvimento de novas

⁶ Entrevista concedida por N, J. **Entrevista V.** [abr. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.doc (2.p.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice E desta monografia.

⁷ Entrevista concedida por N, J. **Entrevista V.** [abr. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.doc (2.p.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice E desta monografia.

atividades extensionistas que isso geraria, no momento, a Universidade não tem como garantir um número necessário de projetos de extensão para atender os mais de trinta mil alunos que a UFRGS possui.

Sendo assim, já se dá por certo de que haverá duas modalidades para a creditação da extensão na Universidade: uma será através de projetos de extensão e a outra será através das atividades de ensino. No entanto, para que sejam considerados extensão, cada disciplina deverá passar por uma alteração e prever a extensão já em seu plano de ensino. Ficará a cargo da COMGRAD de cada curso a avaliação destes planos e se as atividades propostas serão consideradas extensionistas ou não.

A implementação da extensão em atividades de ensino foi uma das soluções encontradas pela Universidade para que se atingisse a carga horária pretendida e, ainda, para tentar diminuir a dificuldade na participação de alunos de cursos noturnos, já que estes têm pouca disponibilidade para atuar em projetos extensionistas fora do horário de aula. Partindo desta perspectiva, o professor Netto foi questionado em como a Universidade está lidando com a curricularização da extensão com os cursos que são noturnos e quais seriam as propostas para estes alunos. Ele informou que há várias ideias, dentre elas, a citada anteriormente e a de abrir espaços nas grades horárias no turno de estudos. Ele ressaltou que “Isto vai exigir um desenho curricular diferente do atualmente utilizado. Esta será a tarefa cooperativa entre os Departamentos, NDEs, COMEX e COMGRADs para definir o melhor desenho para cada curso” (informação verbal)⁸.

Por ter participado de todo o processo de curricularização da UFRGS, foi perguntado ao professor quais seriam os maiores desafios por ele identificados neste processo. Ele informou que os desafios são:

- a) O aumento qualificado do volume de atividades ou horas de extensão ofertados aos estudantes, através de atividades de cunho institucional de Unidades, entre Unidades e de gestão da Universidade;
- b) O reconhecimento da prática extensionista através da alteração das metodologias de desenvolvimento de parte das atividades de ensino;

⁸ Entrevista concedida por N, J. **Entrevista V**. [abr. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.doc (2.p.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice E desta monografia.

c) A flexibilização e desenho curricular de forma a não aumentar a carga horária de dedicação discente para o cumprimento da carga horária da prática extensionista no curso. (informação verbal)⁹

Todo o processo de implementação da integralização curricular da extensão demanda uma série de mudanças institucionais, de debates e ajustes que não se esgotam com a aprovação de uma resolução. Nesse sentido, uma das preocupações é que se possa efetivamente avançar na extensão, pois, conforme um dos professores do curso de APS entrevistados, existe o risco de que atividades que não são extensionistas possam ser consideradas como tal, apenas com o intuito de preencher a carga horária de creditação da extensão:

Como em qualquer discussão, é sempre uma discussão política. Um olhar que se tem sobre isso, né. Qual é a grande questão? A grande questão hoje, dentro da Universidade, é isso. É aqueles que estão de fato querendo fazer com que os 10% se materializem na formação de um aluno. E que a extensão ocupe, pelo menos, 10% da formação. E aqueles que veem isso como um entrave, um obstáculo, um ônus. Então assim, hoje, a disputa que tem dentro da universidade é essa, assim. O que que vai ser entendido de fato como ação de extensão. (informação verbal)¹⁰

Indo nessa mesma direção, outro dos entrevistados citou que, na medida em que não há normas e diretrizes claras, muitos farão os projetos de qualquer jeito (informação verbal)¹¹. O risco, disse, é fazer “arremedos”, na falta de tempo suficiente para discutir, debater e construir as ideias.

De fato, a análise do questionário respondido pelos professores do curso de APS mostra que o conhecimento sobre as propostas que estão em debate para a implementação da curricularização da extensão ainda é baixo. Quando perguntados se eles conheciam as propostas de resolução em debate para a implementação da curricularização na UFRGS, apenas 6 docentes afirmaram que “sim, com propriedade”. Ou seja, 50% tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o que está sendo proposto.

⁹ Entrevista concedida por N, J. **Entrevista V**. [abr. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.doc (2.p.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice E desta monografia.

¹⁰ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

¹¹ Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

Gráfico 1 – Conhecimento dos docentes de APS sobre as propostas de resolução em debate na UFRGS para a implementação da curricularização da extensão



Fonte: Questionário.

Já as opiniões sobre essas propostas de resolução apontam para uma diversidade de elementos, entre os quais: que a discussão tem sido fraca e que ainda faltam discussões e rodas de conversas que levem em consideração as propostas dos professores, ou seja, uma maior participação docente neste processo; que a construção da proposta para a curricularização está se dando de “cima para baixo”; que há uma dificuldade para a operação da curricularização devido à falta de disponibilidade de recursos; que a UFRGS está tentando encontrar um meio termo entre uma graduação ideal e a atual; que as propostas são boas e que criam um bom caminho para a implementação da extensão no currículo dos cursos da Universidade.

De maneira geral, a partir dos elementos levantados neste trabalho, pode-se dizer que, apesar da importância dos debates iniciais promovidos pela PROEXT para a preparação da minuta de resolução, eles não conseguiram avançar o suficiente em todas as Unidades, nem envolver de forma ativa a comunidade acadêmica para provocar as devidas reflexões sobre os desafios colocados para avançar na efetiva indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa. Com a aproximação do prazo final para implementar a norma do CNE, o risco é não conseguir avançar na problematização sobre as possibilidades de mudanças institucionais necessárias para avançar nos objetivos da curricularização, entre os quais é fundamental aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade. A possibilidade de impulsionar uma maior oferta de projetos extensionistas e um maior envolvimento dos alunos nos mesmos esbarra nos limites institucionais que estão colocados e parecem apontar para uma resolução cujo foco será a introdução de horas nas próprias disciplinas, sem grandes inovações no que diz respeito a novos formatos para pensar a sala de aula e expandir a concepção de conhecimentos “entendidos como autênticos e permitidos na academia”, como foi mencionado ao conceptualizar a curricularização e seus desafios, no capítulo 1 .

4.2.1 Relação com o processo de curricularização em outras universidades

Além da UFRGS, todas as Universidades do país estão passando por esse processo e, nesse sentido, alguns dos professores entrevistados comentaram sobre experiências em outras Universidades, relacionando-as com a da UFRGS. Entre elas, cabe citar a comparação com o caso da Universidade Federal do Pampa (Unipampa):

Tanto na UFRGS (...) e na Unipampa, o processo de normatização interna, ele tá muito lento. Então, se delega para os NDEs a discussão, sem dar as diretrizes de como implementar ou como registrar essas horas de extensão no currículo dos alunos. Então, acho que essa questão da institucionalização da curricularização da extensão é necessária em ambas as Universidades. Qual que é a diferença que eu vi das duas universidades? É que na Universidade do Pampa houve uma discussão institucionalizada. O quê que é isso? Capacitação dos docentes que pertencem aos Núcleos Docentes Estruturantes numa reflexão, vários cursos de capacitação sobre o que é extensão. [...] Então acho que há uma falha na Universidade em não propor ações de capacitação para discutir a temática da extensão. (informação verbal)¹²

Outro caso, citado por um dos entrevistados, foi o da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), explicando que lá, o processo está parecido com o da UFRGS e com a maioria das universidades: com uma regulamentação geral da Universidade, através de um conselho e que depois as unidades aplicam. Ele argumenta que existe apenas uma diferença: que a UNILA trabalha de forma transversal e a UFRGS trabalha de forma departamental. Na opinião dele, isso acaba acarretando em uma proposta de resolução mais centralizada na UNILA, enquanto na UFRGS há a descentralização. Porém, ele ressalta que, apesar de haver uma gestão mais democrática pelo fato da departamentalização, também pode ser um risco quando não há uma regulamentação rígida. Pois caberá a cada COMGRAD (departamento) a inserção da extensão nos currículos com base na Resolução da UFRGS que, se não estiver bem formulada, poderá ser um problema. (informação verbal)¹³.

¹² Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

¹³ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

Enquanto o processo de curricularização de muitas universidades pelo país ainda estão em andamento, uma das professoras citou que na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o processo já está concluído (informação verbal)¹⁴. Ao buscar informações sobre, verifica-se que, de fato, essa Universidade iniciou o processo de creditação da extensão nos currículos dos seus cursos de graduação em 2015. Já no ano de 2011, a Universidade realizou um levantamento com o intuito de verificar os cursos que já possuíam créditos de extensão em seus currículos e de que maneira isso acontecia. O estudo ainda mapeou atividades que poderiam ser aproveitadas para atribuição de créditos. Para a sua execução, foram realizadas diversas reuniões com coordenadores de extensão e graduação. Após a discussão de resultados, foi criada uma Proposta de Minuta de Resolução a fim de regulamentar as atividades extensionistas nos currículos dos cursos da UFRJ, tendo a sua aprovação no ano de 2013. A partir disso, foram realizadas diversas reuniões, com os coordenadores de graduação, extensão e alguns docentes, em todas as unidades acadêmicas da Universidade. Nestas reuniões, foram expostas as etapas para o processo de curricularização nos cursos da UFRJ:

- Alterar ou adequar o Projeto Pedagógico do Curso. [...]
- Verificar a carga horária total exigida para a formação dos alunos no curso, calcular a carga horária para extensão equivalente ao percentual de 10% da carga horária total e identificar se já existem disciplinas ou Requisitos Curriculares Suplementares (RCS) de extensão na grade curricular do seu curso. Caso existam, verificar qual é a carga horária que cada um concede. Além disso, fazer o balanço do curso, ou seja, verificar quantas horas faltam para atingir os dez por cento de extensão;
- Criar o **Grupo Extensão** na grade curricular do curso. Com o objetivo de facilitar a identificação da extensão no currículo dos cursos, a Pró-Reitoria de Extensão em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação, elaborou uma proposta de criação de Requisitos Curriculares Suplementares (RCS) de Extensão que, organizados no **Grupo Extensão** contemplam as seguintes atividades: i) Programas/Projetos de Extensão, ii) Cursos de Extensão e iii) Eventos. Para cada atividade podem ser criados mais de um RCS sem pré-requisito, com diferentes cargas horárias e com duração máxima de até dois semestres letivos [...]. (BENETTI; SOUSA; SOUZA, 2015, p. 29, grifo dos autores)

A UFRJ ainda criou, no intuito de facilitar o entendimento dos estudantes referente às informações de extensão da Universidade o “Mapa da Extensão da UFRJ”. Nele, são divulgadas informações respectivas às ações de extensão que

¹⁴ Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

acrescentam créditos aos currículos de cada curso. Desta maneira, o aluno ingressante em qualquer curso “[...] terá maior facilidade para se inserir nas ações de extensão e cumprir os 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, preconizados pelo Plano Nacional de Educação” (BENETTI; SOUSA; SOUZA, 2015, p. 30).

4.3 EXTENSÃO NA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NO CURSO DE APS

O curso de Administração Pública e Social faz parte da Escola de Administração (EA) da UFRGS, na qual funciona também o curso de Administração. A Comissão de Extensão (COMEX) é responsável em propor ações extensionistas ao Conselho da Escola de Administração e em organizar a proposta de atividades de extensão para ambos os cursos (UFRGS, 2021).

Na EA existem alguns projetos de extensão de ambos os cursos. No ano de 2020, estavam cadastrados no Catálogo de Ações de Extensão da Universidade 15 Ações de Extensão, conforme demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 3 – Ações de extensão do Departamento de Ciências Administrativas cadastradas no Catálogo de Ações de Extensão da UFRGS

Título da Ação	Modalidade
Cinema: Trabalho, Organizações, Sociedade	Evento - Outros
PS Empresa Junior	Assessoria e Atendimento
ACELEREA 2018/2 - 2022/1	Curso Presencial
Prestações de Serviços: Capacitações, Consultorias e Eventos	Assessoria e Atendimento
Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa - NEGA - Reedição 2019 - 2020	Ação Social e Comunitária
Processos de Capacitação para o Fortalecimento dos Bancos Comunitários nas Comunidades Cascata e Vila Aparecida	Assessoria e Atendimento
Mulheres e Inovação - Divulgação em Mídia Social	Produção e Publicação
A Verdade Sobre a Universidade Pública em Imagens 2020	Produção e Publicação
Ciclo de Atividades 10 Anos Curso de Administração Pública e Social	Evento - Outros
Associação Contraponto: Apoio e Assessoria à Gestão	Assessoria e Atendimento
Podcasting Sociologia do Trabalho	Ação Social e Comunitária
Diálogos: Implicações da Relação Público-Privado para a Democratização da Educação na América Latina	Desenvolvimento de Tecnologia e ou de Produtos
Consumo e Cocriação: Perspectivas Contemporâneas (Segunda Edição)	Curso Online Aberto e Massivo Mooc

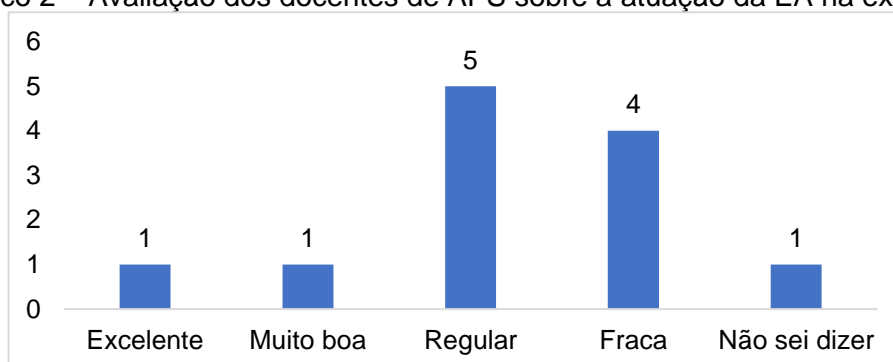
Fonte: UFRGS (2021, adaptado pela autora).

Algumas destas ações são programas continuados como o PS Empresa Júnior, ACELEREA e o NEGA. Já os demais, são projetos pontuais. Considerando o número e as características dos projetos de extensão na Escola de Administração, fica claro que a extensão nesta unidade é bastante restrita. Conforme um dos professores entrevistados, que já esteve na Comissão de Extensão (COMEX) duas vezes e já a coordenou uma vez pelo período de dois anos, para o potencial que a escola tem, ela é muito pobre em extensão:

Para esse potencial que a Administração e Administração Pública e Social têm de relação com a sociedade e potencialmente trocar conhecimentos com as organizações da sociedade civil, com organizações públicas, com as organizações privadas, é nesse quadro que eu digo que a extensão da escola é muito pobre, muito tímida. Já teve época em que ela foi confundida com consultoria para empresas. E consultorias pagas, que possam reverter para obter algum tipo de remuneração indireta, às vezes para estudantes, para professores. Essa é uma visão muito pobre, muito limitada. A extensão também pode ser isso. Mas não é só isso. A extensão é muito mais. (informação verbal)¹⁵

Pode-se dizer que essa opinião é compartilhada pela maioria dos docentes entrevistados, entre os quais a maioria (9 de 12) avaliou a atuação da Escola de Administração como “Regular” e “Frac”, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Avaliação dos docentes de APS sobre a atuação da EA na extensão



Fonte: Questionário.

Entre os motivos apresentados para essa avaliação estiveram: baixa quantidade de projetos extensionistas; falta de estratégia ou de política para extensão; excesso de burocracia; falta de engajamento docente; baixa adesão dos estudantes da Escola aos projetos; projetos “mascarados” de extensão; excesso de atribuições

¹⁵ Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

aos docentes; uma valorização maior dada ao ensino e à pesquisa do que para a extensão; a prática de projetos utilitaristas sem a devida troca com a sociedade; e o desestímulo de professores diante de alguns desses motivos.

Já em relação à extensão no **curso de Administração Pública e Social**, prevalece a avaliação de que esta é fraca. Nas respostas ao questionário, aparecem os seguintes comentários: que são poucos professores que desenvolvem projetos de extensão integrados com suas atividades de ensino e pesquisa, acarretando em uma oferta pequena aos estudantes, tendo somente como escolha por projetos do NEGA ou do GEDAP; que a extensão deveria ser mais presente no curso; que não parece haver um plano integrado de atividades visando a formação dos alunos do curso. Alguns professores afirmaram não saber ou não ter o conhecimento devido para responder adequadamente à questão.

Os docentes entrevistados foram na mesma linha, indicando que a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão não é praticada ou não é desenvolvida de forma homogênea, pois há poucos professores que conseguem realizar projetos de extensão integrados com o ensino e a pesquisa e poucos professores atuando na extensão e que, por isso, há poucas opções de projetos extensionistas. No curso faltam projetos que dialoguem com a “máquina pública”, três poderes, entes Federados, empresas estatais, ou ainda, uma extensão mais continuada, permanente e que pudesse promover este tipo de relação entre o curso e os setores públicos. Outro fator levantado é o de que os alunos precisam ser apresentados para a tríade ensino-pesquisa-extensão para terem a consciência de que a graduação vai além da sala de aula (informação verbal)¹⁶.

Até o momento, as atividades de extensão no curso de APS ocorrem por meio de projetos, atividades, programas, cursos, dentre outros que são propostos pelos docentes e técnicos administrativos. Os alunos participam destas atividades de forma voluntária, tendo ou não bolsa remunerada. A creditação destas práticas se dá na

¹⁶ Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

forma de “Atividades Complementares” que são reconhecidas como crédito e carga horária no currículo do curso.

Há um programa de extensão capitaneado por três professores do curso de Administração Pública e Social: o Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (NEGA). Este programa tem por objetivo “Desenvolver ações de extensão, ensino e pesquisa que permitam conhecer, apoiar e potencializar experiências de Gestão Alternativa, estudar políticas públicas, desenvolver tecnologias sociais e teorias críticas nesse campo” (UFRGS, 2021). Entre os Projetos de Extensão do NEGA estão:

- Assessoria de Gestão à Associação Contraponto: presta assessoria na gestão da Associação Contraponto nas suas diversas dimensões.
- Processos de Capacitação para o Fortalecimento dos Bancos Comunitários nas Comunidades Cascata e Vila Aparecida: apoia a reorganização das economias locais promovidas pelos Bancos Comunitários Justa Troca e Cascata, desenvolvendo processos de capacitação que priorizem mulheres e jovens da economia popular (UFRGS, 2021).

Enquanto o NEGA está voltado, em sua maioria, a projetos ligados a Organizações da Sociedade Civil, o curso de Administração Pública e Social da UFRGS também conta com projetos de Extensão do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Administração Pública – GEDAP. Ele é “um Grupo de Pesquisa que reúne professores, estudantes e demais interessados em pesquisar e difundir conhecimentos sobre Estado, Democracia e Administração Pública” (UFRGS, 2021). Apesar de ser um Grupo de Pesquisa, ele desenvolve dois projetos orientados principalmente à divulgação digital:

- Basta!: é um boletim digital que oferece aos alunos e aos docentes universitários do “Campo de Públicas” e à comunidade em geral um espaço alternativo e crítico para publicação e leitura de textos sobre Estado e Administração Pública, com foco na América Latina.
- GEDAP Informa: página localizada no Facebook (plataforma com maior visibilidade), onde é divulgado diariamente cerca de duas notícias a respeito da área de Administração Pública e Social. Entre as notícias estão as inscrições para concursos públicos, textos de reflexão, chamadas de trabalho para revistas ou congressos, entre outros assuntos que envolvam a área de Administração Pública e Social.

O currículo do curso de Administração Pública e Social da UFRGS abrange disciplinas de caráter obrigatório e eletivo. A grade curricular do curso cumpre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) previstas na Resolução CNE/CES 01/2014, pois concede:

[...] disciplinas e conhecimentos das quatro áreas previstas; possibilidades de vivência de atividades de pesquisa e de extensão; possibilidade de executar pesquisa a partir do projeto e do Trabalho de Conclusão de Curso; interdisciplinaridade na formação, com a oferta de disciplinas eletivas e de atividades complementares; articulação teórico-prática com o estágio obrigatório e com a possibilidade de fazer estágios não obrigatórios. (UFRGS, 2017, p. 41)

Portanto, é esperado que o aluno cumpra a carga horária integralmente, com atividades diversificadas, fazendo com que se forme e se torne o egresso com o perfil desejado.

Quadro 3 - Síntese da carga horária e créditos do curso de APS da UFRGS

CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS	
Créditos Obrigatórios	146
Créditos Eletivos	24
Créditos Complementares	10
TOTAL DE CRÉDITOS	180
Carga Horária em disciplinas Obrigatória	2190
Carga Horária Eletiva	360
Carga Horária Complementar	150
Carga Horária do Estágio Supervisionado Obrigatório	120
Carga Horária do TCC	180
TOTAL DE HORAS	3000

Fonte: UFRGS (2017, p. 41-42).

As disciplinas obrigatórias são o resultado do desenvolvimento e agrupamento das matérias essenciais e indispensáveis ao currículo do curso, cujo conhecimento é julgado essencial e indispensável para a formação profissional. Elas abrangem os temas de formação básica:

[.] I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia (cinco disciplinas obrigatórias no curso); II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação (duas disciplinas obrigatórias no curso); III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação (três disciplinas obrigatórias no curso); IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros (cinco disciplinas obrigatórias no curso) e também os **conteúdos de formação profissional**:

incluem aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas (seis disciplinas obrigatórias no curso), conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos (três disciplinas obrigatórias no curso), e **conteúdos complementares** ou especializados (quatro disciplinas obrigatórias no curso), oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar. (UFRGS, 2017, p. 38-39, grifos do autor)

Já as disciplinas eletivas têm por objetivo complementar conhecimentos e flexibilizar a formação do aluno. São ofertadas 63 disciplinas de 11 departamentos diferentes da UFRGS possibilitando o conhecimento interdisciplinar.

No que se refere ao aproveitamento de atividades complementares, esta permite ao discente customizar o seu trajeto curricular, abrangendo atividades como participação em congressos, cursos, representação discente, monitoria, iniciação científica, estágios não obrigatórios, formações e atividades de extensão. Elas podem ser realizadas na UFRGS ou em qualquer outra Instituição de Ensino Superior. Para tanto, é necessária a realização de, pelo menos, dois tipos de atividades, no intuito de diversificar a formação do aluno. É a Comissão de Graduação do curso que avalia os respectivos certificados das atividades realizadas para garantir que elas estejam vinculadas ao perfil de formação desejado (UFRGS, 2017).

É importante salientar que no currículo do curso de Administração Pública e Social da UFRGS há uma disciplina chamada “Atividade Integradora II – Extensão”. O objetivo desta disciplina é apresentar as concepções teóricas da extensão universitária, a prática, o acompanhamento, a sistematização e a avaliação das atividades de extensão. É nesta disciplina que surge a oportunidade do debate sobre a curricularização da Extensão e a sua importância para o curso.

Dos professores entrevistados, dois deles já lecionaram a disciplina “Atividade Integradora II – Extensão”. Perguntados sobre qual seria o papel dela no curso de APS, responderam que ela foi inserida no currículo para permitir que, em algum momento da trajetória da graduação, os alunos se envolvessem com extensão. Há uma alternância entre os docentes do curso de APS para lecionar a disciplina. Porém, este “rodízio” de professores que lecionam a disciplina é feito somente entre aqueles que estão ativamente ligados à extensão. No curso de APS há doze professores, mas somente quatro deles estão intimamente ligados à extensão – e são estes docentes

que lecionam a disciplina e que se alternam a cada semestre) (informação verbal)¹⁷. Assinalaram também que tanto essa como a disciplina “Atividade Integradora I – Pesquisa” foram tentativas que os docentes do curso tiveram para trazer as vivências de pesquisa e de extensão. A disciplina busca mostrar o histórico da extensão, as questões legais, a estrutura da extensão na UFRGS e o modo de ação da Universidade para cumprir a sua missão social. Com a implementação da curricularização, a disciplina terá que passar por alguns ajustes (informação verbal)¹⁸.

Assim, os elementos levantados neste trabalho apontam para uma ação extensionista que é percebida como insuficiente no conjunto da Escola de Administração e também no curso de APS, especialmente no campo das organizações da Administração Pública. A introdução de uma disciplina que trate sobre a extensão é um avanço importante no reconhecimento deste elemento como parte do tripé no qual se “sustenta” a universidade, mas ela se mostra insuficiente quando confrontada com a limitada oferta de projetos e de envolvimento do corpo de professores.

Já sobre o processo de curricularização da extensão, as primeiras discussões no curso de APS se deram no ano de 2019, primeiro em apresentação geral da resolução para os técnicos e professores da EA, posteriormente com o debate na Área de Pública e Social, seguido de uma discussão na Comissão de Graduação - COMGRAD do curso e, no início de 2020, com a discussão no Núcleo Docente Estruturante, NDE, que identificou as primeiras possibilidades de implementação no curso. O processo parou com a pandemia do covid-19 e foi retomado em fevereiro de 2021, como parte do processo mais amplo de reformulação do PPC do curso.

Na EA a gente começou a fazer esse debate, dentro da COMGRAD. E a gente suspendeu também o debate da curricularização da extensão no momento em que a gente começou com o ensino remoto na Universidade, dentro do ciclo da pandemia. E agora a gente voltou, colocou na pauta de novo: tocar ou não tocar a curricularização da extensão frente ao debate iniciado pela alteração curricular. [...] a gente de fato tem uma dúvida, se bota, se continua avançando no tema da curricularização da extensão na alteração curricular. Ou esperar a regulamentação da Universidade para não acabar fazendo aquele retrabalho, né. Eu tô coordenando o NDE. Ele é o Núcleo Docente Estruturante que ajuda, também, na alteração curricular. E no NDE

¹⁷ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

¹⁸ Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

a posição dos colegas foi no sentido de não tocar a curricularização da extensão enquanto não houver a resolução da universidade. (informação verbal)¹⁹

As propostas para a implementação da curricularização no curso são decorrentes das propostas mais gerais na UFRGS. Uma delas é a de distribuir a carga horária desses 10% de forma transversal nas disciplinas. Outra possibilidade é a de estabelecer projetos de forma permanente no qual os alunos possam participar e reconhecer horas. Há, ainda, as combinações entre ambas. Uma preocupação sobre a implementação deste processo, conforme explica o vice coordenador da COMGRAD APS, é “[...] o de aferir com cuidado o quê que é extensão, o quê que é ensino e o quê que é pesquisa para não se misturar. Porque não adianta tu fazer uma entrevista, um questionário e não tiver envolvimento da comunidade, isso não é extensão” (informação verbal)²⁰. Esta preocupação se deve na maneira que estas atividades serão elaboradas. Isto porque, todos os professores do curso terão que apresentar propostas de atividades de extensão para a inserção no currículo através de programas e projetos que estarão integrados ou não às disciplinas. A partir disso, caberá à COMGRAD avaliar a proposta. Ou seja, se não avaliada criteriosamente, algumas atividades que não são de extensão podem acabar sendo classificadas como tal, podendo trazer ao currículo atividades de cunho puramente assistencialista – somente na transmissão de conhecimento – e deixando de lado a extensão como atividade de intensa comunicação e de troca de saberes.

¹⁹ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

²⁰ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

5 PERCEPÇÕES E DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE APS

Neste capítulo é apresentado o perfil discente e docente do curso de Administração Pública e Social e a análise sobre a percepção deles acerca da extensão universitária. Isso foi possível através dos questionários aplicados a professores e alunos do curso de APS e por meio de alguns dados disponibilizados pela COMGRAD da EA. Também foi utilizada parte de alguns resultados do questionário aplicado aos alunos pela COMGRAD do curso de APS que tinha por objetivo consultar os discentes sobre alguns pontos para uma nova alteração curricular do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que abrangia outros temas além da extensão universitária. Ambos os questionários continham perguntas abertas e fechadas e com obrigatoriedade nas respostas – com exceção da pergunta final, que continha um espaço aberto para comentários e sugestões.

O questionário foi aplicado a todos os professores do Departamento de Ciências Administrativas (DCA) da UFRGS que lecionam alguma disciplina do curso de APS, com exceção dos professores da área de APS que foram entrevistados, já que as perguntas eram similares. Através do questionário, buscou-se verificar com os professores do curso de Administração Pública e Social da UFRGS suas percepções acerca da extensão universitária e as propostas para sua curricularização. Além disso, o mesmo questionário foi utilizado para averiguar a avaliação dos professores acerca da presença da extensão na Universidade, na EA e no curso, tendo estes resultados apresentados no capítulo anterior.

No questionário aplicado aos alunos, além de averiguar a percepção da extensão universitária, buscou-se também verificar a disponibilidade que eles têm para a participação em atividades de extensão em turnos diferenciados dos horários do curso e suas sugestões e propostas para a curricularização da extensão. Este questionário também foi utilizado para investigar se há diferenças de percepção entre os alunos que cursaram a disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão” dos que não a cursaram. Já o questionário aplicado pela COMGRAD do curso de APS auxiliou na coleta de dados acerca do perfil do aluno de APS e do interesse discente aos assuntos relacionados à extensão universitária.

5.1 DOCENTES DE APS: PRÁTICA E PERCEPÇÕES DA EXTENSÃO

O curso de Administração Pública e Social da UFRGS conta com docentes de diversas áreas e departamentos da Universidade como do Direito, Economia, Matemática, Psicologia, entre outros, para lecionar algumas disciplinas do currículo do curso. No entanto, para este trabalho, considera-se relevante a obtenção de dados somente dos professores do DCA, pois são eles que colaborarão no processo de curricularização do curso. Desta forma, foram convidados 27 docentes para responder ao questionário, dos quais 12 responderam, sendo 6 de APS e 6 de outras áreas do DCA. Somando os 4 professores que responderam a entrevista, obteve-se a participação de 16 docentes, 11 dos quais da Área de Pública e Social. Isto é, obteve-se quase 100% de participação dos professores da área de APS.

5.1.1 O Perfil dos Docentes: Experiência Limitada na Extensão

Em relação à experiência com a extensão, todos os docentes já desenvolveram atividades de extensão ao longo de sua experiência docente, na UFRGS e fora dela, sendo que 3 somente realizaram essas atividades na UFRGS e 1 somente fora da UFRGS. Entretanto, quanto ao tipo de projetos, a metade dos professores já realizou ou realiza uma extensão centrada em cursos e capacitações, enquanto que outros 8 apresentam um envolvimento maior em atividades de diversos tipos, junto à comunidade. Por outro lado, a maioria tem participado em mais de 5 ações, ou seja, mantém algum tipo de participação na extensão.

Esse perfil de envolvimento com a extensão se manteve no último ano, quando, apesar da pandemia, 12 docentes se envolveram em atividades de extensão, novamente a maioria caracterizadas por cursos, mentoria ou difusão de material informativo. Aqui, pode-se constatar o que os demais resultados sobre a presença da extensão no curso de APS apresentaram que existem poucos projetos ou programas continuados no curso.

Quando perguntado aos professores sobre a participação dos alunos da APS nas atividades, percebeu-se que ela é pequena. Este fato também foi constatado nas entrevistas, quando os professores afirmaram que, em seus projetos de extensão, são poucos alunos do curso de APS que participam. Eles acreditam que isso ocorra pelo

fato de o curso ser noturno e ter como perfil alunos trabalhadores, que não possuem tempo disponível para se dedicarem aos projetos (informação verbal)²¹.

Já em relação à participação de docentes de outros cursos, a grande maioria dos professores afirmou que as suas atividades de extensão envolveram docentes de outras áreas. A partir disso, verifica-se que no curso de APS os projetos parecem ter um viés interdisciplinar.

Quanto ao desempenho dos discentes nas atividades de extensão desenvolvidas, a maioria dos docentes avaliou como boa, pois a maioria dos alunos que participaram dos projetos eram empenhados e engajados. Apenas um professor avaliou como fraca devido à baixa aderência discente aos projetos extensionistas, argumento este citado, também, por outros professores, tanto no questionário como nas entrevistas.

De maneira geral, pode-se considerar que grande parte dos professores do curso de APS realiza atividades de extensão, mas existem poucos programas e projetos continuados. Ainda foi possível perceber que há poucos professores com perfil extensionista e que conseguem de fato praticar a indissociabilidade no curso ao integrarem as suas atividades de ensino com as de pesquisa e extensão.

5.1.2 Percepções da Extensão e da Curricularização

Nas entrevistas, contamos com a participação de professores de APS que, em sua maioria, possuem um perfil extensionista, já que eles se dedicam muito a programas e projetos de extensão. Para eles, é bem clara a concepção da extensão: é a interação com a comunidade e a troca de saberes. Essa troca de conhecimento significa aprender, significa gerar um conhecimento novo que possa alimentar uma pesquisa, alimentar a criação de conhecimentos novos que vão pra sala de aula, que

²¹ Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I.** [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

contribuem com a formação do estudante (informação verbal)²². Pode-se dizer que essa concepção é compartilhada pela maioria dos docentes respondentes ao questionário. A maioria dos docentes informou que, no seu entendimento, a extensão é o “Processo que proporciona a troca de saberes e a interação transformadora entre aluno, universidade e sociedade.” Um dos professores complementou que é necessário cautela, para que a extensão não seja tomada pelos interesses particulares dos docentes, técnicos ou discentes. Percebe-se até aqui, mediante a todos os dados apresentados nesta pesquisa, que os professores sabem do que se trata a extensão universitária. Porém, a maioria não a coloca em prática, visto que o curso possui muito poucos projetos e programas de extensão que proporcionam efetivamente o que é definido nas concepções e diretrizes da extensão.

Quanto à curricularização da extensão, ela tem sido foco de grandes debates nas universidades do país. Diante disso, foi perguntado aos professores do curso de APS, através do questionário e das entrevistas, se eles avaliavam esta como uma política adequada às universidades do país.

Através do questionário, a maioria dos docentes (8 deles) afirmou que considera a curricularização da extensão como uma política adequada. Dentre os motivos que os fizeram considerar uma política adequada estiveram: o enriquecimento do currículo para a formação do aluno; a possibilidade no aumento de interação com a sociedade; o estímulo às formas de interação mais diversas entre universidade e sociedade; a reconexão entre universidade e sociedade – considerando que a Universidade está no momento mais voltada para a pesquisa e; uma maior visibilidade para a extensão. Dentre os docentes que discordam, há a crença de que esta política surge no intuito de universidades privadas reduzirem custos com docentes em sala de aula ao converterem preços de horas/aula em atividades extensionistas.

Já nas entrevistas, um dos professores considera que a introdução de 10% de carga de extensão na graduação é uma política adequada e que a defende. No entanto, ele ressalta que há a necessidade de melhoras nas condições de

²² Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II.** [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

permanência do estudante e que há desafios para os alunos trabalhadores e que, por isso, outras formas de vivências de extensão terão que ser elaboradas (informação verbal)²³. Já para outra professora, a curricularização tem dois pontos: o primeiro é a possibilidade de uma aproximação maior da Universidade com a sociedade e o segundo é que ela considera a porcentagem desta política muito elevada e o tempo para a implementação muito pequeno para as universidades se organizarem (informação verbal)²⁴. Outro professor considera a política é extremamente necessária, porque ao colocar a extensão no currículo, ela é condicionada e fará com que todos se envolvam, sem exceções (informação verbal)²⁵. Já outra professora teme a perda de carga horária em atividades de ensino, já que a curricularização prevê a implementação de 10% da carga horária em atividades de extensão, mas sem aumentar a carga horária do currículo (informação verbal)²⁶.

Partindo destes posicionamentos, foi perguntado ao professor representante da CAMGRAD da UFRGS o que ele acha sobre a resolução de integralização das atividades de extensão em 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação nas universidades do Brasil. Ele respondeu que a Resolução atende ao anseio da comunidade extensionista e que ela motiva a todos os cursos a repensarem suas Diretrizes Curriculares, motiva a atuação da universidade junto à sociedade, além de trazer grandes contribuições para a formação do estudante (informação verbal)²⁷.

5.1.3 Principais Desafios da Curricularização e Como Superá-los

²³ Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

²⁴ Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

²⁵ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

²⁶ Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

²⁷ Entrevista concedida por N, J. **Entrevista V**. [abr. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.doc (2.p.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice E desta monografia.

Foi questionado aos professores do curso de APS que foram entrevistados quais eles consideravam os principais desafios na curricularização da extensão no curso de APS além do fato de o curso ser noturno. Uma das professoras considerou que um dos maiores desafios para o curso é identificar as disciplinas que possuem, em alguma medida, potencial para a realização das atividades extensionistas e de que maneira estas atividades serão inseridas (informação verbal)²⁸. Já outro professor citou que um dos grandes desafios se dá no aumento da oferta de atividades e modalidades de extensão e na organização de horários, para que permitam ao aluno trabalhador participar. Mais um desafio citado por ele é que o curso não tem um programa de extensão permanente com a Administração Pública, assim como tem para Administração Social. O professor ainda coloca mais um desafio que surgirá após a curricularização: a autoavaliação. Para ele, a Universidade deveria reassentar alguns aspectos da administração central para a criação de mecanismos de autoavaliação (informação verbal)²⁹. Uma das professoras argumentou que será necessário estruturar programas que integrem ensino, pesquisa e extensão e que a curricularização vai demandar que os docentes trabalhem em conjunto nas atividades (informação verbal)³⁰. Outro professor expõe que, dentre as suas preocupações, está a possibilidade de as atividades de extensão serem feitas de “qualquer jeito”, somente para cumprir a resolução (informação verbal)³¹.

Através do questionário, foi perguntado aos professores quais são os principais problemas que dificultam a realização da extensão no curso. Dentre as respostas estiveram: a falta de mapeamento de setores públicos e sociais passíveis de interação com a Universidade; o desinteresse dos alunos; a falta de prestígio às atividades da extensão frente às produções científicas; o individualismo em grupos de trabalho; a pouca disponibilidade de tempo e de recursos econômicos dos discentes; a falta de incentivo e de valor internos; o acúmulo de atividades designadas aos docentes; a

²⁸ Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I.** [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

²⁹ Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

³⁰ Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II.** [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

³¹ Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

resistência de docentes que não atuam ativamente na área da extensão; o baixo valor das bolsas de extensão; o quadro docente do curso que é formado majoritariamente por professores com perfil acadêmico e que priorizam a pesquisa; a falta de prioridade da extensão e de estratégias e recursos institucionais.

Ademais, salienta-se que o curso de Administração Pública e Social é noturno. Isso por si só já é uma grande dificuldade na implementação de atividades extensionistas, pois a disponibilidade da maioria dos alunos é restrita – dificuldade enfrentada também por todas as universidades que possuem cursos noturnos e que também estão em processo de creditação da extensão em seus currículos. Soma-se esta dificuldade a um currículo que possui uma carga horária de 3000 horas. A curricularização neste caso exige que, pelo menos, 300 horas sejam exclusivas para atividades de extensão.

Partindo do pressuposto, foi perguntado em entrevista aos professores do curso se existe alguma maneira de superar este desafio específico. Todos eles informaram que pode ser difícil, mas não é impossível. Foram citadas diversas alternativas como a realização de atividades aos sábados, durante a semana no período noturno (muitos deles salientaram que há diversos órgãos públicos em funcionamento à noite) e atrelados às disciplinas – esta modalidade consta na Resolução da Universidade que está para ser aprovada (informação verbal)³².

Já pelo questionário, foi perguntado aos professores se eles acham que a integralização curricular da extensão é viável para o curso de APS, considerando que ele é noturno e que a maioria dos alunos trabalha. A maioria dos professores acredita que é viável “em parte” e dentre os argumentos está o fato de que a curricularização é obrigatória, mas para o curso de APS que é noturno, isso acabará por ensejar soluções demagógicas. Outro argumento apontado foi o de que a Universidade ainda não tem uma Resolução definida e que não há nada esclarecido, com exceção de

³² Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I.** [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II.** [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

considerações informais. As demais justificativas retratam que será difícil e que a viabilidade dependerá das diferentes formas de operacionalização, condições para locomoção dos alunos em atividades e da abertura de projetos em diferentes horários, incluindo a grade curricular noturna.

Se faz necessário salientar que a curricularização, apesar dos desafios, deverá ser implementada. Diante disso, foi perguntado aos professores do curso se eles possuem algum programa ou projeto para a creditação da extensão, ou se já pensaram na inclusão da extensão nas disciplinas que lecionam. Em entrevista, uma das professoras informou que tem uma proposta de atividade que ela já executava pouco antes de começar a lecionar na UFRGS: um curso de capacitação para servidores públicos municipais de carreira em orçamento público e construção de indicadores para melhorar a peça orçamentária do município. Ele é um projeto dentro de um programa que busca a modernização da Administração Pública, abrangendo diversos projetos como mapeamento de cargos, processos, envolvendo os alunos na elaboração e aplicação do curso. Existe a possibilidade deste projeto fazer parte da disciplina “Gestão Financeira e Orçamentária” que ela leciona no momento (informação verbal)³³.

Já outro professor explicou que os professores do NEGA estão se organizando para que o Núcleo se torne um programa mais amplo, convidando mais professores com os seus projetos para serem integrados:

O NEGA vai ser um programa e nós três, cada um vai ter um projeto, e a gente quer chamar mais professores pro NEGA, porque eu acho que nos ajuda a trabalhar tanto com as organizações populares, como com as organizações da sociedade civil. Então assim, ter mais professores, cada um ter o seu projeto de extensão, todos eles sobre o guarda-chuva do NEGA. A gente atuando junto e se ajudando. Fazendo com que os bolsistas conversem entre si e com os alunos. Que a gente consiga fazer isso coletivamente. Esse é o plano, né, mais projetos, mais professores. (informação verbal)³⁴

Uma das professoras informou que faria uma proposta para inserir atividades de extensão em duas disciplinas que ela leciona: “Administração de Serviços

³³ Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II.** [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

³⁴ Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III.** [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

Públicos” e “Planejamento Governamental”. Ela acredita que estas disciplinas têm grande potencial para execução de atividades extensionistas (informação verbal)³⁵.

Também foi perguntado aos docentes, através do questionário, se eles acham ser possível a inserção de atividades extensionistas em disciplinas de sua responsabilidade. A maioria dos professores, 9 deles, respondeu que sim, há possibilidade de inserir atividades de extensão em disciplinas de sua responsabilidade. Quanto às possíveis formas de integração das atividades de extensão nas disciplinas estiveram: a elaboração de cursos de Extensão em parceria com instituições públicas e organizações da sociedade civil; o envolvimento de docentes e estudantes em atividades articuladas com as administrações municipais em campanhas educativas, programas de formação profissional e ações de cidadania junto à população destes municípios; a realização de visitas a experiências para elaborar diagnósticos e propor soluções ou elaborar ferramentas de gestão; a organização de feiras e amostras na UFRGS (quando houver retorno de atividades presenciais); e o desenvolvimento de disciplinas eletivas pensadas para incluir um número significativo de horas de extensão. Alguns professores descreveram que há disciplinas em que há uma possibilidade maior de inserção de atividades de extensão e que outras, principalmente as mais teóricas, nem tanto. Houve também professores que ressaltaram que as atividades de extensão deveriam ocorrer no mesmo turno do curso e que os alunos também poderiam dar sugestões e ideias de atividades nas disciplinas.

Ainda através do questionário, foi perguntado aos professores: “Você pretende criar algum programa ou projeto para a creditação da extensão?” Metade dos docentes respondeu que ainda não sabe ou que não tem ainda um projeto ou uma ideia para a creditação da extensão ao currículo. Já os demais, informaram que possuem ideias e propostas. Uma delas é o de revitalizar o Projeto do Método de Ensino para professores da rede pública municipal. Outro docente informou que o seu projeto que está em andamento pode ser incluído nas atividades das disciplinas, porque inclui o acompanhamento de atividades de economia solidária. Mais uma proposta docente colocada dentre as respostas está um programa de intercâmbio e formação dos alunos de escolas públicas e privadas, acerca da organização, papel e

³⁵ Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

atribuições das prefeituras na gestão municipal, na oferta de bens e serviços públicos. Um dos docentes argumentou que planeja algo de caráter mais coletivo. Citou o exemplo do NEGA que está planejando atividades em módulos de 15 horas dentro dos projetos que já estão em andamento. Ainda sugeriu que os demais grupos de pesquisa possam planejar algo similar ao NEGA, integrando as suas pesquisas aos projetos de extensão. Propôs também a criação de projetos com coordenação rotativa, visitas de campo e a criação de um projeto permanente de divulgação do curso de APS nas escolas.

Verificou-se também com os professores do curso de APS se eles conhecem algum projeto extensionista diferenciado no campo de públicas e que de alguma maneira poderia servir de inspiração para o curso de APS. Uma das professoras entrevistadas citou alguns projetos da UNIPAMPA. Um deles é de um professor que conseguiu criar uma usina de catadores de lixo reciclável, conseguindo implementar a coleta seletiva no município. Isso foi possível graças ao empenho do docente em conjunto com os alunos que conseguiram investimento através do CNPQ, bolsistas, terreno, caminhão, etc. O projeto ainda está em andamento e são feitas diversas audiências com a comunidade e a universidade demonstrando o custo da coleta e o impacto causado com a reciclagem do lixo. A professora citou, também, o projeto da Ferradura dos Vinhedos. Ela explica que o projeto é uma rota turística que perpassa pelas vinícolas e paisagens naturais de Santana do Livramento, sendo voltado para o turismo e a rota gastronômica da região. Outro exemplo que a professora trouxe é de uma disciplina de gestão de projetos. Ela argumenta que o trabalho final desta disciplina era de o aluno escolher um problema na comunidade e fazer uma proposta de ação de extensão para resolvê-lo. Depois disso, era feita uma feira dentro da universidade para a apresentação dos projetos elaborados (informação verbal)³⁶.

Um dos professores entrevistados citou um projeto extensionista que ocorre na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Ele explicou que lá há um programa que tem convênio com alguns órgãos do estado que possibilita aos alunos fazerem uma vivência no período extraletivo, trabalhando na solução de problemas

³⁶ Entrevista concedida por P, C. **Entrevista II**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (30 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice B desta monografia.

de desenvolvimento de projetos (informação verbal)³⁷. Já uma das professoras mencionou um projeto que acompanhou do curso de Psicologia e Administração para dar suporte e apoio psicológico aos professores estaduais do Rio Grande do Sul que passaram a receber salários parcelados ou atrasados (informação verbal)³⁸. Outro professor citou alguns exemplos de projetos no campo de públicas durante a entrevista. Uma delas é da Fundação João Pinheiro. Ele explicou que o vestibular para ingressar no curso de Administração Pública da Fundação já é considerado como um concurso público para o cargo de Administrador Público do Estado de Minas Gerais. Ele esclareceu que o aluno faz o curso e, quando formado, é nomeado funcionário público do estado. O curso tem duração de quatro anos com várias atividades extensionistas junto a órgãos públicos. Ele enfatizou que o aluno precisa se dedicar exclusivamente – ele ganha uma bolsa durante a sua jornada acadêmica para auxílio – já que o cargo é garantido na sua formação. Outro projeto citado por ele foi um curso de extensão que visava preparar os alunos para o concurso público para a vaga de sanitarista do estado do RS realizado pelo curso de Saúde Coletiva da UFRGS (informação verbal)³⁹.

Antes da finalização do questionário, foi solicitado aos professores que deixassem sugestões ou comentários, sem obrigação nesta resposta. Uma delas é da necessidade da criação de uma estrutura permanente de apoio ao desenvolvimento dos projetos em que seja feita uma estrutura que organize dados de instituições parceiras, recursos para a execução das atividades e que divulgue e articule estágios e projetos de extensão. Outra sugestão apontada foi a criação de projetos permanentes e estruturados de forma coletiva e a ideia de replicar projetos de imersão que outros cursos do campo do públicas vêm desenvolvendo.

5.2 ALUNOS DO CURSO DE APS: PERFIL E PERCEPÇÕES

³⁷Entrevista concedida por C, P. **Entrevista III**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (56 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice C desta monografia.

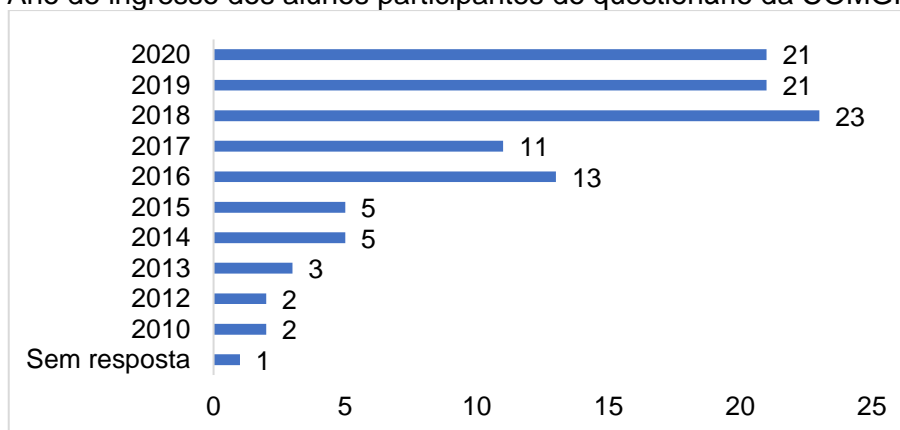
³⁸Entrevista concedida por B, J. **Entrevista I**. [fev. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (44 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice A desta monografia.

³⁹Entrevista concedida por D, A. **Entrevista IV**. [mar. 2021]. Entrevistador: Danielle Tesche. Porto Alegre, 2021. 1 arquivo.mp4 (115 min.). O roteiro de perguntas da entrevista encontra-se no Apêndice D desta monografia.

Para ser obtido um perfil discente mais próximo da realidade, foi utilizado os resultados do questionário efetuado pela COMGRAD do curso de APS. Ele foi aplicado aos alunos para consultá-los e ensejar o debate sobre uma nova alteração curricular que o curso está prestes a passar. O questionário teve a participação 107 de alunos, pois não foi obrigatório. Tentou-se obter estes dados sobre o perfil discente diretamente com COMGRAD da EA, o que não foi possível, pois eles não têm um sistema que permita compilar os dados dos alunos. Este mesmo questionário também abordou questões sobre a extensão no currículo e, por isso, esses resultados também serão abordados aqui.

Os resultados da pesquisa da COMGRAD do curso de APS mostraram que a maioria dos alunos de APS respondentes têm entre 18 e 24 anos, seguidos pela faixa etária entre 31 e 40 anos. Quanto ao gênero, há pouca diferença, mas a maioria respondente foi do gênero feminino, com 56 participantes. Já em relação ao ingresso discente, o resultado do questionário apresentou que a maioria dos participantes ingressou em 2018.

Gráfico 3 – Ano de ingresso dos alunos participantes do questionário da COMGRAD de APS



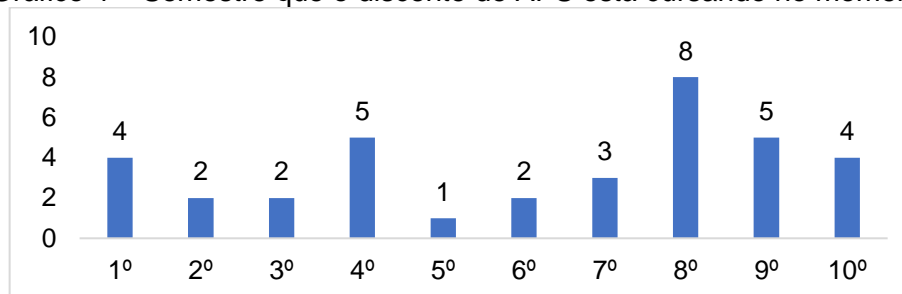
Fonte: UFRGS (2021, adaptado pela autora).

Há também um número alto de participantes que ingressaram entre os anos de 2019 e 2020. Se comparado aos demais, pode-se considerar que há uma preocupação maior na alteração do currículo do curso de APS vinda de alunos novos, visto que foi a maioria que respondeu ao questionário. No que diz respeito à atuação profissional, a grande maioria trabalha no setor privado, 32 participantes, seguido por 26 alunos que trabalham no setor público e 19 que realizam estágio. Somente 15 discentes afirmaram se dedicar somente aos estudos.

Já o questionário aplicado para esta pesquisa teve uma baixa participação discente. O curso de APS da UFRGS tem 470 alunos matriculados e o obteve-se pelo questionário somente 36 respondentes. Desta forma, acredita-se que o trabalho não dará uma resposta universal na perspectiva discente da extensão, mas os dados levantados podem colaborar para se ter uma ideia do cenário, já que é possível considerar que os alunos que responderam têm efetivamente interesse em participar dos debates sobre a curricularização da extensão universitária.

No questionário aplicado para esta pesquisa, obteve-se a maioria de respondentes também do gênero feminino: dos 36 participantes, 20 deles foram do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Em relação à faixa etária, a maioria em ambos questionários têm entre 18 e 30 anos. Já em relação ao período em que o aluno está no curso, foi perguntado em qual semestre ele está no momento.

Gráfico 4 – Semestre que o discente de APS está cursando no momento



Fonte: Questionário.

Neste questionário, houve uma participação maior de discentes que estão já há algum tempo no curso: 22 alunos estão do 6º semestre em diante e 14 deles estão cursando entre o 1º e o 5º semestres. Este é um dado que ajuda a aprimorar os resultados desta pesquisa, já que o questionário foi respondido por alunos que se encontram em todos os semestres do curso.

Em relação às atividades profissionais, os resultados do questionário aplicado para este trabalho apontaram para uma maioria de alunos com trabalho remunerado em tempo integral. Uma pequena parte deles realiza estágio remunerado e somente 3 alunos se dedicam integralmente aos estudos. Os demais realizam outras atividades.

Quanto à disponibilidade fora do horário das aulas para a realização de outras atividades acadêmicas a grande maioria afirmou não ter disponibilidade. Entre os que

indicaram ter disponibilidade, a maior parte informou ter entre 2 a 3 horas disponíveis por semana.

Em ambos questionários, pode-se considerar que o perfil do aluno de APS da UFRGS é relativamente jovem e trabalhador. Quanto ao gênero, considera-se bem homogênea, tendo leve prevalência do gênero feminino. Em relação à ocupação, trata-se de um aluno trabalhador que dispense de poucas horas disponíveis para atividades extracurriculares.

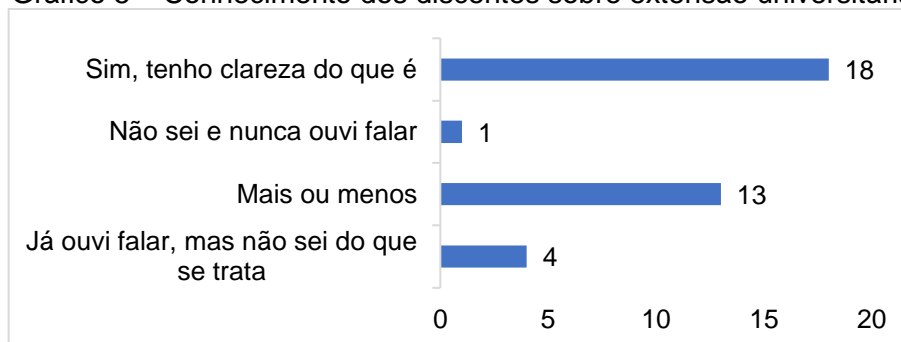
Com o intuito de verificar se há diferenças de percepção entre os alunos que cursaram a disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão” dos que não a cursaram, foi perguntado aos alunos, através do questionário aplicado para este trabalho, se eles já haviam cursado a disciplina. Dos 36 respondentes, 20 deles já a cursaram enquanto os demais ainda não. Levando em conta o número total de 133 alunos que cursaram a disciplina desde a sua implementação ao currículo, no ano de 2018, considera-se, novamente, que a amostra é pequena e pode não dar uma resposta universal. Porém, como a maioria dos respondentes já cursou a disciplina, este fato pode contribuir na realização de comparações com as respostas daqueles que ainda não a cursaram.

Aos discentes que afirmaram ter cursado a disciplina “Atividade Integradora II – Extensão” foi perguntado: “Após cursar a disciplina, você mudou sua visão sobre a extensão? Por quê?” Obteve-se apenas duas respostas de alunos que afirmaram não ter mudado a visão após ter cursado a disciplina. A maioria indicou que sim e os motivos apontados foram que através da disciplina puderam: aprender o que é extensão; conhecer diversos projetos; entender os trâmites burocráticos; agregar conhecimentos à prática; vivenciar um projeto extensionista; aprender conceitos; entender a importância da extensão e da interação entre universidade e sociedade; e ver de que forma a universidade cumpre o seu papel. Entre as respostas, também houveram algumas críticas. Uma delas aponta que infelizmente, a extensão na Universidade é pensada e feita somente para alunos que não são trabalhadores. Em outra, o discente lamenta que não tenha uma vivência de extensão já no início do curso. Tiveram, também, alunos que consideraram que a disciplina é muito importante, mas que ela deveria ser mais ampla, menos teórica e que poderia haver mais práticas ou a criação de um projeto extensionista que envolvesse mais os alunos.

Quanto ao entendimento da extensão, a maioria dos discentes, 30 deles, informou que, no seu entendimento, a extensão é o “Processo que proporciona a troca de saberes e a interação transformadora entre aluno, universidade e sociedade.” Já 5

deles consideram a extensão como “Atividade para complementar a formação do aluno” e 1 discente entende que a extensão é “Uma atividade para colocar em prática o que é aprendido no curso”. No entanto, ao serem questionados se eles sabem o que é extensão universitária, metade deles não compreendem bem o que é extensão universitária, conforme apresentado no gráfico a seguir:

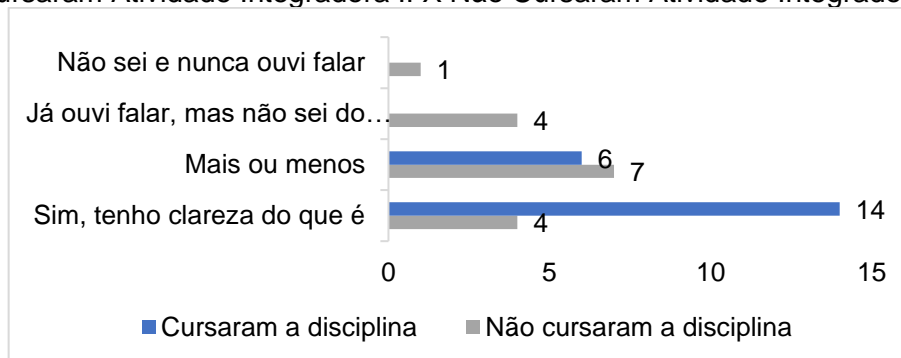
Gráfico 5 – Conhecimento dos discentes sobre extensão universitária



Fonte: Questionário.

Apenas 18 alunos informaram que sabem e têm clareza do que é a extensão universitária. Este é um dado que pode ser preocupante em relação à percepção discente da extensão. Partindo disso, foram comparadas as respostas entre os alunos que já cursaram a disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão” com os que ainda não a cursaram, representado no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Comparativo das respostas sobre o conhecimento da extensão universitária
Cursaram Atividade Integradora II X Não Cursaram Atividade Integradora II



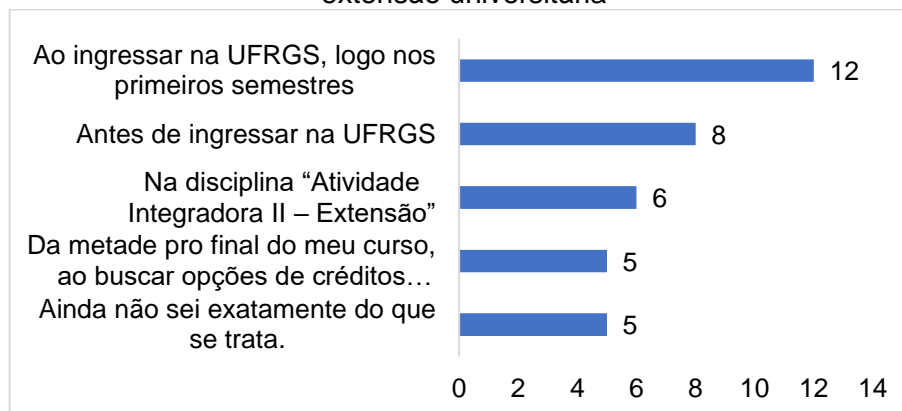
Fonte: Questionário.

Ao comparar as respostas entre os alunos que já cursaram a disciplina de Atividade Integradora II – Extensão com os que ainda não a cursaram, verifica-se que a grande maioria que afirmou saber e ter clareza do que é extensão universitária já cursou a disciplina. No entanto, deve-se dar destaque àqueles que informaram já ter

cursado a disciplina e informaram saber mais ou menos do que se trata a extensão universitária.

A questão seguinte buscou identificar em qual momento o discente conheceu a extensão universitária.

Gráfico 7 – Momento em que os discentes de APS descobrem a existência da extensão universitária



Fonte: Questionário.

A maioria dos alunos soube da existência da extensão universitária ao ingressar na UFRGS, logo nos primeiros semestres. 6 alunos descobriram a extensão na disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão”. Já 5 alunos afirmaram ainda não saber do que exatamente se trata a extensão universitária.

Quando perguntado aos alunos se eles consideram importante a extensão universitária para o currículo de APS, a grande maioria, 28 deles, afirmaram que sim. Dentre os motivos que os alunos consideram a extensão importante para o currículo do curso de APS estiveram: a aplicação e vivência do que é estudado na universidade; a interação com a sociedade; o papel do administrador público e social como agente transformador da sociedade; o conhecimento dos pilares da universidade pública (ensino, pesquisa e extensão); a ampliação de conhecimentos; a troca de saberes; a importância na formação de um profissional mais preparado e empático; e o direcionamento de estudos científicos em causas sociais. As justificativas mais citadas foram a interação e transformação da sociedade e a possibilidade de colocar em prática o que é aprendido no curso.

Nesta perspectiva de prática, considera-se importante trazer um achado no questionário aplicado pela COMGRAD do curso de APS. Em uma de suas questões foi perguntado aos alunos como eles avaliavam a relação entre teoria e atividades

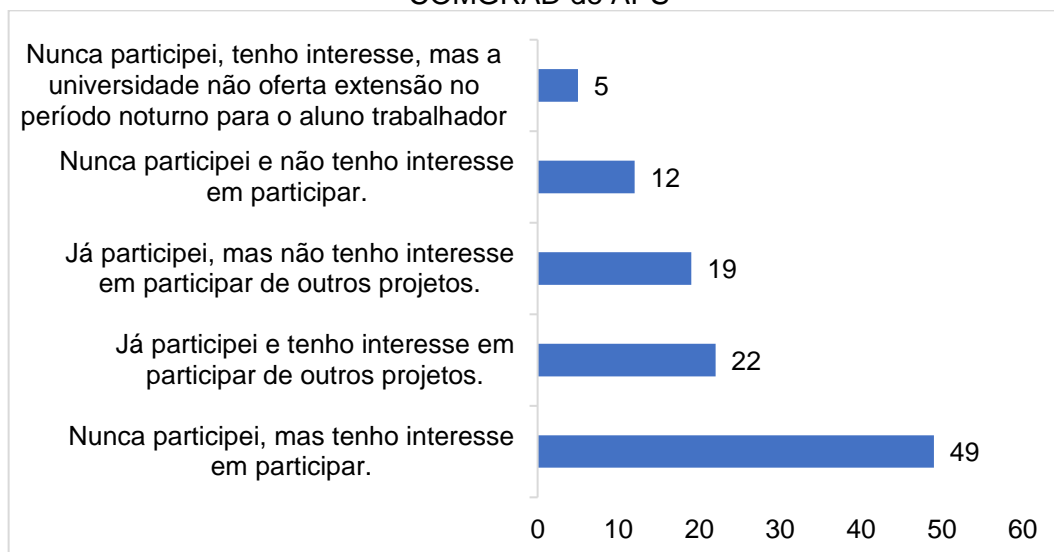
práticas no curso de APS. A maioria dos alunos avaliou como ruim, estando entre os motivos mais citados: a falta de atividades para praticar o que é aprendido no curso e o excesso de conteúdos teóricos.

Voltando ao questionário aplicado para este trabalho, buscou-se averiguar quantos alunos participam ou já participaram de algum programa ou projeto de extensão. A grande maioria dos alunos, 28 deles, informou que não participa ou participou em algum programa ou projeto de extensão. Somente 8 alunos afirmaram participar ou já ter participado de algum programa ou projeto extensionista. Foi solicitado aos discentes que descrevessem um pouco sobre o projeto e o motivo de ter participado. Entre os projetos citados estiveram o “UFRGS Portas Abertas”, “Universidade na Rua” e os demais em cursos, seminários e debates. A grande maioria que participou dos projetos, o fizeram para obter créditos para as atividades complementares. Importante dizer que entre os 8 alunos que afirmaram ter participado de projetos de extensão, 2 deles informaram ter participado de um projeto na disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão”. No entanto, cabe salientar que as atividades que são praticadas na disciplina, apesar de trazerem experiências e vivências ao estudante, não podem ser consideradas extensionistas, pois não estão registradas como projeto no sistema da Universidade e, por isso, são consideradas como atividades de ensino.

Ainda na mesma questão, aos que informaram não ter participado de algum programa ou projeto de extensão, foi perguntado o motivo de não ter participado. As respostas mais apontadas foram: falta de tempo; falta de oportunidade; incompatibilidade de horários; e desconhecimento de projetos existentes. Muitos complementaram em sua resposta a ausência de projetos em horários que eles têm disponibilidade. Aqui, nota-se o quão difícil é para o aluno do curso noturno e trabalhador participar da extensão.

Partindo desta perspectiva, considera-se de grande relevância trazer os resultados das perguntas sobre a extensão do questionário aplicado pela COMGRAD do curso de APS. Em uma delas foi questionado aos alunos se eles já participaram ou se gostariam de participar de atividades de extensão.

Gráfico 8 – Participação em extensão dos alunos respondentes do questionário da COMGRAD de APS



Fonte: UFRGS (2021, adaptado pela autora).

A maioria dos alunos respondentes marcou a opção “Nunca participei, mas tenho interesse em participar”, seguida pela opção “Já participei e tenho interesse em participar de outros projetos”. Nesta perspectiva, considera-se que a maioria dos alunos respondentes tem interesse em participar de atividades extensionistas.

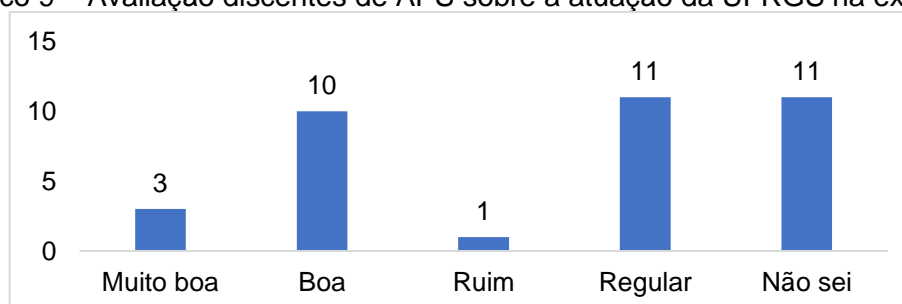
Ainda no mesmo questionário aplicado pela COMGRAD do curso constava a seguinte pergunta: “Como você avalia a oferta de atividades de extensão no Curso de Administração Pública e Social?”. Dentre as respostas, muitos alunos apontaram a baixa oferta de projetos, a falta de divulgação sobre a extensão e os projetos existentes, pouca disponibilidade de horários para a participação de alunos trabalhadores, a falta de vínculo com órgãos públicos que poderiam ensejar atividades extensionistas na área, dentre outros. Seguidamente, foi perguntado aos alunos: “Quais áreas e temas você sugere que possam ser desenvolvidas como ações de extensão no Curso de Administração Pública e Social?”. Dentre as mais citadas está a possibilidade em realizar parceria, consultoria e gestão em órgãos e instituições públicas. Também tiveram outros temas/áreas bastante sugeridos como Gestão de Pessoas, Desenvolvimento de tecnologias sociais e ferramentas de gestão para Instituições Sociais, Saúde e Direitos Humanos. Cabe salientar que esta pergunta foi feita de maneira aberta aos alunos, ou seja, não há uma opção a ser marcada e sim a resposta é dada de forma dissertativa. Partindo disto, esta questão foi respondida efetivamente por 84 alunos que descreveram sugestões de temas ou áreas em que a extensão pode ser trabalhada no curso. Os demais não deram sugestões,

representando aproximadamente 21,49% do total dos respondentes. Esta taxa pode ser considerada alta e traz certa preocupação no que tange ao interesse discente pela extensão universitária.

No questionário aplicado para esta pesquisa, foi perguntado aos alunos se eles tiveram interesse ou buscaram por atividades extensionistas por vontade própria. Verificou-se que a maioria, 22 alunos, não teve interesse ou buscou por atividades extensionistas por vontade própria. Somente 14 alunos afirmaram que sim. A estes alunos foi perguntado se foi fácil encontrar atividades de interesse e o porquê. A maioria informou que a busca por atividades de extensão não foi fácil e que, apesar dos professores do curso de APS ajudarem, é difícil achar um projeto que seja compatível com o horário disponível ou que seja da área de seu interesse. Alguns deles informaram, também, que há pouca divulgação de projetos.

Quanto à opinião dos alunos sobre a atuação da UFRGS na área extensionista, o gráfico a seguir apresenta a avaliação dada por cada um deles:

Gráfico 9 – Avaliação discentes de APS sobre a atuação da UFRGS na extensão



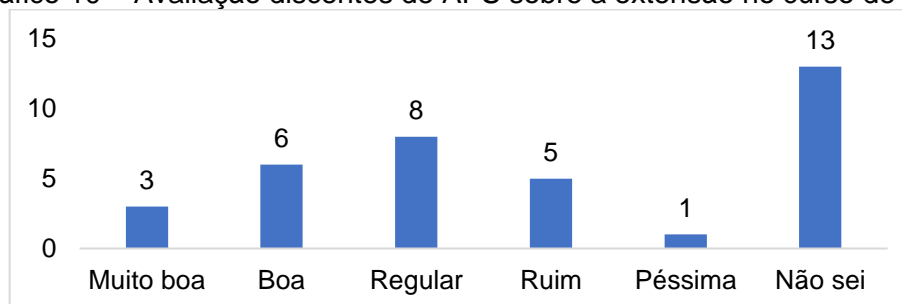
Fonte: Questionário.

Nesta questão, o fato que surpreende é que muitos alunos informaram não saber avaliar. Seguidamente, ao pedir que explicassem a sua avaliação, os argumentos dos alunos que consideram a atuação da Universidade como “Boa” e “Muito Boa” foram: a diversidade de projetos; a presença marcante da extensão em cursos como o de Odontologia e Enfermagem; a participação da UFRGS no Projeto Rondon; e o reconhecimento da Universidade pela sociedade. No entanto, alguns destes alunos apontaram que a divulgação dos projetos na UFRGS é fraca e outros apontaram que apesar da excelência da UFRGS na área extensionista, ela não é feita e pensada para o aluno trabalhador. Já os que a consideraram como “Regular” ou “Ruim”, a maioria argumentou que falta: divulgação dos projetos; incentivo à participação discente; e opções de projetos para alunos trabalhadores. Um deles

argumentou que a maioria dos projetos existentes são de cunho assistencialista e outro informou que acredita que a Universidade estabelece um limite de envolvimento com a sociedade. Juntando estes argumentos com o fato de que 11 alunos não souberam avaliar, percebe-se uma falha por parte da Universidade em divulgar os projetos existentes e em como ela atua na área extensionista.

Já em relação à avaliação dos alunos sobre a extensão no curso de Administração Pública e Social, o gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos:

Gráfico 10 – Avaliação discentes de APS sobre a extensão no curso de APS



Fonte: Questionário.

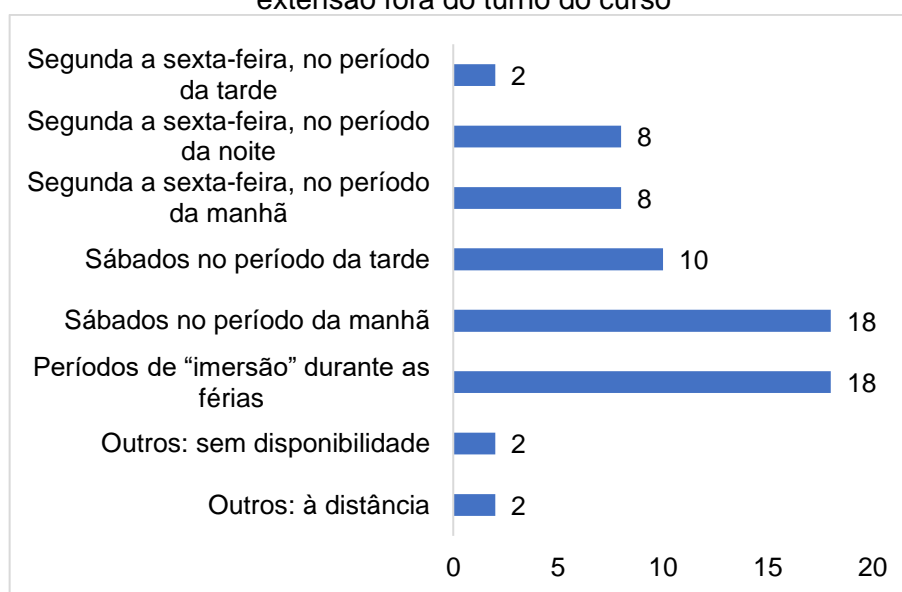
Nesta questão também houve muitos alunos que informaram não saber. Entre os motivos que fizeram os alunos que avaliarem a extensão no curso como “Boa” e “Muito Boa” estiveram: a excelência docente na área extensionista e a atuação do NEGA e do GEDAP em seus projetos. Já para os alunos que avaliaram como “Regular”, “Ruim” ou péssima, os motivos foram: poucos projetos existentes; falta de flexibilização horária para a participação discente; e a falta da variedade de temas dos projetos existentes. Muitos alunos informaram também desconhecer os projetos existentes. Estes argumentos aliados ao fato de que muitos alunos não souberam avaliar a extensão no curso, pode indicar uma falha na publicização dos projetos existentes, bem como, a ausência da extensão na jornada acadêmica de muitos alunos do curso de APS.

Quando perguntado aos alunos se a inserção da extensão ao currículo seria benéfica ao curso de APS, a grande maioria, 29 deles, respondeu que sim, acha que a introdução da extensão trará benefícios para sua formação. Entre os argumentos para tal, estiveram que a extensão inserida no currículo trará: um maior conhecimento; vivências práticas; troca de saberes entre Universidade e sociedade; aprimoramento na formação do aluno; interdisciplinaridade; e mudanças de percepções discente da realidade. Diante de tantos argumentos positivos dos alunos, a percepção que eles

têm sobre a extensão universitária pode contribuir bastante na construção de alternativas de inserção de atividade ao currículo do curso de APS.

Com o intuito de verificar a disponibilidade que os alunos do curso de APS têm para a participação em atividades de extensão em turnos diferenciados dos horários do curso, foi solicitado aos alunos, através do questionário, que marcassem uma ou mais opções sobre a sua disponibilidade para participar em projetos de extensão.

Gráfico 11 – Disponibilidade dos discentes de APS para participar em atividades de extensão fora do turno do curso

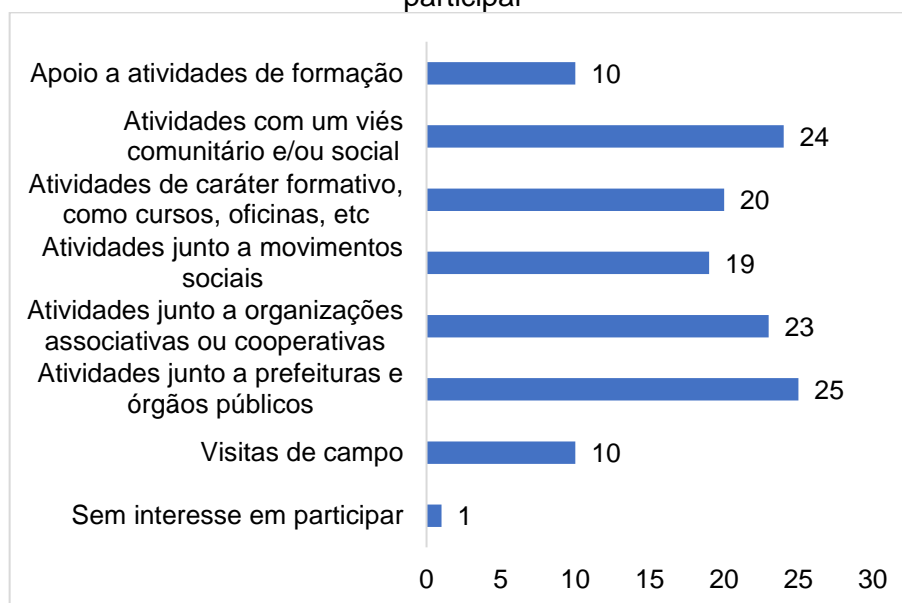


Fonte: Questionário.

Conforme demonstrado no Gráfico 11, as opções mais selecionadas foram "Sábados no período da manhã" e "Períodos de imersão durante as férias".

Em outra questão, também foi solicitado aos alunos que marcassem uma ou mais opções de tipos de atividades extensionistas que ele se interessaria em participar. O gráfico a seguir apresenta as opções escolhidas pelos alunos.

Gráfico 12 – Tipos de atividades extensionistas que os discentes de APS se interessam em participar

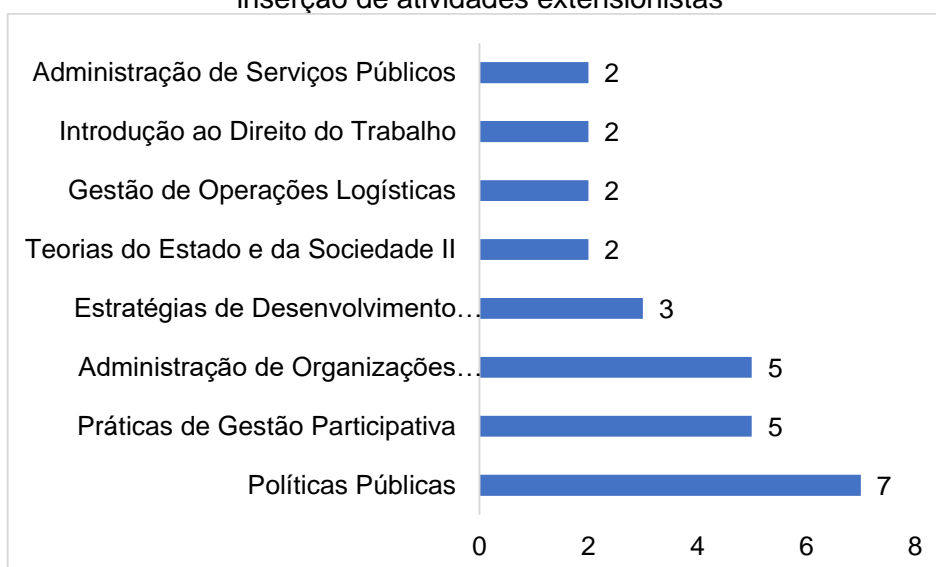


Fonte: Questionário.

As mais escolhidas foram “Atividades junto a prefeituras e órgãos públicos”, “Atividades com um viés comunitário e/ou social” e “Atividades junto a organizações associativas ou cooperativas”. Desta forma, verifica-se a escolha por temas com relação direta ao propósito do curso de APS.

Ao averiguar sugestões de disciplinas que os alunos consideram que possam incluir atividades extensionistas, algumas delas foram apontadas com certa frequência, conforme demonstramos no gráfico a seguir:

Gráfico 13 – Disciplinas sugeridas com maior frequência pelos discentes de APS para a inserção de atividades extensionistas



Fonte: Questionário.

Foram sugeridas também a inserção de atividades de extensão nas seguintes disciplinas: Produção de Textos, Filosofia e Ética na Administração, Planejamento Estratégico em Organizações Públicas e Sociais, Pensamento Social Brasileiro, Oficina I - Gestão dos Processos Organizacionais, Instituições de Direito Público e Legislação Tributária, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Pessoas em Organizações Públicas, Estado e Governo, Atividade Integradora II – Extensão e Atividade Integradora I – Pesquisa.

Antes da finalização do questionário, foi solicitado aos alunos que expusessem quais eram as suas preocupações e sugestões com a implementação da creditação da extensão no currículo. Dentre as respostas, as preocupações mais pontuadas foram relacionadas à disponibilidade do discente em participar dos projetos. Outras preocupações apontadas foram sobre a possibilidade de ocorrer um aumento na carga horária e a de não conseguir administrar o tempo para a execução de todas as atividades universitárias e pessoais. Uma crítica também foi exposta: a falta de informação ou transparência para o aluno que busca as atividades de extensão. Já como sugestões, estiveram presentes o argumento de que a creditação da extensão é correta, pois a Universidade tem três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Outro argumento pontuado por mais de um aluno é o de que a extensão deve ser abordada já no início do curso. Mais uma sugestão dada foi a possibilidade de haver diversas modalidades, incluindo projetos à distância e a possibilidade de realizar as atividades extensionistas no período noturno. Outro discente revelou que espera que a creditação da extensão não seja simplesmente mais teoria. Aqui, o aluno sugere que seja possível ter um acompanhamento prático e supervisionado das atividades que serão executadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UFRGS demonstra a importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em seus cursos de graduação através da normativa de sua Política de Extensão. Entretanto, na prática, a extensão ainda permanece distante do ensino e da pesquisa. Com a implementação da curricularização definida pela do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2014-2024, a Universidade, assim como todas do país, teve que se organizar para estabelecer normas e diretrizes para o cumprimento da meta. Assim, foi elaborada uma Resolução que ainda aguarda aprovação, mas que de forma geral acabou sendo pautada principalmente pela premência de adaptação à norma, do que a um aprofundamento do papel da extensão na universidade. Houve um processo de discussão nas instâncias da universidade e, apesar do atraso condicionado principalmente pela pandemia, está conseguindo cumprir o que estipula a Meta do PNE. Entretanto, esta pesquisa mostra que há um déficit de debate sobre o assunto na comunidade universitária, o que ficou em evidência a partir do levantamento feito com docentes e estudantes do curso de APS. Aguarda-se a resolução para ver como ela será aplicada, mas o aprofundamento sobre a mesma é limitado.

Isto traz uma questão fundamental sobre o sentido da curricularização, que não é de uma mudança formal e sim de fundo e que demanda um movimento da universidade para, como diz Gadotti (2017, p.11), aproximar-se “dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas”. Isto demanda um ativo envolvimento da comunidade acadêmica, pois impõe muitas transformações na construção do currículo, sem o qual pode provocar complicações tanto operacionais quanto administrativas na implementação da curricularização.

Além disso, foi mostrado no decorrer do trabalho que existem muitas atividades ditas extensionistas que na verdade se tratam de serviços de consultoria e capacitação ou outras atividades que não são de fato de extensão. E que, muitas vezes, algumas destas atividades são pagas, descaracterizando totalmente o conceito de extensão e de universidade pública. Diante disso, pode ser considerado que a UFRGS também perpassa pelas três crises da Universidade Pública: a hegemônica na realização de atividades com o objetivo somente de transmitir o conhecimento e na preparação de mão de obra qualificada; a legitimidade ao atender interesses

somente de quem pode pagar; e a institucional, em que a Universidade não consegue ter autonomia dos seus objetivos e valores e acaba se colocando na função de prestador de serviços para atender demandas empresariais.

Em relação ao curso de Administração Pública e Social da UFRGS, este trabalho mostrou, em primeiro lugar, os limites da extensão na sua concepção e desenho geral. De fato, ao verificar o currículo do curso, foi possível identificar que as atividades de extensão constam somente como atividades complementares e que elas não estão inseridas no currículo. A participação em programas ou projetos extensionistas deve partir da vontade própria dos alunos em procurar uma atividade que seja do seu interesse e que se adeque ao currículo. Isso acarreta na possibilidade de alunos se formarem e não terem tido contato algum com a extensão em sua jornada na graduação. Aqui, verifica-se uma falha na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: atividades extensionistas são trazidas ao currículo de forma complementar e não obrigatória. É tratada, pelo próprio currículo do curso como um complemento para a sua formação e não parte integrante dele.

A curricularização visa superar esta limitação com a proposta da Universidade de implantar duas modalidades para a creditação da extensão: através de projetos e na inserção de atividades nas disciplinas. A inserção do debate da curricularização da extensão, como parte de um processo mais amplo de alterações curriculares que está em andamento, é uma boa oportunidade que poderia permitir realizar inovações importantes no desenho do curso que permitam avançar na indissociabilidade entre o ensino e extensão.

Neste sentido, este trabalho buscava contribuir com uma reflexão sobre as condicionantes, tanto do ponto de vista dos discentes como dos docentes que afetariam as possibilidades de inserção de atividades de extensão no currículo. O fato de ser um curso noturno, de alunos trabalhadores, com escassa disponibilidade de tempo, colocava de antemão um interrogante claro a esse respeito.

Em relação aos docentes, seu perfil deixa uma tendência a priorizar a pesquisa e uma experiência restrita na área extensionista. No que tange à percepção dos professores sobre a extensão universitária, percebe-se que o conceito teórico dela é entendido pelos professores, mas a maioria deles não a praticam em sua essência. A partir das informações levantadas neste trabalho, pode-se constatar que a maioria dos professores do curso de APS realizam atividades de extensão, mas que existem poucos programas e projetos continuados. A maioria das atividades se concentra em

cursos, capacitações e mentorias. Estas atividades até podem ser consideradas de extensão. No entanto, elas são apenas uma parte dela, considerando que a extensão é o próprio ensino e pesquisa que ela prioriza as carências da maioria da população, em uma forma do “movimento ação – reflexão – ação, em que a concepção de ensino se constitui na elaboração, ela mesma, do conhecimento pelos alunos, resultante do confronto da realidade concreta e a pesquisa da sistematização dessa prática” (TAVARES, 1997, p. 35). O cenário de extensão no curso de APS ainda se torna mais fraco ao ser constatado que o número de alunos do curso que participam das atividades extensionistas propostas pelos professores é baixo. Entre os motivos que podem explicar esta conjuntura estão o fato de a pesquisa ser mais valorizada no meio acadêmico do que a extensão e o fato de que atividades extensionistas exigirem uma dedicação e um trabalho maior dos docentes que já se veem muito atarefados com as atribuições exigidas para o cargo. Ademais, os professores consideram importante a curricularização da extensão e, ao mesmo tempo, se confrontam com os diversos desafios que esta política trará, visto que, a curricularização trazida pelo PNE de 2014-2024 coloca que a inserção de créditos de extensão deverá ser feita a partir de programas e projetos extensionistas e “orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2018). E não menos importante, os projetos e programas precisam seguir as diretrizes básicas da extensão: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social.

Quanto aos discentes, esta pesquisa mostra, por um lado, os limites decorrentes do pouco tempo disponível dos alunos do curso para a realização das ações de extensão, mas, por outro lado, chama a atenção o interesse e a disponibilidade de participar. Apesar dos resultados limitados pelo baixo número de respostas à pesquisa e pelas dificuldades de obter os dados sobre o perfil, ainda assim, foi possível perceber que a extensão é pouco conhecida e não faz parte da formação dos alunos. Partindo disso, considera-se que a disciplina de “Atividade Integradora – II” é de extrema importância ao currículo do curso de APS. Pois este trabalho pôde trazer, mesmo que de uma pequena parcela de alunos que cursaram a disciplina, que ela muda a visão dos alunos sobre a extensão e, que se comparado aos que ainda não cursaram, nota-se que percepção sobre a extensão é maior. E foi também a partir desta disciplina que os alunos puderam conhecer os conceitos de

extensão, vivenciar projetos, entender a importância da extensão e da interação entre universidade e sociedade e ver de que forma a universidade cumpre o seu papel.

Neste trabalho também foi possível verificar que os alunos consideram que a inserção da extensão ao currículo trará benefícios ao curso. Porém, isso também traz preocupações no que tange ao tempo, à disponibilidade e ao empenho para realizá-las. Os discentes também percebem que faltam atividades práticas em seu currículo. Contudo, ao serem chamados a debater sobre o currículo ou sobre a implementação da extensão nele, observa-se que a maioria não participa ou não tem interesse em participar. Isso acarreta não somente a um currículo de curso desenhado unilateralmente por docentes, mas também pela pouca quantidade de projetos extensionistas, visto que somente professores que atuam efetivamente na extensão criam programas e ou projetos permanentes. Ao passo que muitos alunos consideram que o curso de APS tenha muita teoria e pouca prática, os mesmos enfrentam a contradição entre o “querer” praticar e o não “poder”. Nesse sentido, cabe destacar o que foi descrito por Oliveira *et al* (2019, p. 59) de que “a extensão apresenta um papel chave, por ser um espaço de prática, de contato com diferentes pessoas e realidades, de protagonismo e demanda de resposta dos estudantes”. Daí a importância do vínculo com a realidade para os estudantes, a valorização da disciplina e a possibilidade das atividades.

A curricularização da extensão universitária vem como uma oportunidade de o curso preencher essa lacuna de atividades práticas. Mesmo que, para isso, tenha que se perder algumas horas de atividade de ensino. Talvez isso não seja uma perda, mas uma maneira de reorganizar o método de ensino, visto que muitos alunos consideram que o curso de APS tem uma bagagem teórica extensa. Isso exigirá esforços de toda a comunidade acadêmica, em todas as esferas. Se trata da implementação não só da integração da extensão ao currículo do curso, mas de uma forma dinâmica da graduação, em que a indissociabilidade será praticada de fato, agregando novas práticas e conhecimentos, e formando egressos com uma proximidade maior ao seu campo de atuação.

Diante dos expostos, considera-se que este trabalho conseguiu responder ao problema de pesquisa colocado. Foi possível também atingir todos os objetivos propostos e a hipótese foi confirmada: apesar do fato de um curso noturno trazer dificuldades no processo de implementação da extensão no currículo do curso de Administração Pública e Social da UFRGS – pois a maioria dos alunos trabalha em

turno integral e dispõem de pouco tempo para se dedicarem à extensão – existem, também, outros elementos significativos relacionados com a percepção e valorização da extensão.

Por fim, sugere-se que, após a implementação da curricularização da extensão, seja feita uma pesquisa que busque analisar as atividades extensionistas integradas ao currículo, tanto nos projetos como nas disciplinas do curso de APS e se elas estão de acordo com as cinco diretrizes da extensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lidjane S. B. *et al.* Estratégias de ensino nos cursos do Campo de Públicas: análise do panorama atual e os desafios para o ensino multidisciplinar. **Nau - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 9, p. 129-141, 2018.

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. do N. Creditação da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação: Relato de Experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 25-32, jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1**, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192> Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 set. 2020.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. Curricularização da Extensão: o desafio no contexto das licenciaturas. **Revista Panorâmica**, v. 2, p. 109-124, 2019.

DALMOLIN, B. M.; VIEIRA, A. J. H.; BERTOLIN, J. C. G. Gestão e curricularização da extensão em uma universidade comunitária: do requisito acadêmico aos desafios da implementação. In: CERETTA, L. B.; VIEIRA, R. S. **Inserção curricular da extensão: aproximações teóricas e experiências**. volume VI. Criciúma: UNESC, 2019. p. 55–86.

FAGUNDES, José. **Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas**. 1985. 170f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251912>>. Acesso em: 13 out. 2020.

Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Editora da

UFRGS, 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/prorext-siteantigo/arquivos-diversos/PNE_07.11.2012.pdf/view>. Acesso em 17 set. 2020.

FRAGA, Laís. **Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares**. Campinas: UNICAMP, 2012.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. In: **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 3, p. 62-73, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf> Acesso em: 13 out. 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa** / [organizado por]. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**. v.33, n.3, Florianópolis, 2015.

LIMA FILHO, Humberto Correia. **Análise da adequação das Instituições de Ensino Superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao plano nacional de Extensão Universitária**. Orientador: Maria Elias Soares. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10494>>. Acesso em: 19 out. 2020.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **A Universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: utopia ou realidade?** Rio Branco: Edufac, 2017. 180p.

MIRANDA, Geralda L. *et al.* Articulação entre ensino e Extensão universitária no curso de Gestão Pública da UFMG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANEPCP, 3., 2019, Natal. **Anais eletrônicos [...]** Natal, RN: ANEPCP, 2019. p. 3155. Disponível em: <<http://www.anepcp.org.br/anaisenepcp>>. Acesso em: 23 out. 2020.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

OLIVEIRA, Beatrice C. *et al.* Projeto de extensão na Administração Pública: aprendizados e competências em potencial. In: ENCONTRO NACIONAL DA

ANEPCP, 3., 2019, Natal. **Anais eletrônicos [...] Natal, RN: ANEPCP, 2019. p. 3155.** Disponível em: <<http://www.anepcp.org.br/anaisenepcp>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 5-23–23, 2013.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; VITORINI, Rosilene Alves da Silva. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**. v.7, n.1, p. 01-591, 2019.

PESSOA, Joseneide S. *et al.* Laboratório de Gestão Pública: uma experiência de Extensão nos cursos de Gestão Pública da UFPB. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANEPCP, 3., 2019, Natal. Anais eletrônicos [...] Natal, RN: ANEPCP, 2019. p. 3155.* Disponível em: <<http://www.anepcp.org.br/anaisenepcp>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. de F.; SILVA, E. A. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Revista Conexão**, v. 14, n.3, 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, José Antônio dos; DEUS, Sandra de. Um novo tempo da extensão universitária brasileira. **Interfaces – Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 6-16, jan./jun. 2014.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão Universitária: Novo Paradigma de Universidade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

TOSCANO, Geovânia da Silva. **Extensão universitária e formação cidadã.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. 381p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Curso de Graduação em Gestão Pública. **Programa Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional.** Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gestaopublica/programas/programa-de-imersao/>>. Acesso em 03 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Rede Nacional de Extensão. **MEC homologa Diretrizes da Extensão.** Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/noticias/170-mec-homologa-diretrizes-nacionais-da-extensao>>. Acesso em 20 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Guia para curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo.** São Paulo: UNIFESP, 2017. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/Curriculariza%C3%A7%C3%A>

3o/GUIA_CURRICULARIZACAO_ATIVIDADES_EXTENSAO_CURSOS_GRADUACAO_UNIFESP_28.09.2017.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Universitário - CONSUN. **Decisão nº 266/2012**, de 20 de julho de 2012. Aprovação da Política de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/extensao/documentos-da-extensao/politica-de-extensao-da-universidade-federal-do-rio-grande-do-sul/view>>. Acesso em 08 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Escola de Administração. **COMEX – Comissão de Extensão**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/extensao/comex/>>. Acesso em 03 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Informática. Núcleo Rondon UFRGS. **Projeto Rondon**. Porto Alegre: UFRGS, 2021a. Disponível em: <https://www.inf.ufrgs.br/rondon/?page_id=137>. Acesso em 20 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Administração Pública e Social**. Porto Alegre: UFRGS, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/wp-content/uploads/2018/03/PPC-Administra%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-e-Social.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão. Catálogo de Ações da Extensão. **Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa - NEGA - Reedição 2019 – 2020**. Apresenta informações detalhadas da ação de extensão. Porto Alegre: UFRGS, 2021b. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=39405> Acesso em: 23 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão. **Como participar da Extensão?** Porto Alegre: UFRGS, 2020a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prorext-siteantigo/prorext-1/extensao/como-participar-da-extensao>>. Acesso em 23 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão. **Diálogos da Extensão debate sobre créditos de extensão na graduação**. Porto Alegre: UFRGS, 2020b. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/prorext/dialogos-da-extensao-debate-sobre-creditos-de-extensao-na-graduacao/>>. Acesso em 29 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Extensão. **O que é Extensão?** Porto Alegre: UFRGS, 2020c. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prorext-siteantigo/prorext-1/extensao>>. Acesso em 18 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Graduação. **PET – Programa de Educação Tutorial**. Porto Alegre: UFRGS, 2020d. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/prograd/pet-programa-de-educacao-tutorial/>>. Acesso em 23 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 15º** Ciclo: 2019 / Comissão Própria de Avaliação; Secretaria de Avaliação Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2020e. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cpa/RAAI2019Volume1finalsite.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2021.

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas – Entrevista I

Data de realização: 25 de fevereiro de 2021, às 18 horas

I. Sobre a extensão

- 1) Você pode contar um pouco sobre sua experiência como extensionista? Você coordena ou participa de algum programa ou projeto extensionista atualmente?
- 2) Você coordena ou participa de algum Núcleo ou grupo de pesquisa? Esse Núcleo ou grupo desenvolve também algumas atividades de extensão? Explique
- 3) Qual é sua opinião, sobre a atuação da UFRGS na área extensionista? E sobre a atuação da Escola de Administração nessa área?
- 4) De que forma a extensão está presente no curso de Administração Pública e Social? Em que medida podemos dizer que no curso se pratica a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão? Explique.
- 5) Você conhece experiências de cursos no campo de públicas com um trabalho diferenciado na extensão? Se sim, quais?

II. Sobre a curricularização da extensão

- 6) Com a sua experiência em Administração Pública na área de Educação, você acredita a curricularização da extensão será positiva pra as universidades do Brasil?
- 7) Qual sua opinião sobre o que vem sendo desenvolvido na UFRGS para o processo de curricularização da extensão?
- 8) De que forma a Área de Pública e social vem trabalhando para inserir da extensão no currículo do curso?
- 9) Quais você identifica como os principais desafios para o processo de curricularização da extensão no curso de APS?
- 10) De que forma você acha que o fato do curso de Administração Pública e Social ser noturno afeta o processo de curricularização da extensão? Como poderiam ser superadas as limitações decorrentes deste fato?
- 11) Você acha que algum dos projetos de extensão do qual você participa atualmente pode fazer parte das opções para creditar as atividades curriculares de extensão? Pode explicar? E no caso dos grupos de pesquisa no qual participa, há alguma proposta de inserir opções para creditar atividades de extensão?
- 12) Você conhece experiências de curricularização da extensão em outras universidades? Caso sim, quais?

13) Você acredita que a disciplina de “Atividade Integradora II – Extensão” é importante para o currículo do curso? Por que?

APÊNDICE B – Roteiro de perguntas – Entrevista II

Data de realização: 25 de fevereiro de 2021, às 18 horas

- 1) Você pode contar um pouco sobre sua experiência como extensionista?
- 2) Você acha que a curricularização de extensão é uma política adequada para as universidades no Brasil? Por que?
- 3) Gostaria que você me contasse sobre a experiência do processo de curricularização da extensão na universidade na qual você trabalhou anteriormente. O que você tem a dizer comparando essa experiência com o processo da UFRGS?
- 4) Além da UNIPAMPA, você conhece experiências de curricularização da extensão em outras universidades? Caso sim, quais?
- 5) E outras experiências de cursos do campo de públicas com um trabalho diferenciado na extensão e/ou na sua curricularização? Se sim, quais?
- 6) Você acha que o fato do curso de Administração Pública e Social ser noturno afeta o processo de curricularização da extensão? De que forma? Como poderiam ser superadas as limitações decorrentes deste fato?

APÊNDICE C – Roteiro de perguntas – Entrevista III

Data de realização: 01 de março de 2021, às 18 horas

I. Sobre a extensão

- 1) Você pode contar um pouco sobre sua experiência como extensionista? Você coordena ou participa de algum programa ou projeto extensionista atualmente?
- 2) Você coordena ou participa de algum Núcleo ou grupo de pesquisa? Esse Núcleo ou grupo desenvolve também algumas atividades de extensão? Explique.
- 3) Qual é sua opinião, sobre a atuação da UFRGS na área extensionista? E sobre a atuação da Escola de Administração nessa área?
- 4) De que forma a extensão está presente no curso de Administração Pública e Social? Em que medida podemos dizer que no curso se pratica a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão? Explique.
- 5) Você conhece experiências de cursos no campo de públicas com um trabalho diferenciado na extensão? Se sim, quais?

II. Sobre a curricularização da extensão

- 6) Você acha que a curricularização de extensão é uma política adequada para as universidades no Brasil? Por que?
- 7) Qual sua opinião sobre o que vem sendo desenvolvido na UFRGS para o processo de curricularização da extensão?
- 8) Quais você identifica como os principais desafios para o processo de curricularização da extensão no curso de APS?
- 9) De que forma você acha que o fato do curso de Administração Pública e Social ser noturno pode afetar o processo de curricularização da extensão? Como poderiam ser superadas as limitações decorrentes deste fato?
- 10) Você acha que algum dos projetos de extensão do qual você participa atualmente pode fazer parte das opções para creditar as atividades curriculares de extensão? Pode explicar? E no caso dos grupos de pesquisa no qual participa, há alguma proposta de inserir opções para creditar atividades de extensão?
- 11) Você conhece experiências de curricularização da extensão em outras universidades? Caso sim, quais?

III. Sobre a disciplina Atividade Integradora II - Extensão

12) Qual o papel que a disciplina “Atividade Integradora II – Extensão” tem no currículo do curso? Por que?

13) Como você avalia sua experiência como docente desta disciplina? Você acha que foi possível atingir os objetivos que ela propõe? Explique, por favor.

APÊNDICE D – Roteiro de perguntas – Entrevista IV

Data de realização: 02 de março de 2021, às 09 horas

I. Sobre a extensão

- 1) Você pode contar um pouco sobre sua experiência como extensionista? Você coordena ou participa de algum programa ou projeto extensionista atualmente?
- 2) Você coordena ou participa de algum Núcleo ou grupo de pesquisa? Esse Núcleo ou grupo desenvolve também algumas atividades de extensão? Explique
- 3) Qual é sua opinião sobre a atuação da UFRGS na área extensionista? E sobre a atuação da Escola de Administração nessa área?
- 4) De que forma a extensão está presente no curso de Administração Pública e Social? Em que medida podemos dizer que no curso se pratica a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão? Explique.
- 5) Você conhece experiências de cursos no campo de públicas com um trabalho diferenciado na extensão? Se sim, quais?

II. Sobre a curricularização da extensão

- 6) Você acha que a curricularização de extensão é uma política adequada para as universidades no Brasil? Por que?
- 7) Pode explicar quais são as propostas da UFRGS para implementar a curricularização da extensão? Quais são as principais diferenças entre as duas resoluções que estão em discussão e quais as perspectivas que se apresentam atualmente para a aprovação de uma resolução definitiva?
- 8) E quanto ao curso de APS, o que a COMGRAD já fez e está fazendo para inserir a extensão no currículo do curso?
- 9) Quais você identifica como os principais desafios para o processo de curricularização da extensão no curso de APS?
- 10) De que forma você acha que o fato do curso de Administração Pública e Social ser noturno afeta o processo de curricularização da extensão? Que propostas a COMGRAD tem para superar estas limitações?
- 11) Você acha que algum dos projetos de extensão do qual você participa atualmente pode fazer parte das opções para creditar as atividades curriculares de extensão? Pode explicar? E no caso dos grupos de pesquisa no qual participa, há alguma proposta de inserir opções para creditar atividades de extensão?

12) Você conhece experiências de curricularização da extensão em outras universidades? Caso sim, quais?

III. Sobre a disciplina Atividade Integradora II - Extensão

13) Qual o papel que a disciplina “Atividade Integradora II – Extensão” tem no currículo do curso? Por que?

14) Como você avalia sua experiência como docente desta disciplina? Você acha que foi possível atingir os objetivos que ela propõe? Explique, por favor.

APÊNDICE E – Roteiro de perguntas – Entrevista V

Data de realização: 14 de abril de 2021, às 16 horas

I. Sobre a curricularização da extensão na UFRGS

- 1) O que você acha sobre a resolução de integralização das atividades de extensão em 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação nas universidades do Brasil?
- 2) Você pode contar como a UFRGS se organizou para dar conta da resolução sobre a curricularização da extensão? Que ações desenvolveu? Como envolveu a comunidade universitária? Em que ponto está atualmente?
- 3) Pode explicar quais são as propostas da UFRGS para implementar a curricularização da extensão? Quais são os pontos que você acha mais fáceis e quais os mais complicados?
- 4) Quais são as principais diferenças entre as duas resoluções que estavam em discussão e quais as perspectivas que se apresentam atualmente para a aprovação de uma resolução definitiva? O limite de horas de integralização da extensão se manterá em no mínimo de 20% da carga horária total?
- 5) Como a Universidade está lidando com a curricularização da extensão com os cursos que são noturnos? Quais seriam as propostas para estes alunos?
- 6) Quais você identifica como os principais desafios para o processo de curricularização da extensão na UFRGS?

APÊNDICE F – Tabulação do questionário aplicado aos docentes

1. Você é:

Respostas	Professores
Da área de APS	6
De outras áreas do DCA	6
Total de respostas:	12

2. Marque uma das alternativas que melhor se adequa ao que você entende por extensão universitária:

Respostas	Professores
Atividades que buscam colocar os alunos na prática para aplicar o que é aprendido no curso	0
Atividades que visam prestar serviços a organizações com base no que é estudado durante o curso	0
São atividades para complementar a formação do aluno, na forma de cursos, seminários, palestras, etc.	0
Processo que proporciona a troca de saberes e a interação transformadora entre aluno, universidade e sociedade.	9
Outros:	3
Total de respostas:	12

3. Você já desenvolveu alguma atividade de Extensão ao longo de sua experiência docente?

Respostas	Professores
Sim, fora da UFRGS	1
Sim, na UFRGS	3
Sim, na UFRGS e fora dela	8
Não	0
Total de respostas:	12

3.1 Você pode descrever a atividade extensionista que desenvolveu? (exceto aos que responderam “não” na questão 3)

Respostas	
1	Cursos de extensão em jornalismo e meio ambiente; docência voluntária para alunos dos EUA (intercambistas) sobre Economia e Meio Ambiente.
2	Ambas foram capacitações para público interno e externo das universidades: 1) Uma capacitação de um método de ensino-aprendizagem alternativo para teorias críticas e decoloniais; 2) uma atividade de preparação para ingresso nos programas de pós-graduação e pesquisa das universidades brasileiras (mais de uma versão).
3	Cursos de aperfeiçoamento e capacitação; jornadas de discussão sobre temas de Administração e Administração Pública e Social; eventos acadêmicos (palestras, conferências e simpósios).
4	várias atividades. bem diferentes. algumas mais "sociais" com pessoas de baixa renda, outras mais culturais
5	Me envolvi em diferentes atividades, mas principalmente na proposição de cursos de curta duração, presenciais e à distância.
6	Estive envolvido recentemente em uma Ação de Extensão que visava explorar a capacidade do método psicodramático como alternativa pedagógica/conscientizante de situações de subalternização e dominação colonial que permeiam o cotidiano dos participantes.

7	Debates e atividades experienciais, com interação com professores de outras universidades e comunidade
8	Várias atividades já foram implementadas, todas orientadas para economia popular e solidária, atividades produtivas e comércio solidário, com objetivos ligados a trabalho e renda para a população precarizada das periferias de PoA.
9	Participação de um curso de formação em temática relacionada a educação fiscal e cidadania voltado para o público interno (UFRGS) e externo (lideranças comunitária, professores das redes de ensino, servidores públicos das secretarias de fazenda). Por diversas edições (7) este curso foi presencial e a partir da 8ª edição, em função da pandemia, foi transformado na modalidade EaD.
10	Nos ÚLTIMOS ANOS, foram três principais, sendo que como coordenadora, na primeira. 1) Divulgação sobre iniciativas relativas ao tema mulheres e inovação. Público: ambiente de pesquisa científica e empresas. Objetivo: Promover role models, mostrar iniciativas existentes, divulgar ações, editais e outras oportunidades, promover a conscientização sobre o tema de equidade de gênero. Resultados: Núcleo do grupo com 8 pessoas, incluindo professoras de diferentes instituições, alunas de doutorado e mestrado do PPGA/UFRGS, alunas de iniciação científica e graduação da UFRGS. Instagram (meio de divulgação) com mais de 3400 seguidores; 200 posts de conteúdo; 10 palestras, seminários e entrevistas para divulgação e conscientização do tema em diferentes fóruns; e uma coletânea de depoimentos agradecendo pela existência do grupo e pela divulgação feita. 2) Conscientização sobre a desigualdade de gênero, especialmente em função da maternidade, na academia e ações com o objetivo de mitigar essa desigualdade. Público: pesquisadoras mães, pesquisadores pais e outros pesquisadores e instituições de pesquisa e fomento. Objetivo: promover a equidade de gênero na ciência, especialmente com relação à maternidade. Resultados: desenvolvimento de pesquisa e ampla divulgação de resultados quanto à desigualdade de gênero na ciência, consolidação, promoção e divulgação de editais que considerem a maternidade em diferentes instituições no Brasil, participação em palestras, seminários entrevistas e outros para divulgar, esclarecer e conscientizar sobre o tema, desenvolvimento do programa de embaixadoras para promover a capilaridade do projeto no Brasil, desenvolvimento e concretização de projeto de arrecadação de fundos para dar auxílio financeiro a alunas mães para permanecerem na pós-graduação, entre tantas outras ações. 3) Rede de apoio a micro, pequenas e médias empresas que sofreram impacto em função da pandemia de COVID-19. Público: micro, pequenas e médias empresas de todo o país. Objetivo: promover uma rede de apoio de voluntários, entre professores, alunos de pós-graduação e graduação e membros da sociedade para oferecer assessoria a empresários que encontram-se em situação de crise nos seus negócios, pois sofreram impacto da pandemia. Resultados: ampla divulgação de orientações e dicas para empresários em todo o país por meio de plataformas do projeto e outras divulgações em mídias sociais e grande mídia. Atendimento a mais de 160 empresas e envolvimento de mais de 300 voluntários.
11	Realização de cursos de extensão
12	Projetos diversos: de organização de comunidades, de apoio a grupos de economia solidária, de assessoria a movimentos sociais e OSCs, Cursos de extensão, Congressos e Seminários Nacionais e Internacionais

4. Você teve alguma atividade de extensão desenvolvida ao longo do último ano (de janeiro de 2020 até o momento)?

Respostas	Professores
Sim	8
Não	4
Total de respostas:	12

4.1 Esta atividade é de que tipo? (exceto aos que responderam “não” na questão 4)

Respostas	Professores
Curso	3
Seminário de curta duração	0
Projeto ou programa de caráter processual	3
Prestação de serviços	0
Outro	2
Total de respostas:	8

5. Quantas ações de extensão você já realizou na UFRGS?

Respostas	Professores
1 a 2	2
3 a 4	1
Mais de 5	8
Nenhuma	1
Total de respostas:	12

5.1 Suas atividades de extensão contaram com a participação de alunos da Administração Pública e Social? (exceto aos que responderam “nenhuma” na questão 5)

Respostas	Professores
Sim, todos eram da APS	0
Sim, em maioria	2
Sim, mas muito poucos alunos da APS	7
Não, só com alunos de outros cursos	2
Não tive alunos envolvidos	0
Total de respostas:	11

5.2 Suas atividades de extensão envolveram docentes de outras áreas/cursos? (exceto aos que responderam “nenhuma” na questão 5)

Respostas	Professores
Sim	10
Não	1
Total de respostas:	11

5.3 De quais áreas/cursos eram os docentes envolvidos em suas atividades de extensão? (exceto aos que responderam “não” na questão 5.2)

Respostas	
1	Administração e Psicologia (em uma); e várias áreas de humanidades (direito, antropologia, história, conservação e restauro) - na outra.
2	diversas áreas dentro da Administração e de outros cursos também.
3	de outros departamentos. vários departamentos
4	De APS e Administração Geral
5	Administração de outras universidades
6	Economia, Comunicação, Nutrição, Educação
7	Economia

8	Além da Administração e de APS, Contábeis, Economia, Direito, Biologia, Medicina, Neurociência, Farmácia, Física, entre tantos outros
9	Ciências Sociais Aplicadas/Ciências Humanas
10	Economia e Comunicação

5.4 Como você avalia o desempenho dos discentes nas atividades de extensão desenvolvidas? (exceto aos que responderam “nenhuma” na questão 5)

Respostas	Professores
Muito boa	4
Boa	4
Regular	2
Fraca	1
Total de respostas:	11

5.5 Pode explicar a sua avaliação referente ao desempenho dos discentes? (exceto aos que responderam “nenhuma” na questão 5)

N°	Avaliação Questão 5.4	Resposta
1	Muito boa	Os poucos que participavam, eram muito ativos e presentes nas atividades.
2	Regular	A pergunta não foi elaborada adequadamente, pois tenta homogeneizar experiências individuais. Tive alguns alunos que tiveram um desempenho primoroso, outros nem tanto; alguns, ainda, não cumpriram com o esperado. Não faço distinção entre alunos de administração ou administração pública e social, portanto, não poderia apontar se os de um curso tiveram desempenho inferior ou superior aos de outro. Pelo contrário, essa lógica cria mais prejuízos a todos, tendo em vista que a avaliação do desempenho discente em uma atividade de extensão deve ser realizado de modo individual.
3	Regular	tem alunos engajados, e alunos que não são engajados. alunos que procuram uma bolsa. alunos que trabalham sem bolsoa
4	Boa	Eu consegui ter participação de discentes em uma única atividade das que propus, por conta do formato que normalmente as atividades seguiam. Foram duas alunas que foram muito atentas e ativas na organização da atividade.
5	Muito boa	Muito envolvidos
6	Boa	participação mais pontual nas atividades
7	Boa	A maioria dos projetos de que participei contou com bolsistas que fizeram a diferença, ainda que alguns tivessem mais dificuldades, as atividades dos bolsistas sempre foram efetivas, com raras exceções: pesquisas, elaboração de textos e relatórios, mapas, oficinas de formação, cursos foram oferecidos pelos professores com apoio importante de bolsistas.
8	Boa	São alunos interessados na temática, o que os torna participativos, buscando realizar as leituras e assistir aos vídeos (EaD). Igualmente o curso finalizava com a elaboração/implementação de um projeto de intervenção, tendo sido realizadas inúmeras iniciativas muito interessantes pelos alunos.
9	Muito boa	Sempre tiveram muito envolvimento e senso de responsabilidade
10	Fraca	Baixa aderência
11	Muito boa	Na verdade, nem todos tem um desempenho excelente, mas, de maneira geral, os alunos e alunas mostraram interesse, pró-atividade e se envolveram na construção dos projetos, tanto na equipe quanto no trabalho junto a seus beneficiários.

6. Qual é sua avaliação sobre a atuação da UFRGS na extensão?

Respostas	Professores
Excelente	1
Muito Boa	7
Regular	3
Fraca	0
Muito Ruim	0
Não sei dizer	1
Total de respostas:	12

6.1 Explique sua resposta sobre a atuação da UFRGS na área extensionista: (exceto aos que responderam “não sei dizer” na questão 6)

Nº	Avaliação Questão 6	Resposta
1	Muito boa	Há bolsas que ajudaram a condicionar a participação de estudantes; e a burocracia é razoável; mas não tive a necessidade de recursos e de muitos apoios interinstitucionais, logo não sei se nesses casos a ação da UFRGS é boa ou ruim.
2	Excelente	A UFRGS é a principal universidade do RS no que diz respeito à extensão e atrai população de todo o estado, e de fora dele também, para suas ações. Os benefícios de algumas ações ou programas de extensão oferecidos por toda a universidade, em clínicas, laboratórios, escritórios de longa duração e pontualmente em ações específicas é inegável e de reconhecimento notório pela sociedade.
3	Muito boa	havia uma reitoria. havia uns cuidados e uma atenção única sobre extensão. não sei como está agora
4	Muito boa	Considero entre boa e muito boa, porque ao menos para mim TODO docente DE (dedicação exclusiva) é convidado a atuar em ensino, pesquisa, extensão e, eventualmente, gestão. Eu atuo e venho atuando em TODAS as frentes, exceto gestão, neste momento. Penso que temos muito a ofertar na extensão ainda, e para isso penso que os professores podem se envolver mais e propor mais projetos, a despeito de barreiras como o delicado contexto atual (eu própria acabo de encerrar dois projetos e ainda não me sinto ainda animada a iniciar o próximo, embora já tenha até tema para ele - a pandemia me deixou praticamente esgotada, embora eu ainda siga produzindo muito). Sou líder de grupo que atua fortemente em pesquisa e extensão, mas principalmente em extensão. Até mesmo meu perfil profissional e de redes sociais tem foco em divulgação científica e promoção de ações que aproximem a Universidade de todos os setores produtivos - eu não só faço pesquisa e extensão como faço questão de mostrar que faço - eu vejo isso como necessidade e responsabilidade social. É fato que grande parte da sociedade, infelizmente, nos vê de forma equivocada, porém compreendo que parte do papel em esclarecê-la acerca da importância da Universidade, do ensino qualificado e da pesquisa, é nosso, e a extensão é uma grande oportunidade de nos aproximarmos e mostrarmos pras pessoas que "não é bem assim...". Em algumas das ações que meu Grupo promoveu, pessoas comentavam coisas do tipo "eu não sabia que a UFRGS tinha isso", "eu achei que nunca entraria para nada na UFRGS". Nós devemos ser SERVIDORES públicos e lutar contra o sucateamento do público, mas também lutar contra o encastelamento no qual, por vezes, os próprios acadêmicos, em puras aspirações egoicas, se colocam. Apesar dos pesares e do mundo em que vivemos, ainda temos a melhor ocupação do mundo: servir o próximo, criar oportunidades, ensinar, aprender com os outros! Eu ficaria feliz em ver que todos os meus colegas percebem a extensão tão importante quanto a pesquisa. E sim, é polêmico para muitos, mas para mim um sorriso de um jovem em situação de vulnerabilidade me mostrando seu primeiro currículo e me adicionando no

		Linkedin tem tanto valor quanto mais um artigo no Lattes. Pra mim tem sim. Mas eu falo por mim, não critico quem vê diferente, esses são os meus valores e são inegociáveis: só convidaria a se abrirem mais pra extensão. Ela muda vidas!
5	Regular	A considere regular em razão de minha percepção de como a UFRGS, no todo, opera. Acho que ainda falta muita divulgação interna do que é feito na universidade em termos de Extensão.
6	Muito boa	bem diversificada
7	Regular	Há muita confusão na EA sobre extensão universitária, muitas atividades remuneradas de consultoria empresarial, por exemplo, são registradas como extensão universitária, o que me parece equivocado. O sentido de serviço público precisa ser incorporado pelo corpo docente da EA, o que implicaria uma política definida pela direção mais alinhada aos objetivos gerais da extensão da UFRGS. Trabalho extra remunerado pode ser realizado nos limites da lei, mas associar extensão a consultoria empresarial e a órgãos públicos é um erro de concepção que descarta o potencial transformador e o princípio dialógico que deve presidir a interação extensionista da universidade pública com a sociedade.
8	Regular	Existem muitas iniciativas de extensão na UFRGS, nas mais variadas áreas do conhecimento (o quantitativo de iniciativas no salão de extensão deixa isso claro), contudo essas iniciativas são pouco conhecidas e publicizadas. Creio que isso tenha a ver com o status que a pesquisa (e mesmo o ensino) tem sobre a extensão, especialmente numa universidade como a UFRGS que é grande, reconhecida pela sua excelência, isso acaba priorizando as atividades de pesquisa e dando menor valorização à extensão. Essa lógica acaba permeando o próprio desenvolvimento das carreiras dos docentes que acabam por priorizar a pesquisa.
9	Muito boa	Sempre vemos diferentes cursos atuando das mais diversas formas. Fontes como o site da ufrgs e o Jornal da Universidade buscam mostrar essas ações. A troca com outras professoras envolvidas em projetos em comum também proporciona o conhecimento sobre outras ações acontecendo nas mais diferentes áreas.
10	Muito boa	A UFRGS apresenta uma boa oferta de ações de extensão
11	Muito boa	A UFRGS tem uma importante atuação na extensão. Pode ser melhor, mas conta com projetos muito consistentes e tem promovido, até hoje, uma visão de extensão comprometida com a comunidade e a transformação social.

7. Qual é sua avaliação sobre a atuação da Escola de Administração na extensão?

Respostas	Professores
Excelente	1
Muito Boa	1
Regular	5
Fraca	4
Muito Ruim	0
Não sei dizer	1
Total de respostas:	12

7.1 Explique sua resposta sobre a atuação da Escola de Administração na área extensionista: (exceto aos que responderam “não sei dizer” na questão 7)

Nº	Avaliação Questão 7	Resposta
1	Regular	Há poucos projetos, e os estudantes têm pouco tempo de participar (talvez porque trabalham e estagiam no resto do tempo fora das aulas). Eu mesma, fiz umas 5 seleções e divulgações em várias congrads, escolas e alguns órgãos públicos, mas poucos, muito poucos se interessaram. De modo que

		me desestimulei de repropor o projeto ou até a pensar em outros, e assumir responsabilidades interinstitucionais.
2	Excelente	A EA leva muito a sério a extensão, aproximando universidade e sociedade civil organizada (empresas, cooperativas, ONGs), além de pessoas individualmente, cumprindo com sua missão de gerar conhecimento para a sociedade em que está inserida.
3	Regular	há de tudo. projetos mascarados de extensão e extensão "pura". de qualquer forma, na ea não há uma estratégia ou uma política para a extensão: há práticas burocráticas.
4	Regular	Acredito que já comentei, em parte, na resposta anterior. Normalmente nós docentes temos muitas atribuições, o momento em particular também é difícil, e precisamos ter empatia com o que se está vivendo. Temos boas ações, sim, em andamento, algumas conduzidas costumeiramente por diversos docentes engajados, mas ainda precisamos despertar o "gosto" pela extensão nos colegas. Talvez este momento não seja o mais adequado, mas, por outro lado, pode ser o momento onde mais a sociedade precisa de nós.
5	Fraca	A Escola de Administração está mais voltada para a pesquisa e o ensino, predominantemente. Obviamente que questões como consultoria, cursos, etc., são muito realizadas, mas tenho dúvidas se, do modo como estão sendo operadas, sejam realmente ações extensionistas.
6	Regular	poderia ter participação de maior numero de docentes da EA
7	Fraca	Já expliquei noutras respostas.
8	Fraca	Primeiro porque na EA se reproduz a mesma lógica de valorização maior da pesquisa do que extensão (resposta anterior); segundo pois há uma confusão no entendimento do que seja extensão na EA, com uma hegemonia de entendimento da extensão como prestação de serviços de consultoria; em terceiro creio que o fato de a ampla maioria dos alunos da EA estudarem no noturno e, boa parte deles trabalha durante o dia ou são estagiários, há um envolvimento muito pequeno dos alunos da EA (da formação pública e privada) em projetos de extensão, o que acaba também por desestimular os docentes a priorizarem essa dimensão de atuação.
9	Regular	Em alguns cursos, como os diferentes cursos da área da saúde, por exemplo, é mais evidente o tipo de ação necessária, bem como o reconhecimento dessas ações por parte da Universidade e da sociedade. Em se tratando de ações da Escola de Administração, essa atuação nem sempre é evidente. Muitos professores têm dificuldade de ver que determinadas ações que estão desenvolvendo poderiam ser formalmente registradas como ação de extensão e ter o seu devido acompanhamento formalizado e reconhecido.
10	Muito boa	A EA oferece um número considerável de iniciativas de extensão
11	Fraca	Considerando que é uma área de ciências sociais aplicadas, a EA desenvolve um número pequenos de projetos de extensão. Entre os que desenvolve, a grande maioria são projetos pontuais, sem continuidade ou caráter processual. No geral, prevalece uma compreensão de extensão utilitarista, sem uma estratégia de interação com a comunidade e sem ter como prioridade as diretrizes da extensão universitária.

8. O que você acha da forma como a extensão está presente no curso de Administração Pública e Social?

Respostas	
1	Não tenho conhecimento para responder neste momento.
2	Deveria ser mais presente, fazendo-nos construir conhecimentos mais adaptados ao que a sociedade precisa de fato, e em nossa região. Mas, para isso, é preciso janelas na grade de aulas, mais projetos (de todas as naturezas), mais recursos para projetos que dependem dinheiro para serem realizados. Sem essas condições, fica um trabalho altruísta, dádioso mas também oneroso ao professor, sem muita condição de continuidade e de amadurecimento de seus frutos, que só se colhem depois de um bom tempo.

3	Há um desafio no que diz respeito à curricularização da extensão, em especial por se tratar de um curso noturno, mas que vem sendo enfrentado.
4	não sei. extensão não está presente no curso. universidade é extensão, ensino, pesquisa. são três questões diferentes. é preciso recuperar os projetos dos 40-50 professores que atuam no curso
5	Penso que é relevante, mas, aos meus padrões pessoais, ainda é incipiente, mas a questão não é apenas o envolvimento dos professores. O fato de o curso ser um curso noturno prejudica o planejamento de algumas ações, mas não inviabiliza totalmente. Eu própria gostaria de vincular ações de extensão às disciplinas que ministrou, pensei nisso várias vezes, mas ainda não encontrei um caminho viável capaz de envolver satisfatoriamente os discentes.
6	Percebo que há, por parte dos professores, maiores preocupações com a questão.
7	ainda pouca
8	Não sei avaliar, me parece que estamos ainda conformando uma política para a extensão no curso, apesar de alguns professores estarem envolvidos em atividades, não me parece haver um plano integrado de atividades visando a formação dos alunos do curso.
9	Aliado a resposta anterior, está presente de forma muito precária ou secundária.
10	Vejo que os professores são bem ativos, mas não tenho informações detalhadas a respeito.
11	Adequada
12	É fraca, poucos professores e professoras desenvolvem projetos de extensão integrados com sua atividade de pesquisa e de ensino e a oferta aos estudantes é pequena, centrada basicamente no NEGA e um pouco no GEDAP. É possível e necessário um maior desenvolvimento da extensão dentro do curso.

9. Quais, no seu entendimento, são os principais problemas que dificultam a realização da extensão no curso de APS?

Respostas	
1	Não tenho conhecimento para responder no momento. Um possível problema é a falta de mapeamento de amplo espectro de instituições do setor público e social que poderiam interagir com a universidade (e vice-versa) para ações de Extensão, mas este não é um desafio apenas da UFRGS.
2	Desinteresse dos alunos; Falta de prestígio, na EA, às atividades de extensão em relação às produções científicas; Um certo individualismo no funcionamento da EA, em que grupos de trabalho, muitas vezes, funcionam como uma "gerência de projetos de extensão e de pesquisa e de seus participantes"(uns mandam e outros obedecem). Não gosto deste modo de funcionamento, super produtivo, com certeza, mas creio, pouco pedagógico e democrático.
3	A disponibilidade de tempo e recursos econômicos dos discentes.
4	não é o curso que realiza extensão. extensão é realizada por parte de um professor e avaliado por uma comissão de extensão. curso (qualquer) e extensão (qualquer) não têm nada a ver.
5	Já respondido acima.
6	Falta de incentivo e pouca valorização interna.
7	alunos que trabalham durante o curso e turno de realização das atividades
8	Atualmente, a pandemia é um empecilho enorme! Mas, a maior dificuldade está no acúmulo de atividades designadas aos professores, na resistência de alguns colegas de outras áreas que desconhecem as atividades típicas de extensão, e mesmo as regras da universidade. Mas, ainda assim, compõem as comissões e se julgam autoridades em assuntos que ignoram. O fato de termos um curso noturno, o que implica que alunos são trabalhadores com pouca disponibilidade de tempo para as atividades. Há ainda o fato de que as bolsas tem valor baixo, se comparadas a estágios por exemplo, e exigem 20 horas semanais do aluno!?! Enfim, será preciso alguma criatividade para implementar as atividades. Nesse ponto, prefiro que os alunos se manifestem e proponham, porque este é um outro ponto importante, quem propõe e opera os projetos de extensão? A universidade não parece capaz de imaginar atividades a cargo de alunos, com apoio de

	professores!? As entidades estudantis parecem menos interessadas nesse tipo de atividade... Enfim, há muito o que fazer.
9	O envolvimento de alunos que, por ser curso noturno, priorizam suas atividades profissionais ou de estágio remunerado. O perfil dos docentes do curso é formado majoritariamente por docentes com perfil acadêmico que prioriza a pesquisa (seja pela formação anterior e pelo status da pesquisa sobre a extensão). Creio que também falta uma maior aproximação da nossa instituição com organizações (públicas e organizações da sociedade civil) que permitissem melhor essa interação e desenvolvimento de iniciativas no campo da extensão. Isso não se resolve só com a boa vontade de um docente ou grupo, sem dúvidas ajuda, mas precisa de uma política institucional (e institucionalizada) que apoie e priorize iniciativas no campo da extensão.
10	Não sei informar.
11	Baixa aderência discente
12	Há uma carga grande de trabalho para os docentes e a extensão não encontra um lugar entre suas prioridades. Faltam estratégias e recursos institucionais, dentro da EA, para a construção e implementação de projetos de extensão.

10. Você acha que a introdução de 10% de carga de extensão na graduação é uma política adequada para as universidades no Brasil?

Respostas	Professores
Sim	8
Não	2
Não sei	2
Total de respostas:	12

10.1 Pode explicar a sua avaliação referente ao desempenho dos discentes? (exceto aos que responderam "não sei" na questão 10)

N°	Resposta Questão 10	Resposta
1	Sim	Possibilita a alunos e professores maior interação com a sociedade e, por consequência, amplia conhecimentos.
2	Sim	Para reconectar universidade e sociedade, já que as produções universitárias voltavam-se mais para fazer artigos para revistas científicas estrangeiras e menos para conhecer problemas e produzir soluções que a sociedade local ou nacional demandava.
3	Não	Essa demanda surge da lógica das instituições privadas, no afã de reduzir custo com docentes em sala de aula, convertendo o preço de hora/aula em atividades de extensão.
4	Sim	É, mais do que adequada, fundamental - mas ainda precisamos pensar muito em como tornar a prática viável em um curso noturno, com disciplinas ofertadas à noite. Fica complicado exigir do aluno que participe em atividades de extensão fora do horário do curso. Os alunos trabalham, têm outros compromissos, e aos sábados alguns cursam disciplinas também.
5	Sim	Porque estimula formas de interação mais diversas da universidade e a sociedade, para além da pesquisa e o ensino.
6	Sim	favorece interação com a comunidade
7	Sim	É o mínimo que se pode esperar de um estudante de escola pública!
8	Sim	Primeiro pela importância que a extensão tem na formação dos novos profissionais, colocando-os em contato com realidades distintas da sua e/ou potencializando o desenvolvimento de competências cognitivas, relacionais e afetivas que só a extensão possibilita. Segundo entendo que politicamente a extensão é um forte instrumento de dar visibilidade e inserção a uma universidade pública perante a sociedade que, em última instância é quem financia uma universidade pública. Enfim, a relação universidade-sociedade é

		uma via de mão dupla, no sentido da produção e disseminação de conhecimento e também de legitimação de suas demandas e ação.
9	Não	Discordo da referida normativa
10	Sim	Porque ela permite dar mais visibilidade à extensão, integrando-a com o ensino, fortalece a relação teoria-prática na formação dos e das estudantes e permite uma maior interação entre a universidade e a comunidade, dando sentido ao conhecimento que é nela produzido.

11. Você conhece as propostas de resolução atualmente em debate na UFRGS para a implementação da curricularização da extensão?

Respostas	Professores
Sim, com propriedade	6
Sim, superficialmente	5
Não	1
Total de respostas:	12

11.1 Pode explicar a sua avaliação referente ao desempenho dos discentes? (exceto aos que responderam “não” na questão 11)

Nº	Resposta Questão 11	Resposta
1	Sim, superficialmente	Ainda não as estudei com a devida atenção.
2	Sim, superficialmente	Creio que elas estão tentando encontrar um meio termo entre o ideal - de fazer uma formação baseada em projetos e saberes interdisciplinares - e o atual - com currículos conteudistas e disciplinares. E que tem ensejado um bom debate sobre o que deve ser a extensão para a universidade e para a formação superior.
3	Sim, com propriedade	Ela tenta cumprir com a solicitação das normativas superiores e sua construção tem sido tocada de cima para baixo, como é costumeiro na UFRGS.
4	Sim, superficialmente	Penso que ainda faltam discussões, rodas de conversa para esclarecimentos (e não para decisão), mas, antes disso, um convite para que os professores tenham liberdade de, munidos de informações mais completas, desenharem propostas individuais para suas disciplinas para depois submeterem à comissão de graduação, bem como para dar liberdade, na medida do possível, a propostas associativas. Mas num primeiro momento, por pura questão de viabilidade, acredito mais em propostas individuais.
5	Sim, com propriedade	Apesar de considerá-la boa, há muitas dificuldade para sua operação, em especial no que diz respeito à disponibilidade de recursos por parte da UFRGS para a realização dessa curricularização da extensão. Fazer extensão também demanda recursos, e fazê-la do modo como está sendo proposto deveria prever a disponibilidade de recursos para tanto.
6	Sim, com propriedade	tem havido ampla debate para torna-las viáveis
7	Sim, com propriedade	São boas! Um primeiro passo para tomar contato com as questões de extensão, seus problemas, para que possamos aprender e resolvê-los.
8	Sim, superficialmente	Pelo pouco aprofundamento do meu conhecimento quanto a essas definições não tenho condições de uma opinião mais abalizada. Todavia creio que precisamos ter uma definição ampla e comum a todos os cursos (diretrizes básicas) mas com a possibilidade de aprofundamentos que permitam refletir a diversidade de situação dos cursos e áreas, por exemplo, a área da saúde já possui uma tradição e capilaridade na extensão mais ampla que outros cursos.
9	Sim, superficialmente	Como só conheço superficialmente, não tenho opinião formada.

10	Sim, com propriedade	Discordo
11	Sim, com propriedade	O processo de discussão da curricularização tem sido fraco, sem o devido aprofundamento por parte da comunidade universitária. Ainda não temos uma resolução definitiva e isso é um problema. Corre-se o risco de fazer deste processo apenas algo formal, sem poder avançar de forma significativa na articulação da extensão com o ensino.

12. Você acha que a integralização curricular da extensão é viável para o curso de APS, considerando que ele é noturno e que a maioria dos alunos trabalha?

Respostas	Professores
Sim	3
Não	2
Em parte	5
Não sei	1
Outro: Temos que discutir formatos, que não necessariamente precisam ser presenciais	1
Total de respostas:	12

12.1 Explique sua resposta (exceto aos que responderam "não sei" na questão 12)

Nº	Resposta Questão 12	Resposta
1	Em parte	Dependendo da situação profissional (maior ou menor flexibilidade), o aluno que trabalha poderia negociar alteração de turno de trabalho para realizar atividades de Extensão. Porém, reconheço esta dificuldade
2	Em parte	A curricularização da extensão terá que ser feita, porque é uma norma. Mas o "como" será feita em um curso noturno em que os alunos já têm dificuldade de cumprir, por conta do trabalho, as cargas de estudo das próprias disciplinas básicas, pode ensejar soluções "para inglês ver", o que não é a lógica transruptiva dessa proposta de curricularização de extensão.
3	Não	O enunciado da questão anterior já dá a resposta.
4	Em parte	não tem nenhuma resolução por parte da ufrgs. então não tem como avaliar. aliás, incluindo , talvez, daqui pra frente, o ensino... curricularização deverá ser analisada pelas comgrad e pela prograd. não tem nada de esclarecido, a parte algumas considerações informais.
5	Outro: Temos que discutir formatos, que não necessariamente e precisam ser presenciais.	Acredito ter comentado nas respostas anteriores o que penso ser necessário para maior viabilidade.
6	Sim	O fato de ser noturno não pode inviabilizar a extensão no curso. Por certo podem ser encontradas maiores dificuldades, mas elas não podem inviabilizar sua presença no curso.
7	Em parte	pode ser operacionalizada de diferentes maneiras
8	Sim	é preciso ser criativo e incentivar a participação dos alunos na discussão!
9	Em parte	Creio que seja possível mas terá que permitir que isso ocorra de uma maneira flexível, com abertura de "claros" (espaços) na grade curricular noturna, com o desenvolvimento de parcerias institucionais e condições para locomoção dos alunos durante o período noturno para essas atividades; igualmente será necessário fortalecer a participação dos alunos em atividades de extensão no diurno, compatibilizando com horários mais ajustáveis e criar uma espécie de "estágio em extensão" que também seja atrativo aos alunos - por exemplo, uma organização

		oferta para a UFRGS vagas para estágio, a universidade poderia exigir que uma parte dessas vagas seja em estágios em extensão.
10	Não	.
11	Sim	Há diversas através das quais esta curricularização pode ser feita: durante o período da noite, aos sábados, em atividades de imersão. Parece difícil, mas as experiências que tenho desenvolvido com os alunos mostraram que é viável e muito importante para sua formação.

13. Você acha que em alguma das disciplinas sob a sua responsabilidade seria possível integrar atividades de extensão?

Respostas	Professores
Sim	9
Não	3
Não sei	0
Total de respostas:	12

13.1 De que forma você acha que poderia integrar atividades de extensão na disciplina? (exceto aos que responderam "não" na questão 13)

Respostas	
1	Elaborando e propondo cursos de Extensão em parceria com agentes de instituições públicas e outras instituições da sociedade civil organizada; criando relacionamentos para proporcionar aos alunos a realização de atividades de Extensão nessas instituições, aproveitando atividades que tais instituições já realizam e que poderiam ser melhoradas com a ação dos alunos extensionistas.
2	Em ADM 01060 - Administração e Justiça Social (eletiva)
3	depende da resolução da ufrgs. que ainda não temos. e nem teremos em breve. não tem como avaliar sem indicações claras. impossível.
4	Como referi anteriormente, é bastante complicado. No meu caso apenas seria possível se fosse considerada como atividade de extensão uma atividade totalmente remota (ex.: aulas abertas ou consultoria a órgãos públicos durante o horário de aula). Mas são apenas ideias...presencialmente penso ser sem condições para mim e para os alunos. E em particular discordo da oferta de quaisquer atividades para além do horário no qual o aluno se matriculou, afinal, temos um contrato pedagógico e o aluno organiza a sua vida acadêmica a partir dele. As próprias atividades avaliativas da disciplina necessitariam ser redimensionadas dentro desta proposta.
5	Algumas disciplinas, obviamente, são mais abertas à possibilidade de ações de extensão do que outras. Disciplinas mais teóricas, como algumas que ministro, oferecem maior dificuldades, mas outras, como as Oficinas, por exemplo, podem incorporar em seus Planos ações desse tipo. Porém, como se tratam de disciplinas semestrais, o ideal é que haja um Projeto de Extensão permanente que acolha em si as demandas dessas disciplinas. Não me parece viável que a cada semestre os professores ministrantes abram e fechem processos de ação de extensão, pois isso envolve uma carga burocrática alta.
6	Todas as disciplinas que leciono tem relação com extensão universitária, muitas das atividades de avaliação podem ser orientadas para ações de extensão. Isto não exclui a possibilidade de elaborar conteúdos que possam integrar ensino e extensão. Além de entender que os próprios alunos podem ter ideias e sugestões a considerar nas disciplinas.
7	Com período de "estágios de extensão" nas administrações locais dos municípios da região metropolitana de Porto Alegre, com o envolvimento de docentes e estudantes em atividades articuladas com as administrações municipais em campanhas educativas, programas de formação profissional e ações de cidadania junto à população destes municípios.
8	Já fiz isso durante o ensino remoto. Atividades da disciplina vinculadas a um dos projetos de extensão.

9	Realizar visitas a experiências para elaborar diagnósticos e propor soluções ou elaborar ferramentas de gestão; oferecer oficinas ou palestras organizadas e desenvolvidas pelos estudantes para Movimentos Sociais, OSCs, prefeituras e/ou órgãos de governo; organizar feiras e amostras na UFRGS, quando forem retomadas as atividades presenciais. Podem ser desenvolvidas disciplinas eletivas pensadas para incluir um número significativo de horas de extensão.
---	---

14. Você pretende criar algum programa ou projeto para a creditação da extensão? Se sim, explique um pouco sobre ele.

Respostas	
1	No momento, não tenho planejamento para tal, mas a ideia é importante e merece atenção.
2	Sim. Revitalizar o Projeto do Método de Ensino, mas para professores da rede pública municipal.
3	Não.
4	não sei
5	Como referi nas primeiras questões, tenho um tema em mente, mas sim, tenho ideias, ideias demais, o tempo todo! Não "bati o martelo", apenas sinto que preciso estar melhor física e mentalmente, concluir com qualidade o semestre letivo, para propor algo no segundo semestre.
6	Pretendo sim, junto com outros colegas, lançar uma nova versão de nossa última ação de extensão realizada.
7	não
8	Já tenho! Pode ser perfeitamente incluído nas atividades das disciplinas porque contempla o acompanhamento de atividades de economia solidária: autogestão, formação, controles, processos administrativos, compra e venda etc.
9	Sim, na verdade o projeto já está pronto, só aguardando a normalização das atividades pós pandemia. Trata-se de um programa de intercâmbio e formação dos alunos do 8º e 9º ano de escolas das redes públicas e privadas, acerca da organização, papel e atribuições das prefeituras na gestão municipal, na oferta de bens e serviços públicos. Essas atividades serão ministradas na forma de oficinas nas escolas, por estudantes do curso que passarão por um processo de formação. Tal iniciativa buscará combinar uma formação cidadã de uma forma lúdica e participativa.
10	Não sei.
11	Não sei dizer
12	Sim. Mas não de caráter individual e sim coletivo. Se cada Núcleo de Pesquisa pode ter programas e projetos para envolver alunos. Por exemplo: o NEGA, prevendo atividades em módulos de 15 horas dentro dos projetos já em andamento, nas quais os alunos possam participar. o NUPEGEM pode desenvolver projetos junto a prefeituras e inserir módulos, de forma similar ao proposto para o NEGA. O GEDAP também pode organizar algo similar. Também pode se criar projeto, cuja coordenação pode ser rotativa, de uma visita de campo por semestre e gerar projeto permanente para a divulgação do curso de APS nas escolas.

15. Outras sugestões e/ou comentários que ache necessário acrescentar: (sem obrigatoriedade de resposta)

Respostas	
1	Creio que para que a haja a curricularização da extensão enquanto uma política institucionalizada na EA ela precisará criar alguma estrutura mais permanente de apoio ao desenvolvimento dos projetos, não podendo ficar apenas sob responsabilidade dos professores. Uma estrutura que articule um banco de organizações parceiras, viabilize o uso de ônibus para transporte dos alunos às atividades; divulgue e articule as possibilidades de estágios em extensão e projetos de extensão. Entendo que talvez o CEPA pudesse ser transformado para tal, mas precisa haver essa transformação de fato.
2	A criação de projetos permanentes e estruturados, de forma coletiva e não apenas dependendo de iniciativas individuais dos professores pode ser uma opção importante

	para viabilizar e dar mais centralidade à extensão dentro do curso. Outra opção é ver perspectivas de replicar projetos de imersão ou "residências", que outros cursos do campo do públicas vêm desenvolvendo.
--	--

APÊNDICE G – Tabulação do questionário aplicado aos discentes

1. Qual seu gênero?

Respostas	Alunos
Feminino	20
Masculino	16
Outro	0
Total de respostas:	36

2. Qual a sua idade?

Respostas	Alunos
18 a 24 anos	9
25 a 30 anos	11
31 a 40 anos	11
A partir de 41 anos	5
Total de respostas:	36

3. Sobre suas atividades profissionais:

Respostas	Alunos
Me dedico integralmente aos estudos	3
Tenho emprego remunerado, turno integral	19
Tenho emprego remunerado, meio período	1
Realizo estágio remunerado	8
Sou bolsista	1
Outro:	4
Total de respostas:	36

4. Fora o horário das aulas, no turno da noite, você tem disponível algumas horas durante o dia para realizar outras atividades acadêmicas?

Respostas	Alunos
Sim	16
Não	20
Total de respostas:	36

4.1 Se sim, quantas horas disponíveis você teria? (exceto aos que responderam “não” na questão 4)

Respostas	Alunos
2 a 3 horas disponíveis na semana	7
4 a 6 horas disponíveis na semana	5
20 horas disponíveis no semestre	3
40 horas disponíveis no semestre	1
Total de respostas:	16

5. Em qual semestre do curso você está no momento?

Semestre	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Total de Respostas
Alunos	4	2	2	5	1	2	3	8	5	4	36

6. Você já cursou a disciplina “Atividade Integradora II – Extensão”?

Respostas	Alunos
Sim	20
Não	16
Total de respostas:	36

6.1 Após cursar a disciplina, você mudou sua visão sobre a extensão? Por quê? (exceto aos que responderam “não” na questão 6)

Respostas	
1	Sim, porque pude conhecer muitos projetos que eu não teria conhecido se não fosse a disciplina.
2	A disciplina foi mais teórica. Continuei achando a extensão importante como antes, mas creio que poderia haver um projeto de extensão para envolver mais os alunos.
3	Eu já conhecia a extensão, porém, essa disciplina para mim foi de extrema importância para entender os trâmites burocráticos da extensão.
4	Sim, ela mostra que a extensão é muito mais do que aliar a teoria com a prática e devolução para sociedade de um pouco do que aprendemos na universidade. É um universo muito mais extenso e diverso e que envolve e impacta as ações da sociedade, dos estudantes e da própria universidade.
5	Sim. Vi o quanto é importante e como agrega conhecimento com a prática.
6	Muito! Lamentei que isso não fosse uma vivência desde o início da facul
7	Apesar de ter sido remoto, achei enriquecedor. Tive contato com um grupo de extensão que faz um trabalho numa comunidade e o trabalho que fazem eu achei muito importante para aquela comunidade. O engajamento dos alunos também achei muito bom.
8	Sim, muitos conceitos que não conhecia sobre a extensão universitária
9	Vi que é muito importante e interessante, mas deveria ser mais ampla a abordagem parece superficial
10	Sim, pois é uma importante forma de nos integrar com a comunidade onde a UFRGS se insere.
11	Antes da disciplina não tinha conhecimento sobre o tema. A cadeira trouxe conhecimento introdutório apenas. Por ser a única cadeira sobre extensão deveria ser melhor planejada, pois a principal atividade da disciplina foi a organização de "palestras" para apresentar o curso Administração Pública para alunos do último ano do ensino médio de escolas públicas, e não vejo como uma atividade pontual no final do semestre, sem continuidade, possa dar ao aluno a real dimensão do que signifique extensão, por este motivo aparentou falta de organização, como se a cadeira fosse criada às pressas para preencher currículo.
12	Não muito.
13	Sim, confirmei que a Extensão e a UFRGS como um todo é pensada e feita para alunos que não trabalhem ou, no máximo, faça estágio perto do campus.
14	Sim! Na verdade eu não tinha conhecimento e achei incrível a oportunidade e principalmente a troca de aprendizado que tive com a professora sobre atividades de extensão.
15	Não, pois na atividade proposta na disciplina não foi algo atrativo para a comunidade acadêmica
16	sim! Vi que o objetivo das atividades de extensão atribuem um valor enorme para a comunidade em geral. Visto que contribui para estudos e questões que não são

	abordadas em outros momentos e que são de extrema importância até mesmo para apoiar e direcionar de forma científica algumas causas sociais.
17	sim, porque percebi que a extensão também é a aplicação e a divulgação do resultado dos estudos e pesquisas acadêmicas em interação com a sociedade. é o canal que conecta a sociedade e a vida acadêmica.
18	Sim, eu pouco sabia o que significava o termo, com a disciplina entendi bastante sobre o assunto.
19	Na verdade estou cursando. Já tenho experiência em atividades de extensão, e a disciplina está me proporcionando um excelente acervo teórico sobre o tema, além das ótimas explicações do professor Pedro Almeida Costa.
20	Sim, vi como o papel da universidade pode ser mais ativo na sociedade

7. Você sabe o que é extensão universitária?

Respostas	Alunos
Sim, tenho clareza do que é	18
Mais ou menos	13
Já ouvi falar, mas não sei do que se trata	4
Não sei e nunca ouvi falar	1
Total de respostas:	36

8. Marque uma das alternativas que melhor se adequa ao que você entende por extensão universitária:

Respostas	Alunos
São atividades para colocar em prática o que é aprendido no curso	1
Processo que visa prestar serviços e dar suporte a organizações com base no que é estudado durante o curso	0
São atividades para complementar a formação do aluno, na forma de cursos, seminários, palestras, etc.	5
Processo que proporciona a troca de saberes e a interação transformadora entre aluno, universidade e sociedade.	30
Outros:	0
Total de respostas:	36

9. Em qual momento você soube da existência da extensão universitária?

Respostas	Alunos
Antes de ingressar na UFRGS	8
Ao ingressar na UFRGS, logo nos primeiros semestres	12
Na disciplina "Atividade Integradora II – Extensão"	6
Da metade pro final do meu curso, ao buscar opções de créditos para as atividades complementares.	5
Ainda não sei exatamente do que se trata.	5
Total de respostas:	36

10. Você considera a extensão importante para a sua formação no curso de APS?

Respostas	Alunos
Sim	28
Não	0
Não sei	8
Total de respostas:	11

10.1 Por que você considera (ou não) a extensão importante para a sua formação? (exceto aos que responderam “não sei” na questão 10)

Respostas	
1	Considero importante, pois é papel do administrador público e social conhecer os pilares da universidade pública (educação, pesquisa e extensão).
2	Aplicação e vivência dos conteúdos estudados e interação da universidade com a sociedade.
3	Creio que a maior parte dos colegas que ingressam no curso têm vontade de fazer parte da Administração Pública para serem agentes de alguma transformação na sociedade. A extensão é um meio da universidade estabelecer uma ligação com aqueles que não estão dentro do meio acadêmico, então para o nosso curso é muito importante, pois escolhemos servir à comunidade.
4	Como estudante de uma universidade pública, é essencial para nós, estudantes, contribuirmos para a sociedade com alguma ação permanente.
5	porque faz com que você se envolva com ações que terão impacto na sociedade, para a universidade e para a minha formação como cidadão.
6	É um meio prático de exercer o que aprendemos. Infelizmente, no meu caso, a extensão é mais comentada durante e após AI2.
7	A troca entre o mundo acadêmico e a sociedade é fundamental pro desenvolvimento de outras perspectivas de mundo pra o aluno. A sociedade pode perceber o retorno aplicado no ensino.
8	É forma de colocar em prática o aprendizado que obtivemos ao longo do curso.
9	Considero uma atividade muito importante para o aluno ter a possibilidade de aplicar o seu conhecimento em prol da sociedade.
10	Abre a mente do universitário para questões sociais, fazendo correlação com os estudos e aplicando na sociedade através da diversidade cultural
11	É uma forma de devolvermos a sociedade, e aprender junto.
12	Ampliar o horizonte dos conhecimentos...
13	Pelo aprendizado e a interação entre Aluno, Universidade e Sociedade
14	Para termos mais noção do que podemos fazer em prol da sociedade, como podemos trabalhar nela e com ela, e dessa forma aprendendo na prática.
15	A troca de saberes com pessoas de fora da comunidade acadêmica é uma importante ferramenta, pois permite ao aluno vivenciar realidades aos quais não está habituado, formando um gestor mais empático.
16	Porque permite um aprendizado maior e uma troca entre sociedade e universidade.
17	Desenvolvimento de habilidades e troca de conhecimento
18	Desenvolvimento de habilidades e troca de conhecimento
19	Porque acredito ser uma troca gigantesca com as realidades sociais, tarefa de um administrador público e social
20	Porque prepara mais o aluno para vida profissional, e, em conjunto, prepara para o ingresso de um futuro aluno, ou seja, apresenta o curso pra sociedade
21	Porque são de extrema importância até mesmo para apoiar e direcionar de forma científica algumas causas sociais.
22	Julgo ser importante todo e qualquer curso que agregue conhecimento tanto com questões da área do curso, quando questões que se interliguem, mas que não necessariamente abranjam a totalidade do curso, servindo assim, como uma base de suporte para maior entendimento sobre sociedade e pessoas num todo.
23	Muito importante, porque é o canal de contato que a sociedade tem com as práticas acadêmicas, e vice versa. Também foi na extensão que pude absorver conteúdo extra ao participar de congressos, seminários e até mesmo audiências públicas de orçamento municipal.
24	Não só para minha formação, mas para o que está fora da Universidade, traz um ensino na prática, outra visão de mundo.
25	Pois é uma forma de aprimorar os conhecimentos gerais ou específicos dos estudantes e apresentar um retorno pra sociedade

26	Porque a extensão, ao meu ver, é um dos pilares da universidade e também é uma chave para a transformação social
27	Integração do ensino com a sociedade é fundamental para o desenvolvimento de várias práticas de aprendizado. Fundamental a experiência fora do âmbito universitário.
28	Considero importante por geralmente estar voltado para o social, porém como já temos a disciplina no curso, essa aproximação já existe. Acredito que não deve ser obrigatória créditos em extensão, porém divulgar as iniciativas de forma mais contundente no início de todos os cursos (não apenas de ADM PS)

11. Você já participou ou participa de algum programa ou projeto de extensão?

Respostas	Alunos
Sim	8
Não	28
Total de respostas:	36

11.1 Pode descrever um pouco sobre o projeto e o porquê de ter participado? (exceto aos que responderam “não” na questão 11)

Respostas	
1	Eu, como filho de uma professora da nossa universidade, tive uma rica experiência na área da extensão. Sempre tive o interesse desde o início do curso de Administração Pública e trabalhar com a população em situação de rua e na área do voluntariado. Tive a experiência, nos primeiros semestres, de participar da Extensão: "Universidade na Rua" onde mantive boas relações e ensinamentos com a população em situação de rua. Trouxemos os interessados em participar para dentro da universidade, realizávamos oficinas na parte da geração de renda. Outro projeto que participei como aluno voluntário foi na criação de novos voluntários dentro da nossa universidade. O projeto teve como intuito desenvolver a importância das pessoas no contexto da política, fraternidade e voluntariado. Trouxemos alguns líderes comunitários, vereadores de Porto Alegre e criadores de ONG's como a Viver de Rir e os Cozinheiros do Bem para falar um pouco das ações realizadas para a comunidade.
2	Foi parte da cadeira, divulgação do poetas abertos da UFRGS
3	Curso de Extensão sobre arrecadação e destinação de impostos federais, estaduais e municipais
4	Atuei no UFRGS Portas Abertas. Participei para conseguir créditos complementares.
5	Gestão fiscal, com o objetivo em conhecer um pouco mais sobre as práticas fiscais, conceitos e etc.
6	seminarios nupagem, congresso brasileiro do vinho, audiencias publicas CEFOR da camara municipal de porto alegre. participei por curiosidade e porque precisava dos créditos complementares. aliás, acho excelente a ideia da atividade valer crédito.
7	Na própria disciplina de extensão fomos até escolas públicas promover o curso de adm pública e social como trabalho final da disciplina
8	Participei de um projeto de extensão chamado Ciclos de cinemas, cultura e educação para a diversidade. Onde eram organizadas sessões de filmes e debates sobre temáticas relevantes à realidade brasileira e local.

11.2 Qual foi o motivo para você não participar de algum projeto/programa de extensão? (exceto aos que responderam “sim” na questão 11)

Respostas	
1	Desde que entrei na faculdade, sempre trabalhei e nunca tive tempo para participar.
2	Não conheço nenhum
3	Falta de interesse/divulgação dos projetos e programas de extensão
4	Falta de tempo, falta de uma comunicação ativa sobre o assunto aos alunos que somente frequentam as aulas e não vivenciam a universidade plenamente.
5	Falta de tempo. Mas já fui aluna do curso de extensão de Administração Pública para Cultura.

6	Não cheguei na obrigatoriedade ainda e não tenho tempo para atividades fora a aula/trabalho.
7	Falta de tempo
8	Estou na procura. Os que vi eram no horário do meu trabalho.
9	Participo de um grupo de pesquisa. Mas o mesmo não foi considerado até o momento como extensão. Mas não participo por não conhecer nenhum até o momento
10	Falta de tempo
11	Atualmente estou concluindo o curso e procuro outras formas de ter esta vivência
12	Falta de tempo e oportunidade
13	falta de oportunidade
14	Tenho só os sábados livres e nunca quis me disponibilizar a essa carga horária extra, pois é um dia de descanso.
15	Os grupos de extensão disponíveis tinham horários que não coincidiam com minha disponibilidade, pois trabalho em turno integral.
16	Oportunidade
17	Horário
18	Oportunidade
19	Ainda não cheguei neste momento do curso
20	Não tive tempo de me organizar para isso, principalmente por morar longe da faculdade na época que procurei. Mas ainda tenho interesse em buscar
21	Tempo
22	Creditos complementares
23	Falta de oportunidade.
24	Não tive oportunidade
25	Até final de 2019 eu estudava e trabalhava. Depois disso veio a pandemia, e acabei ficando apenas com os estudos da faculdade e outros projetos pessoais.
26	Oportunidade
27	Não sei responder.
28	Falta de tempo, pois quando estava no Brasil trabalhava todos os dias (incluindo finais de semana)

12. Você teve interesse ou buscou por atividades extensionistas por vontade própria?

Respostas	Alunos
Sim	14
Não	22
Total de respostas:	36

12.1 Foi fácil pra você encontrar atividades de seu interesse? Por quê? (exceto aos que responderam “não” na questão 12)

Respostas	
1	Os cursos relacionados com nossa área foram divulgados pelos nossos professores.
2	Sim, por já ter um conhecimento breve dos projetos através do portal da extensão.
3	Existem atividade pra diversas áreas e públicos, o que me faltou mesmo foi tempo para dedicar e sem isso não é possível ter uma atividade de extensão.
4	Não foi fácil. Para alunos da APS é difícil encontrar atividades de extensão que sejam compatíveis com o horário de trabalho e que sejam de nosso interesse.
5	Não. O acesso e divulgação as vagas quase não existe.
6	Não. O acesso e divulgação as vagas quase não existe.

7	Não, achei porque tinha uma professora direcionando
8	Nao
9	Não foi. Ainda não consigo encontrar ou me inscrever com facilidade em atividades de extensão. Apenas as que os profs do curso de APS estão envolvidos e divulgam para as turmas.
10	Não, acredito que faltam horários e cursos de extensão disponíveis.
11	nao muito. os professores ajudam bastante se for o caso de construir um projeto. mas nao vi muita atividade eapacificamente oferecida pelo curso APS. na vdd, sempre que inicio uma disciplina e não tenho bolsa, procuro bolsa iniciação ou extensão. as de iniciação tem maior oferta.
12	No salão de extensão. Lá ha todo tipo de atividades, para todos os gostos.
13	Não, pois é pouco divulgado
14	Foi relativamente fácil porque na instituição federal onde eu estudava o contato entre professores e alunos era muito próximo e isso me proporcionou vislumbrar oportunidades junto a professores que estudavam assuntos dos quais eu achava pertinente

13. O que você acha sobre a atuação da UFRGS na área extensionista?

Respostas	Alunos
Muito Boa	3
Boa	10
Regular	11
Ruim	1
Péssima	0
Não sei	11
Total de respostas:	36

13.1 Explique sua resposta sobre a atuação da UFRGS na área extensionista: (Por que acha muito boa, boa, ruim ou péssima?). (exceto aos que responderam “não sei” na questão 13)

Nº	Avaliação Questão 13	Resposta
1	Muito boa	Porque engloba vários segmentos da sociedade e tem projetos muito importantes.
2	Regular	Considero os projetos e resultados muito bons, mas acredito que falte incentivo a participação e uma melhor divulgação. Muitas pessoas só escutam falar em extensão após entrar para a universidade e ainda assim é muito pouco.
3	Boa	Acho que é boa, conheço a atuação da PROEXT, mas às vezes falta a universidade ir mais onde o povo está, geralmente ela oferece opções para quem a procura, mas não vai atrás, não divulga e não oferece os projetos de extensão o suficiente.
4	Boa	Acho que a extensão na UFRGS é bem explorada. Neste momento de pandemia pude participar de palestras que não eram da minha área, mas soube por outros alunos, como projetos da odontologia e enfermagem. Posso dizer que é gratificante estudar em uma instituição que explora bem esse pilar que é a extensão.
5	Regular	Penso que a universidade e professores estabelecem um limite de envolvimento para com a sociedade, o que acaba travando um pouco esse processo.
6	Regular	Acredito que deveria ser mais divulgado, dar opções para os alunos participar.

7	Regular	Nunca participei de atividades de extensão, mas vendo pela experiência de colegas e pela falta de ofertas flexíveis, a universidade tem atuação regular na condução e promoção destas atividades para os alunos.
8	Boa	O projeto RONDON é um exemplo de que a extensão universitária na ufrgs ocorre de maneira saudável. Muitos de nossos colegas já foram e participaram
9	Regular	Acho que a UFRGS deveria informar melhor nos primeiros semestres, ofertar melhor vagas nestas atividades
10	Boa	Complementa a Ensino
11	Muito boa	Porque foi uma Extensão ministrada por especialistas de excelente nível de conhecimento sobre o assunto ao mesmo tempo que contou com uma excelente audiência.
12	Boa	Acho que a UFRGS possui vários projetos de extensão, mas em alguns cursos ainda falta.
13	Regular	Falta opção.
14	Boa	É muito boa, muitos projetos, pena que não é pensada no estudante noturno que trabalha durante o dia.
15	Regular	Porque ainda acho que o acesso é difícil, apesar das atividades incríveis que temos, não sabemos
16	Regular	Regular, pelo fato ser pouco divulgada a atuação... muito alunos só ficam sabendo sobre extensão apenas na disciplina de atividade integradora II. Poderiam ter mais disciplinas extensionistas.
17	Regular	Acredito que no curso de APS não é muito bem estruturada.
18	Regular	Acredito que a oferta de atividades precisa estar um pouco mais aberta quanto aos campos de atuação. Como por exemplo, atividades que demandam conhecimentos técnicos para gerenciar uma ONG, atuar na estratégia de captação de recursos, poderiam ser Atividades de extensão para a comunidade Acadêmica se munir de conhecimento e apoiar as instituições sociais.
19	Boa	Acredito que poderiam ser melhor, ofertando mais cursos de extensão para adm publi.
20	Muito boa	muito boa porque é possível perceber as oportunidades nos diversos cursos da ufrgs. no caso da APS ser um curso novo, tá em tempo de ampliar a oferta e buscar novos projetos.
21	Boa	Acho boa, ufrgs se mantém presente em muitos aspectos e é o seu dever como universidade pública, mas a questão da extensão deveria ser destacada desde o primeiro semestre
22	Ruim	Porque tem pouca divulgação, não se discute muito sobre o assunto e os alunos ficam ligeiramente perdidos
23	Regular	Acho regular porque apesar do crescimento de atividades de extensão de cunho popular, ainda predomina o caráter assistencialista na universidades
24	Boa	A Universidade é bem elogiada nesse quesito
25	Boa	Acredito que tem projetos muito bons, porém a divulgação dos mesmos ainda é falha.

14. Como você avalia a extensão no Curso de Administração Pública e Social?

Respostas	Alunos
Muito Boa	3
Boa	6
Regular	8
Ruim	5
Péssima	1
Não sei	13
Total de respostas:	36

14.1 Explique a sua avaliação da extensão no Curso de Administração Pública e Social: (Por que acha muito boa, boa, ruim ou péssima?). (exceto aos que responderam “não sei” na questão 14)

Nº	Avaliação Questão 14	Resposta
1	Ruim	Considero insuficiente para o curso
2	Regular	Acho que há formas mais criativas de envolver os alunos nas atividades de extensão do que a forma que fizemos na cadeira de Atividade Integradora II. Mas entendo que nossos professores estão sobrecarregados.
3	Boa	Dentro do nosso curso de Administração Pública poderiam ter projetos que pudessem abranger todos os estudantes. Muitos alunos do nosso curso trabalham 8 horas por dia e acabam não participando de projetos de extensão ao longo do curso que são importantes para o desenvolvimento, futuramente, do profissional.
4	Regular	Nunca participei de uma atividade de extensão, então não posso opinar muito. Mas, por estar mais para o final do curso e pouco ter debatido sobre o assunto já me faz pensar que não é uma atividade muito efetiva no curso.
5	Boa	Diante do quadro de professores dedicados e preparados.
6	Regular	Pelo que tenho ouvido falar, deixa a desejar. Acredito que por falta de parceiras em organizações públicas
7	Muito boa	É um curso que faz com que o aluno tenha uma visão mais crítica em relação à sociedade e modos de governos (além das praticas gerais de administração)
8	Regular	Não vejo de fato atividades que agregem a sociedade
9	Muito boa	boa
10	Ruim	Não tenho conhecimento de nenhum projeto de extensão que seja do curso, deve existir, mas não conheço.
11	Ruim	Falta opção de extensão e de horários.
12	Ruim	Até agora não encontrei uma oportunidade na extensão no curso da administração pública. Não temos variedades de temas.
13	Boa	É boa pois ajuda o aluno entender a importância da extensão e juntamente a isso, refletir sobre a exclusão do estudante trabalhador nos projetos
14	Ruim	Até agora não encontrei uma oportunidade na extensão no curso da administração pública. Não temos variedades de temas.
15	Regular	Mesma coisa de o acesso ao conhecimento das atividades ser pouco ressaltado
16	Boa	Boa, pelo fato de como é feito a extensão, a proposta...
17	Péssima	Nao possui muita estrutura, falta mais engajamento, e se oferece pouco a sociedade
18	Boa	tive pouco contato com atividades de extensão do curso.
19	Regular	Acredito que poderiam ter mais.
20	Regular	regular porque, quando procurei só encontrei dois professores com projeto em andamento.
21	Regular	O curso de adm pública e social é um curso pequeno, não é de espantar que não seja tão presente nesse meio
22	Muito boa	Os projetos que conheço relacionados ao curso de APS são realmente voltados a demandas relevantes à sociedade
23	Boa	Os projetos são bons, conheci o NEGA (projeto incrível) e o o do Aragon. Porém é justamente pela falta de divulgação e alguns horários serem complicados de gestionar.

15. Você acha que a introdução desse tipo de atividades trará benefícios para sua formação?

Respostas	Alunos
Sim	29
Não	2
Não sei	5
Total de respostas:	36

15.1 Por que você acha que a introdução desse tipo de atividades trará benefícios (ou não) para sua formação? (exceto aos que responderam “não sei” na questão 15)

N°	Resposta Questão 15	Resposta
1	Não	Porque acredito que por mais que fosse um grande aprendizado, não acredito que seja importante para o curso.
2	Sim	Porque vai me trazer mais conhecimento
3	Sim	A extensão vai além do ensino tradicional, de forma que proporciona um interessante diálogo e troca de saberes, produção de conhecimento entre universidade e sociedade
4	Sim	Pela vivência prática.
5	Sim	Como dito anteriormente, a extensão vai muito além do âmbito acadêmico. Quando se realiza um projeto de extensão criamos laços e vínculos com outras pessoas através de uma ideia que se coloca em comum. Creio que o estudante, sim, sai da universidade mais capacitado.
6	Sim	A depender da forma como serão oferecidas essas atividades, possibilitará aos estudantes um visão mais dinâmica a respeito de como a universidade pode impactar de fato não sociedade.
7	Sim	Sempre é válido a busca de novos conhecimentos, ainda mais quando é exercida a prática.
8	Sim	Amplia a visão de mundo e inseri o aluno na vivência prática
9	Sim	Vamos aprender e agregar mais conhecimentos.
10	Sim	Tornará a minha formação muito mais completa e orientada a sociedade.
11	Sim	Interdisciplinaridade
12	Sim	Aprender a dividir e trocar o saber
13	Sim	vai complementar o conhecimento teórico pratico
14	Sim	Aproximará o estudante da sociedade, fazendo com que haja maior interação entre ambos
15	Sim	Porque agrega no conhecimento dos alunos e da sociedade.
16	Sim	Trará benefício pois é um método de aprendizado.
17	Sim	A oportunidade de ter atividades extracurriculares agrega o currículo, além de lapidar conhecimento e interagir com outras pessoas.
18	Sim	A troca de conhecimentos, experiências.
19	Sim	A oportunidade de ter atividades extracurriculares agrega o currículo, além de lapidar conhecimento e interagir com outras pessoas.
20	Sim	Para aprendizado na prática, troca e interatividade com a sociedade
21	Sim	Ajudar a preparar o aluno profissionalmente, e ajuda no ingresso de futuros alunos
22	Não	Nao, pois a experiencia que tivemos na disciplina nao gerou interesse da comunidade externa
23	Sim	conceitos introdutórios podem abrir para temáticas mais especificas.
24	Sim	Será benéfico pois aumentará nosso conhecimento e teremos poder de escolha.

25	Sim	muda a percepção de mundo e realidade. transforma mesmo. antes eu via de um jeito, agora vejo de outro. é como se fossemos para "o lado de trás do balcão".
26	Sim	Porque há um mundo bem diferente fora da Universidade até mesmo quando formos pessoas exercendo nossa profissão isso existirá e para que não ocorra um entrave nesse momento é importante que conheçamos outras vivências e dialogar com outros grupos
27	Sim	Pois irá agregar conhecimentos fora da sala de aula também
28	Sim	Porque, como disse anteriormente, a extensão é um pilar da formação universitária
29	Sim	Agrega experiência e amplia conhecimentos práticos
30	Sim	Acrescentará complementação de saberes e práticas perante o curso e conseqüentemente ao meu currículo.
31	Sim	Por trazer a prática para o curso, porém deveria ter opções a distância para quem não tem tanta disponibilidade de horário conseguir ir fazendo aos poucos.

16. Qual seria a sua disponibilidade para desenvolver essas atividades extensionistas? (Pode marcar mais de uma)

Respostas	Alunos
Segunda a sexta-feira, no período da manhã	8
Segunda a sexta-feira, no período da tarde	2
Segunda a sexta-feira, no período da noite	8
Sábados no período da manhã	10
Sábados no período da tarde	18
Períodos de "imersão" durante as férias	18
Outros: à distância	2
Outros: sem disponibilidade	2

17. Em que tipo de atividades extensionistas você se interessaria em participar? (pode marcar mais de uma)

Respostas	Alunos
Atividades com um viés comunitário e/ou social	24
Atividades junto a prefeituras e órgãos públicos	25
Atividades junto a organizações associativas ou cooperativas	23
Atividades junto a movimentos sociais	19
Visitas de campo	10
Atividades de caráter formativo, como cursos, oficinas, etc.	20
Apoio a atividades de formação	10
Outros: sem interesse em participar	1

18. Levando em consideração a grade curricular do curso, em qual ou em quais disciplinas você acharia que podem ser incluídas atividades extensionistas? Por quê?

Respostas	
1	Não sei.
2	Não sei
3	Teorias do estado e Sociedade II, Produção de textos, Filosofia e Ética na Administração, Políticas Públicas
4	Políticas Públicas, Gestão de Operações logísticas, estratégias de desenvolvimento loco regional, atividade integradora I - pesquisa, introdução ao direito do trabalho.

5	Eu acho melhor ter uma disciplina prática de extensão para não engessar as outras disciplinas.
6	Acho que em gestão participativa, também nos semestres iniciais, para o estudante já iniciar o curso tendo alguns vínculos fora do âmbito acadêmico
7	Não sei informar.
8	Nas disciplinas de oficina. devem dar maior dinâmica para a atividade.
9	Pensamento social brasileiro e Políticas públicas. Vejo que existe muita teorias, mas gostaria de ver em prática.
10	Cadeira de serviços públicos
11	Desenvolvimento Loco Regional ou Atividade Integradora II
12	Não tenho o conhecimento para identificar determinada disciplina
13	Prática de Gestão Participativa.
14	Logística, Políticas públicas,
15	seria bom colocar as alternativas, não tenho as cadeiras em mente...
16	Em várias
17	Administração de Organizações da Sociedade Civil, seria interessante agregar o conhecimento de campo ao que estudamos.
18	Políticas Públicas, Gestão Financeira e Orçamentária
19	Administração de Organizações da Sociedade Civil e Práticas de Gestão Participativa
20	Não sei responder essa pergunta
21	Todas que abordem conhecimentos do nosso curso na prática.
22	Não sei responder essa pergunta
23	Não sei dizer
24	Teoria do Estado e Sociedade, Estado e governo, Direitos, Políticas Públicas
25	Disciplinas que falem sobre a diferença entre o público/privado, ou sobre a importância da ADM Pública e Social
26	Nao sei
27	comunicação e tecnologia aplicada a organizações da sociedade civil
28	Adm
29	em todas.
30	Organizações da sociedade civil, onde se é possível apoiar organizações que as vezes não tem ideia de planejamento ou recursos para isso.
31	Não sei dizer, pois estou no primeiro semestre
32	GESTÃO DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA - Acredito que essas sejam algumas cadeiras que possam trazer grande relevância para um futuro Administrador na área pública e social, que poderiam ser estudadas mais a fundo, com mais "praticas".
33	Atividade integradora
34	Não sei responder
35	Não sei responder
36	Introdução à Adm PS poderia ter a apresentação das atividades extensionistas, estratégias de desenvolvimento loco-regional, planejamento estratégico em OPS, Adm de OSC e práticas da gestão participativa.

19. Levando em consideração a grade curricular do curso, em qual ou em quais disciplinas você acharia que podem ser incluídas atividades extensionistas? Por quê?

Respostas	
1	Minha preocupação é eu não ter tempo para participar.
2	Espero que conte horas complementares
3	Acho que os alunos devem ser orientados sobre extensão logo no primeiro semestre do curso e incentivados a se engajarem nos projetos de extensão
4	Possibilitar que sejam realizadas em horários noturnos junto a carga horaria prevista no curso.
5	Minha preocupação maior é com a administração do tempo entre trabalho, atividades de extensão, estudo, pesquisa e rotinas domésticas.
6	Acho correto permanecer com a creditação da extensão no currículo, pois a Universidade tem 3 pilares, o ensino, a pesquisa e a extensão. Infelizmente muitos estudantes acabam se formando sem ter o conhecimento dos projetos de extensão e sem saber da importância que eles tem para a sociedade. Dentro do nosso curso, a disciplina de extensão deve ser implementada até que todos que chegassem nela, já tenham realizado ou já tenham participado de algum projeto de extensão nos semestres anteriores.
7	Não tenho opinião formada ainda.
8	que não seja simplesmente mais teoria sendo aplicada e que seja possível ter um acompanhamento prático supervisionado.
9	A falta de informação ou transparência para quem busca. Começar este assunto desde o início do curso.
10	Que ocorra pelo menos a partir do 3º semestre.
11	De muitos não conseguirem por falta de tempo. Sugestão: fazer num período que a maioria pudessem participar.
12	Ainda sem uma opinião clara, mas uma preocupação seria o aumento da carga horária do currículo.
13	Talvez possa ocorrer falta de tempo por parte de alguns colegas
14	Incentivar sos academicos desde o início do curso
15	tempo para aprofundar e acompanhar
16	No momento, nenhuma
17	Preocupação em não dar conta de todos os estudos.
18	Com os horários disponíveis para a realização das atividades de extensão.
19	Os horários disponíveis para atuação. Isso é um grande problema para o aluno que trabalha em turno integral.
20	A
21	O horário das atividades para os alunos trabalhadores.
22	A
23	Não sei dizer
24	A dificuldade de horários, precisaria ocorrer durante a grade.
25	Preocupação - falta de tempo pra alunos que trabalham e estudam Sugestão - flexibilidade nas disciplinas de extensão
26	Disponibilidade para executar
27	não sei opinar
28	Sem opinião
29	valendo. tem que valer crédito, e tem que ter um mural de avisos.
30	Muitas pessoas realmente não tem tempo para a extensão Universitária o que é uma pena, mais chances nos finais de semana seria algo benéfico
31	Na realidade, acho que só existem bons motivos para realizar a extensão, se o aluno tiver interesse/disponibilidade
32	Pelo que entendi seria algo a mais, uma atividade extra, então a preocupação seria onde realizar e o tempo para realizar, fora do horário de aula.

33	O tempo disponível dos estudantes trabalhadores
34	Ainda não pensei a respeito
35	Não sei responder
36	Quanto a ser apenas na modalidade presencial, acredito que a aceleração na forma de estudar e trabalhar a distância desencadeada pela Covid-19 mostrou que existem “n” maneiras de executar tarefas e que a presença nem sempre é fundamental. Eu mesma tenho um projeto social que montei-me sigo com ele mesmo vivendo em outro país. Mudaram algumas tarefas, mas eu sigo trabalhando nele.